

PONTE SOBRE O ATLÂNTICO

Brasil e África Subsaariana
Parceria Sul-Sul para o Crescimento



BANCO MUNDIAL



Ponte sobre o Atlântico

Brasil e África Subsaariana:
parceria Sul-Sul para o crescimento



BANCO MUNDIAL



EQUIPE DE TRABALHO

Susana Carrillo (líder da equipe), Especialista em Governança Sênior, Unidade de Parcerias e Desenvolvimento da Capacidade (AFRCP); Fernanda Lira Góes, IPEA; Eduarda Passarelli Hamann; Keith Martin (consultores, AFRCP), José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília; Creomar Lima de Carvalho de Souza, Pesquisador, IPEA; James Augusto Pires Tibúrcio, Pesquisador, IPEA; sob a orientação estratégica de Tijan M. Sallah, Gerente da AFRCP, e Marcos Antonio Macedo Cintra, Diretor em exercício, Estudos de Política e Relações Internacionais, IPEA. O relatório contou com o apoio geral de Obiageli Ezekwesili, Vice-Presidente para a Região da África, Banco Mundial, e de Marcio Pochmann, Presidente, IPEA.

Índice

Prólogo	vii
Prefácio	ix
Agradecimentos	xi
Siglas e Abreviações	xiii
Resumo Executivo	1
A cooperação Sul-Sul está transformando a assistência para o desenvolvimento	1
A nova África e o novo Brasil possuem interesses complementares	3
A última década viu crescimento sem precedentes das relações econômicas do Brasil com a África	6
O relacionamento entre a África e o Brasil oferece lições úteis para o Banco Mundial e outras organizações internacionais	6
Metodologia do relatório	10
A Nova Arquitetura Financeira e Política Mundial	13
O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento	13
A emergência do BRICS	17
África Subsaariana: uma nova fronteira?	20
Desafios remanescentes	22
História das Relações Brasil-África	27
Cinco períodos da história das relações Brasil-África	28
História social, política e cultural das relações Brasil-África: a escravidão e além	29
Descendentes africanos no Brasil: contribuições para a sociedade contemporânea	31
De um passado incerto para um futuro promissor	33
Visões brasileiras sobre a África	35
O pêndulo oscila do Norte para o Sul	35
Princípios da participação do Brasil no desenvolvimento global	38
Fortalecimento das ligações entre o Brasil e a África	41
Política externa do Brasil em relação à África durante o governo de Lula (2003–10)	42
Os desafios adiante	46
A Conexão do Conhecimento	49
Agricultura tropical e segurança alimentar	52
Saúde e medicina tropical	69
Energia	72

Proteção social	77
Outras áreas de intercâmbio	80
Investimento Estrangeiro Direto e Comércio do Brasil com a África	83
A atuação das instituições brasileiras de desenvolvimento	83
Empresas brasileiras na África	86
Comércio entre o Brasil e a África	93
Tendências e perspectivas futuras	100
Conclusões, Lições e Recomendações de Política	103
Conclusões	104
Lições para o apoio do Grupo Banco Mundial à cooperação Sul-Sul	107
Recomendações de políticas e próximos passos	112
Anexos	117
Anexo 1. Os membros do G-20	117
Anexo 2. Fóruns Sul-Sul	117
Anexo 3. Brasil: Principais indicadores econômicos	120
Anexo 4. Brasil e África: Reuniões e Visitas Oficiais	121
Referências Bibliográficas	125
Figuras	
ES.1 Há milhões de anos, a África e o Brasil faziam parte de uma única massa continental	2
ES.2 Principais áreas de atuação do Brasil em arranjos de cooperação Sul-Sul, 2009	4
ES.3 Empresas brasileiras na África, 2010	7
1.1 Os países do BRIC comparados ao G-7	19
3.1 Número de atividades de cooperação técnica coordenadas pela ABC, 2003–09	38
3.2 Principais áreas de envolvimento do Brasil em acordos de cooperação Sul-Sul, 2009	40
3.3 Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente, 2009–10	46
4.1 Cooperação internacional do Brasil na África Subsaariana, 2000–11	50
4.2 Temperatura e vegetação da superfície terrestre global, maio de 2011	54
4.3 Mapa comparativo do Brasil e Moçambique	58
4.4 Presença global do SENAI: projetos e parcerias	66
4.5 Produção de Energia no Brasil por fonte, 1970–2010	73
4.6 Produtividade e densidade da madeira em todas as plantações de eucalipto do Brasil, 1970–2006	76

4.7	Estimativa de crescimento futuro da demanda de carvão vegetal na África Subsaariana	77
4.8	Programa Fome Zero: eixo e entidades executoras	78
4.9	Expansão do Bolsa Família (2004–10)	79
5.1	Empresas brasileiras na África	88
5.2	PMEs brasileiras na África	91
5.3	Participação da África no comércio do Brasil	94
5.4	Participação da África nas exportações do Brasil	95
5.5	Exportações brasileiras para a África, por classificação	96
5.6	Exportações brasileiras para a África Subsaariana por classificação	97
5.7	Participação da África nas importações brasileiras	98
5.8	Importações brasileiras da África por classificação	99
5.9	Importações brasileiras da África Subsaariana por classificação	99

Tabelas

3.1	Seleção de acordos de cooperação entre o Brasil e os países desenvolvidos por ano de assinatura, 1950–2011	36
3.2	Princípios gerais da atuação do Brasil em cooperação para o desenvolvimento global	39
3.3	Países africanos visitados por presidentes brasileiros, 2000–10	43
4.1	Projeções da participação do Brasil no mercado global (%)	53
4.2	Seleção de pequenos projetos de saúde implementados na África, com o apoio do governo brasileiro, 2011	70
4.3	Projetos estruturantes voltados para a saúde: desenvolvimento de cooperação Brasil–África	70
4.4	Fontes de energia: Áreas com potencial de colaboração e troca de conhecimento entre a África Subsaariana e o Brasil	75
5.1	Comércio do Brasil com o mundo, a África e a África Subsaariana, 2000–10 (em US\$)	84
5.2	Recursos do PROEX para exportações para a África 2007–08	85
5.3	Investimentos diretos brasileiros no exterior, 2001–09 (em milhões de US\$)	86
5.4	PMEs brasileiras na África, por país e setor	92
5.5	Distribuição dos fluxos globais de comércio do Brasil, 2000–10 (%)	93
5.6	Participação da África Subsaariana no comércio total do Brasil com a África (%)	95
A3.1	Brasil: Principais indicadores econômicos	120
A4.1	Países africanos visitados pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, 2003–10	121
A4.2	Visitas de Chefes de Estado e Chefes de Governo africanos ao Brasil, 2003–10	122
A4.3	Visitas de chanceleres africanos ao Brasil e participação africana no total de visitas, 2003–10	123

A4.4	Reuniões multilaterais Brasil–África, 2003–10	124
A4.5	Reuniões da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da Iniciativa América do Sul–África	124

Boxes

4.1	Sementes para a vida: Brasil–África	63
4.2	Desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo para os jovens em Soweto	67
4.3	SENAI em números	69
4.4	Fundação Oswaldo Cruz	71
5.1	Marcopolo: Manufatura brasileira na África	89

Prólogo

A África e o Brasil eram unidos pela geografia, há milhões de anos, e compartilham uma mesma história, desde o século XVI — vinculados que estavam pelo tráfico transatlântico de escravos — até a abolição da escravatura. Desenvolveu-se então uma lacuna nas relações que perdurou até a independência dos países da África, ocasião em que começa a surgir um novo relacionamento entre o Brasil e, em particular, os países africanos lusófonos. Com a emergência do Brasil como uma das maiores economias do mundo e o advento de forte crescimento e dinamismo nas economias africanas, o relacionamento entre o Brasil e a África continuou a florescer para além dos países de língua portuguesa da África, incluindo outros países do continente e abrangendo o comércio, o investimento e a transferência de conhecimentos. *Ponte sobre o Atlântico — Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento* descreve esse envolvimento crescente. Sob a liderança do Presidente Lula da Silva, esses laços entre o Brasil e a África fizeram-se mais profundos e com a nova Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, estes laços continuam a fortalecer-se. Do lado da África, os líderes continuam a se engajar e a aprofundar a parceria com o Brasil.

Para nós do Banco Mundial, este relatório é oportuno, porque surge logo após a recente aprovação da nova estratégia para a África, “O Futuro da África e o Apoio Prestado pelo Banco Mundial”. A nossa estratégia destaca a alavancagem de parcerias, conhecimento e finanças, em particular com países pólos de crescimento como o Brasil. Consideramos que este relatório é crucial para o estabelecimento da base de conhecimento que possibilitará a nós, aos governos africanos e ao governo do Brasil continuar a forjar parcerias concretas que virão a gerar resultados em que todos são ganhadores nas duas regiões — em áreas como, por exemplo, proteção social, agricultura tropical, energia e bioenergia, educação técnica e medicina tropical.

Aguardamos com satisfação as discussões animadas e as parcerias concretas que a divulgação deste importante trabalho certamente trará.

Obiageli Ezekwesili
Vice-Presidente, Região da África
Banco Mundial

Prefácio

A economia internacional passa por amplas transformações. Os países desenvolvidos — Estados Unidos da América, Japão e União Europeia — enfrentam, por diferentes razões, uma redução no dinamismo econômico. Os países em desenvolvimento — sob a liderança de China, Índia, Brasil, Argentina, Turquia, África do Sul e Rússia — apresentam uma aceleração das taxas de crescimento, com perspectivas de maior expansão da renda e do emprego doméstico, bem como dos investimentos entre as principais economias emergentes.

Nos últimos anos, constata-se, inclusive, um revigoramento do continente africano, ainda que de forma bastante desigual. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, estima que as economias da África Subsaariana apresentaram taxa de crescimento de 5,4% em 2010, expandirão 5,2% em 2011 e 5,8% em 2012. O Oriente Médio e o Norte da África, por sua vez, cresceram 4,4% em 2010, e deverão expandir 4% em 2011 e 3,6% em 2012.

Neste movimento de reconfiguração da dinâmica econômica mundial, o Brasil tem promovido uma política de diversificação de sua inserção internacional, aproximando-se dos países em desenvolvimento, seja da região latino-americana, seja do Sudeste Asiático, seja do continente africano. O ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou 12 viagens ao continente africano, visitando 21 países. No sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações.

Política que se mantém no mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Em seu primeiro ano de governo, a presidenta visita a África do Sul, Moçambique e Angola. O governo da presidenta planeja ainda o delineamento de uma estratégia especial para maior aproximação com o continente africano, a fim de facilitar as exportações de mercadorias e serviços (principalmente de engenharia), mediante a criação de novos mecanismos de garantia das linhas de crédito (uma conta-*commodity*, por exemplo, que assegura os pagamentos). Como mostra este estudo — *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o crescimento* — as trocas comerciais com a África cresceram de forma renitente entre 2003 e 2008, caindo entre 2009 e 2010, com o agravamento da crise econômica mundial e a agressiva atuação dos países asiáticos na região.

A presidenta Dilma Rousseff também salienta a importância de os brasileiros deixarem “um legado aos africanos”, sob a forma de transferência de tecnologia, treinamento de mão de obra e programas sociais. Da mesma forma, a cooperação brasileira para o desenvolvimento possui certas especificidades das suas ações de ajuda humanitária e de intervenção bilateral ou multilateral. Em geral, as instituições brasileiras procuram atuar como parceiras em atividades de capacitação que visam o desenvolvimento e o fortalecimento das

condições institucionais. Trata-se, portanto, de uma política estimulada por solidariedade, afinidades histórico-culturais, econômicas e políticas e pelo interesse no conhecimento produzido pela troca e pela experimentação mediante parcerias. A carteira de projetos da cooperação brasileira na África se concentra em agricultura, saúde, educação e formação profissional, governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, desenvolvimento urbano, saneamento básico, biocombustíveis, transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, direitos humanos e esportes.

Segundo levantamento recente, quase 60% dos recursos da cooperação técnica brasileira foram destinados para os países africanos em 2010. Este estudo do Banco Mundial, com a cooperação do IPEA, joga novas luzes nestas relações que se aprofundam e se transformam, imprimindo dinâmicas distintas nas diversas dimensões da inserção internacional dos povos e promovendo o desenvolvimento dos parceiros.

Marcio Pochmann
Presidente IPEA

Agradecimentos

O presente relatório é fruto do esforço de colaboração entre o Banco Mundial (Região da África e Unidade de Gestão de Países — Brasil) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil. Susana Carrillo, da Unidade de Parcerias e Desenvolvimento da Capacidade da Região da África (AFRCP), liderou esta iniciativa, tendo contado com contribuições importantes de Eduarda Passarelli Hamann, Fernanda Lira Goes, José Flávio Sombra Saraiva e Keith Martin. Outras contribuições importantes foram feitas por Rogério Carneiro de Miranda, Creomar Lima de Carvalho de Souza, Luiz T. A. Maurer e James Augusto Pires Tibúrcio. A orientação estratégica geral deste relatório coube a Tijan Sallah, Gerente da AFRCP, Região da África, e Marcos Macedo Cintra, Diretor em exercício de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do IPEA.

A equipe gostaria de reconhecer o interesse e o apoio prestado pelas seguintes pessoas: Ministro Nedilson Jorge, Diretor do Departamento da África, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Ministro Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Mauro Vieira, Embaixada do Brasil em Washington, Marcelo de Oliveira Ramalho, Pedro Augusto Franco Veloso, Fabiana Moreira, Filipe Nasser, Ricardo Monteiro, Fabio Rocha Frederico e Eduardo Frighetto. A equipe gostaria também de agradecer a Makthar Diop, Diretor de Países do Banco Mundial para o Brasil, e Boris Utria, escritório de países no Brasil, por seu apoio e orientação durante a missão realizada ao Brasil para coleta de informações.

A equipe agradece ao Diretor Executivo do Brasil no Banco Mundial, Rogério Studart, e Pedro Saldanha por suas sugestões úteis. Expressamos um reconhecimento especial a Yanick Brierre, Parveen Moses, Guadalupe Costa de Sousa Lima e Fabiola Vasconcelos pelo apoio administrativo prestado.

Manifestamos nossos sinceros agradecimentos a todos os colegas revisores deste estudo: Luiz T. A. Maurer, Jorge Saba Arbache e Professor Jonuel Gonçalves; bem como aos colegas revisores no estágio de revisão conceitual: Monica Sawyer, Jorge Saba Arbache, Ana Margarida Fernandes, McDonald Benjamin, Shantayanan Devarajan, Richard Cambridge, Eleoterio Codato, Rogerio Carneiro de Miranda, Luiz T. A. Maurer e Barbara Weber. Queremos reconhecer a contribuição dos colegas do Banco Mundial que fizeram comentários: V. S. Krishnakumar, Sally Dormeyan, Monica Sawyer, Waafas-Ofosu Amaah, Aileen Marshall, Gaiv Tata, Clara de Souza, Celestin Monga, Dirk Bronselaer, Soheyla Mahmoud e Gilles Garcia.

Somos muito gratos também a muitas autoridades do governo, da África e do Brasil, bem como aos representantes do setor privado e das organizações não governamentais por seu interesse no estudo e pelas entrevistas concedidas. Nesse sentido, agradecemos ao Embaixador Luis Fernando de Andrade

Serra, Embaixador Jorge Ramos, Embaixador Fernando Simas Magalhães, Embaixador Jorge Geraldo Kadri, Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna, Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, Embaixador Pedro Carneiro de Mendonça, Embaixador Martin A. Mbeng, a Embaixadora da União Africana, Amina S. Ali, Alfonso Chambe, Raoul Daoundy, Felipe Santa Rosa, Cesar Augusto Maia, Carlos Cuenca, Madiagne Diallo, Ministro Milton Rondó Filho, Samantha Hamada Possi, Augusto Souto Pestana, Daniel Machado da Fonseca, Lucia Helena Monteiro Souza, Giuliana Magalhães Rigoni, Carlos Bielschowsky, Hélio Chaves, Demerval Bruzzi, Eduardo Botelho Barbosa, Mauro Teixeira de Figueiredo, Luciano Ávila Queiroz, José Roberto Ferreira, Luiz Eduardo Fonseca, Francisco Basílio, Antonio Carlos do Prado, Ladislau Martin, Guilherme Brady, Francesco Perry, Gabriela Geraldos Bastos, Iara Cristina da Silva Alves, Thomas Cooper Patriota, Fernando Meirelles de A. Pimentel, Artur Lacerda, Ludmila Silva, Paulo Roberto de Oliveira Araújo, Sérgio Foldes, Romulo Tavares Ribeiro, Luciana Ferreira de Machado, Vivian Santos, Vinicius Vidal, Luis Henrique D'Andrea, Julia Helida Falcão Costa, Vitor de Lima Magalhães, Hussein Ali Kalout, Rodrigo Peixoto Moreira Penna, Ruderico Ferraz Pimentel, Paulo Roberto Freitas da Fonseca, Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira, Arlindo Castanheira, Brasil Geraldo Filho, Ana Luisa Guéron, Marcos Ozório, João Roberto Vasconcelos, Ana Maria Amorim, Marcos Ozorio de Almeida, Adriano Ubisse, Frederico Lamego de Teixeira Soares, Gustavo do Vale Dias Rosa, Bruna Blanquier Lessa-Bastos, Guilherme Mercês, William Pamplona Figueiredo, Simone Saisse Lopes, Gabriel Ferraz, Claudia Teixeira dos Santos, Jarbas Miranda de Sant'Anna, André Garcez Ghirardi, Miguel Angel Pérez Peña, Andrew De Simone, Luiz Jordão, Luis Carvalhal, Marcos Borges, Ana Carolina Uzeda, Flávio Henrique Drummond Mattos, Claudio Frischtak, Paulo Sotero, Fatima Berardinelli, Adriana de Queiroz, José Luiz Rangel Sampaio Fernandes, Sintia Said Coelho, Luiz Claudio Barbosa, Lucia Maria Graça Rabelo de Assunção, Alício Rodrigues Boaventura, Ana Flávia Granja e Barros, Iara Costa, Rodrigo Pires de Campos, Letícia Pinheiro, Maurício Parada, Alexandre dos Santos, Carlos Pereira, Amadou Diaw, Dr. Richard Maponya e Gavim Joachims.

Manifestamos um agradecimento especial a vários colegas do Grupo Banco Mundial: Shantayanan Devarajan, Economista Chefe da Região da África, presidiu todas as reuniões de revisão conceitual e apresentou diversas sugestões úteis no decorrer do processo; Christophe de Gouvello, Ileana Boza, Antonella Bassani, Thierry Tanoh, Vice-Presidente da IFC, Jessica Poppele, Makhtar Diop e Boris Utria pelo tempo dispensados às entrevistas. Agradecemos também a Michel Wormser e Colin Bruce pelo apoio prestado a este trabalho.

Somos também gratos aos nossos editores, Steven Kennedy e Bruce Ross-Larson, e a Marcia Corteletti Loureiro pela tradução do documento para o português.

Siglas e Abreviações

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AID	Associação de Desenvolvimento Internacional
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA	Cúpula América do Sul-África
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAD/OCDE	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE
CECAT	Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical (da EMBRAPA)
CEF	Caixa Econômica Federal (Brasil)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil)
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DEAF/MRE	Departamento da África, Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
DfID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz (Brasil)
G-7	Grupo dos Sete
G-20	Grupo dos 20
G-77	Grupo dos 77
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IED	Investimento estrangeiro direto
IFC	Corporação Internacional de Finanças
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil)
IRBr	Instituto Rio Branco (Brasil)
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil)
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil)
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil)
Mercosul	Mercado Comum do Sul

MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimento (Grupo Banco Mundial)
MRE	Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODI	Instituto de Desenvolvimento no Exterior (Reino Unido)
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto interno bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNB	Renda nacional bruta
SACU	União Aduaneira da África Austral
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Brasil)
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Brasil)
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Investimento



Resumo Executivo

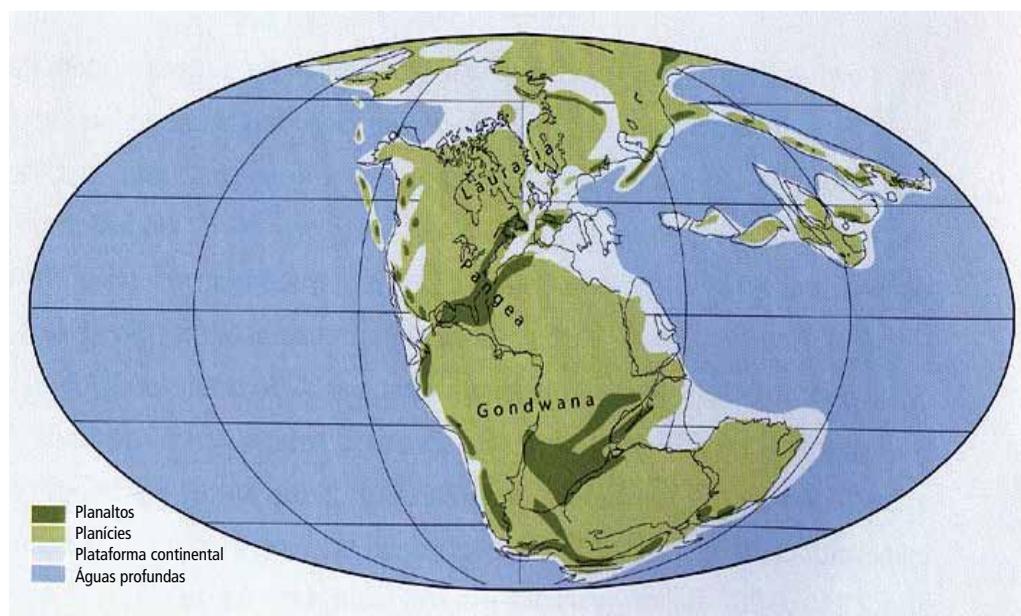
Ponte sobre o Atlântico é um estudo descritivo sobre o envolvimento do Brasil com seus pares na África Subsaariana ao longo da última década, por meio do intercâmbio de conhecimentos, comércio e investimentos. O objetivo deste estudo é entender melhor essas relações, com o intuito de forjar parcerias concretas e mutuamente benéficas entre o Brasil e a África Subsaariana. Dois fatores explicam a ênfase na década passada. Primeiro, embora tenha havido interação entre o Brasil e a África nos últimos 200 anos (como mostra o capítulo 2), foi somente na década passada que se construiu um engajamento mais robusto, por meio de parcerias mais fortes e projetos de longo prazo. Segundo, não havia, nem no Brasil nem na África, a prática de coletar, organizar e analisar dados sobre parcerias anteriores, o que representa sério obstáculo na obtenção de informações confiáveis.

O Brasil e a África Subsaariana são parceiros naturais; tendo, em um dado momento, compartilhado uma geografia comum e uma mesma história. Há aproximadamente 200 milhões de anos, a África e o Brasil formavam a massa continental de Gondwana (figura ES.1). Há cerca de 200 anos, o tráfico transatlântico de escravos uniu as duas regiões até a abolição da escravatura. Atualmente, as duas regiões vêm restabelecendo ligações que poderão ter efeitos importantes sobre a prosperidade e o desenvolvimento de ambas. Esse engajamento reflete novas realidades positivas na evolução da cooperação para o desenvolvimento, no rápido crescimento da África nos últimos anos e na emergência do Brasil como uma potência econômica global interessada em intensificar seus laços culturais e comerciais com a África.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL ESTÁ TRANSFORMANDO A ASSISTÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO

O modelo tradicional Norte-Sul de ajuda para o desenvolvimento, questionado desde a década de 1970, cedeu lugar a arranjos alternativos de cooperação técnica e financeira entre os países em desenvolvimento. Nos anos 1990, havia amplo reconhecimento de que os modelos anteriores haviam fracassado em suas tentativas de promover o desenvolvimento e abordar as causas pri-

Figura ES.1 Há milhões de anos, a África e o Brasil faziam parte de uma única massa continental



Fonte: Natural Resources Canada 2007.

mordiais da pobreza. Na busca por alternativas para aumentar seu poder de barganha no novo século, os países em desenvolvimento começaram a criar novos agrupamentos. No plano econômico, a criação do G-20, em dezembro de 1999, refletiu uma maior participação das grandes economias em desenvolvimento na arquitetura global e, em 2001, as quatro grandes economias em crescimento do Brasil, Rússia, Índia e China foram reunidas sob a sigla “BRIC”. No fim de 2010, após a realização de duas reuniões de cúpula, a África do Sul juntou-se ao grupo. No plano político, o Fórum do Diálogo Índia–Brasil–África do Sul (IBAS) foi criado em meados de 2003, no Brasil, como um espaço de intercâmbio de conhecimento e fortalecimento de interesses comuns para esses três atores globais emergentes, democráticos e multiétnicos. Outros grupos continuaram a surgir e a crescer, como a Cúpula América do Sul e África, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e a União Aduaneira da África Austral (SACU).

Na última década, a África tornou-se um continente de oportunidades, com tendências econômicas positivas e uma melhor governança. O continente vem sendo descrito como a nova fronteira para os que buscam parcerias e mercados. O crescimento de alguns países africanos, sua resistência às crises globais recentes e a implementação de reformas de políticas que fortaleceram os mercados e a governança democrática vêm expandindo o comércio e o investimento na região. Apesar dessa tendência positiva, muitos países africanos ainda enfrentam enormes gargalos de infraestrutura, são vulneráveis à mudança do clima e apresentam capacidade institucional deficiente. Consequentemente, a ajuda para o desenvolvimento continua sendo uma das principais fontes de apoio ao

desenvolvimento em vários países do continente, de modo que a transferência e a troca de conhecimento ainda são necessidades prementes.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–10) renovou o interesse do Brasil pela África, estruturando-o em bases mais sólidas, como parte do objetivo maior de ampliar o perfil global do Brasil. Durante seu governo, por exemplo, o Presidente Lula visitou a África 12 vezes, fato sem precedentes na história política do Brasil. Tradicionalmente, os estudos das relações entre o Brasil e a África tendiam a se concentrar nas ligações do Brasil e da África com os países do Hemisfério Norte. Embora esses estudos “Norte-Sul” tenham contribuído para o entendimento do Brasil e da África no contexto internacional, também serviram para distorcer a história cultural, política e social que une o Brasil e a África, incluindo o legado do tráfico de escravos no Atlântico. Pesquisas sobre as relações entre o Brasil e África trouxeram novas perspectivas ao padrão tradicional de análise “Norte-Sul” ao considerar o Atlântico Sul mais como um canal de transferência cultural e experiências políticas e sociais do que um oceano geopolítico como o Atlântico Norte. As pesquisas demonstram que foram criadas fortes ligações, identidades culturais e padrões comuns pelas experiências de longo prazo da África no Brasil e vice-versa, o que contribuiu para aprimorar a historiografia das relações entre os dois.

A NOVA ÁFRICA E O NOVO BRASIL POSSUEM INTERESSES COMPLEMENTARES

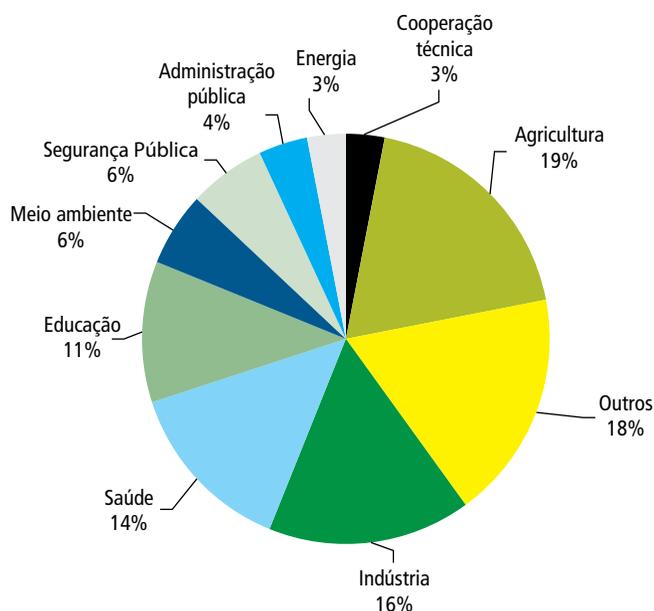
A partir do final século XX, a África se tornou um dos principais temas da agenda externa do Brasil. O Brasil tem demonstrado um interesse cada vez maior em apoiar e participar do desenvolvimento de um continente que se encontra em rápida transformação. A intensificação do engajamento do Brasil com a África não somente demonstra a ambição geopolítica e o interesse econômico do Brasil: os fortes laços históricos e a afinidade com a África diferenciam o Brasil dos demais membros originais do BRICs.

O crescimento econômico do Brasil, sua atuação crescente no cenário mundial, o sucesso alcançado em reduzir a desigualdade social e a experiência de desenvolvimento oferecem lições importantes para os países africanos que, dessa forma, buscam cada vez mais a cooperação, assistência técnica e investimentos do Brasil. Ao mesmo tempo, multinacionais brasileiras, organizações não governamentais e diversos grupos sociais passaram a incluir a África em seus planos. *Em outras palavras, a nova África coincide com o Brasil global.*

Além disso, nos últimos cinco ou seis anos, o “movimento negro” brasileiro vem ajudado a desenvolver um novo conjunto de normas e políticas públicas, que inclui a criação de uma instituição federal para tratar de questões raciais, o estudo obrigatório da história e cultura africanas e afro-brasileiras em escolas e universidades públicas e particulares e incentivos para aumentar o número de afrodescendentes que estudam no Instituto Rio Branco, a renomada escola diplomática brasileira.

Complementando essas fortes ligações histórias e culturais, a tecnologia brasileira parece ser de fácil adaptabilidade a muitos países africanos em razão

Figura ES.2 Principais áreas de atuação do Brasil em arranjos de cooperação Sul-Sul, 2009



Fonte: ABC, 2009.

Obs.: As parcelas representam o percentual do portfólio total de projetos.

das semelhanças geofísicas de solo e de clima. O sucesso recente do Brasil no plano social e econômico atraiu a atenção de muitos países de língua portuguesa com os quais o país possui ligações históricas.

O Brasil mantém atualmente 37 embaixadas na África, comparado a 17 em 2002, um incremento correspondido pelo aumento do número de embaixadas africanas no Brasil: desde 2003, 17 embaixadas foram abertas em Brasília, somando-se às 16 já existentes, o que representa a maior concentração de embaixadas no Hemisfério Sul.

Os países da África Subsaariana solicitam cooperação com o Brasil em cinco áreas principais: agricultura tropical; medicina tropical; ensino técnico (em apoio ao setor industrial); energia; e proteção social (figura ES.2). (Áreas de interesse relativamente menor incluem ensino superior, esportes e ação afirmativa.)

Agricultura tropical. A Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e várias outras instituições brasileiras de pesquisa, atua com parceiros locais na implementação de projetos modelo em agricultura com o objetivo de reproduzir o sucesso alcançado no cerrado brasileiro e aprimorar o desenvolvimento agrícola e o agronegócio na África. Constituem exemplos dessa atuação o Projeto *Cotton-4* (que congrega Benin, Burkina Faso, Mali e Chade), o Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação Agrária em Moçambique e o Projeto de Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal.

Medicina tropical. Em 2011, o Brasil tem 53 acordos bilaterais sobre saúde celebrados com 22 países africanos. A abordagem do Brasil no tratamento de HIV/AIDS e outras doenças frequentes, como a malária e a anemia falciforme, é altamente reconhecida por seus parceiros africanos. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), renomada instituição brasileira voltada para pesquisa e desenvolvimento de ciências bioquímicas, vem liderando parcerias com instituições locais na África. Além de implementar uma série de projetos modelo em medicina tropical, a FIOCRUZ desenvolve parceria com o governo de Moçambique que prevê a construção de um laboratório farmacêutico que produzirá medicamentos para o tratamento de HIV/AIDS e outras doenças. O laboratório habilitará Moçambique a exportar para os países vizinhos.

Ensino profissionalizante. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) construiu centros de ensino profissionalizante na Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, tendo estabelecido recentemente parcerias com Angola, Congo e África do Sul para abordar a questão do ensino profissionalizante no contexto da promoção da industrialização e apoio a políticas de promoção de emprego para os jovens.

Energia. Energia sustentável é outra área em que o conhecimento especializado do Brasil tem atraído a atenção de diversos países africanos. O sucesso na área agrícola, no entanto, não foi suficiente para reduzir a pobreza. Dessa forma, políticas públicas que promovem o crescimento econômico e a inclusão social são centrais no processo de produção de cana de açúcar no Brasil — por exemplo, as pequenas propriedades locais e de agricultura familiar recebem ajuda para produzir energia (etanol). O setor privado brasileiro também está envolvido com questões energéticas na África, como comprova a BIOCOM, uma *joint venture* entre a empresa brasileira Odebrecht, a empresa estatal Sonangol de Angola e a firma angolana Demer. O investimento de US\$ 400 milhões visa à utilização da cana de açúcar para produzir açúcar, etanol e eletricidade.

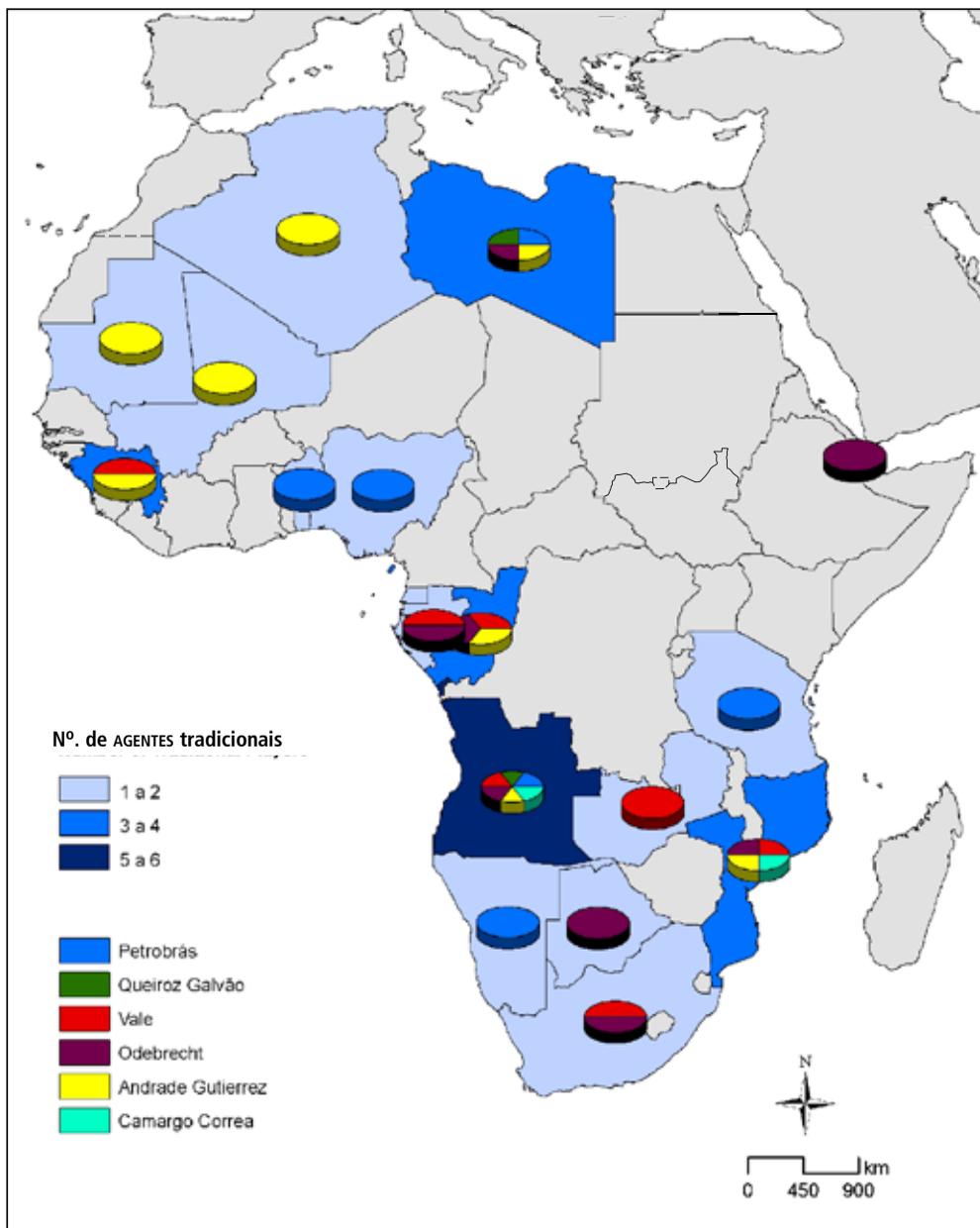
Proteção Social. Apesar dos enormes desafios enfrentados pelos formuladores de política de um país conhecido por ter um dos maiores índices de desigualdade social da América Latina, foram concebidos alguns programas para implementar proteções sociais. Desde 2003, vêm sendo implementadas políticas voltadas para o combate à fome e à marginalização, sendo a iniciativa Fome Zero uma das mais bem sucedidas, que inclui diversos programas (como o conhecido Bolsa Família), promovido por meio de forte parceria entre 12 ministérios e agências governamentais. A experiência brasileira em proteção social está sendo adaptada e reproduzida em outros países em desenvolvimento, tais como Angola, Quênia e Senegal, com atividades que visam a criar condições para a geração de um crescimento mais inclusivo.

Tendo em vista que a maioria dos projetos entre o Brasil e a África teve início há menos de 10 anos, a avaliação adequada de seus resultados ainda é insuficiente. Entretanto, em muitos casos, os resultados iniciais têm sido positivos e destacam o potencial de um envolvimento mais sustentado e de longo prazo.

A ÚLTIMA DÉCADA VIU CRESCIMENTO SEM PRECEDENTES DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL COM A ÁFRICA

O comércio do Brasil com a África cresceu de US\$ 4 bilhões para US\$ 20 bilhões entre 2000 e 2010, criando um ambiente propício para que o Banco Nacional

Figura ES.3 Empresas brasileiras na África, 2010



Fonte: Elaborada pelos autores.

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançasse e implementasse medidas voltadas para a promoção do comércio entre as duas regiões com base em empréstimos brasileiros. O estímulo dado às exportações brasileiras também tem sido fundamental para a expansão do comércio. Em 2008, programas de estímulo a empresas brasileiras que atuam na África (no âmbito da iniciativa conhecida como “Programa Integração com a África”) resultaram no desembolso de R\$ 477 milhões (aprox. US\$ 265 milhões); em 2009, este valor saltou para R\$ 649 milhões (aprox. US\$ 360,5 milhões).

Investimentos do setor privado brasileiro na África tiveram início nos anos 1980 e chegaram a tal ponto que atualmente as empresas brasileiras atuam em quase todas as regiões do continente, com atividades concentradas nas áreas de infraestrutura, energia e mineração (figura ES.3). A presença do Brasil chama a atenção devido à forma como as empresas brasileiras realizam seus negócios; elas tendem a contratar mão de obra local para seus projetos, favorecendo o desenvolvimento de capacidades locais, o que acaba por elevar a qualidade dos serviços e produtos. As principais empresas brasileiras atuantes na África, em termos de volume de vendas e investimento, são a Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Petrobras, Queiroz Galvão e Vale.

Dado o ambiente de negócios favorável aos investimentos brasileiros na África, a Agência Brasileira de Exportação (APEX) vem fomentando a presença de pequenas e médias empresas no continente, por meio de feiras de negócios, por exemplo. Em um único evento, realizado em abril de 2010, em São Paulo, empresas brasileiras e africanas assinaram contratos e fecharam negócios totalizando aproximadamente US\$ 25 milhões, em setores como alimentos e bebidas, confecções e calçados, setor automotivo, produtos eletrônicos, moradia e construção e cosméticos.

As tendências analisadas neste estudo indicam que o Brasil e a África desenvolvem, em conjunto, um modelo de relações Sul-Sul que pode ajudar a reunir os dois lados do Atlântico.

O RELACIONAMENTO ENTRE A ÁFRICA E O BRASIL OFERECE LIÇÕES ÚTEIS PARA O BANCO MUNDIAL E OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O Grupo Banco Mundial teve uma atuação relativamente periférica e incidental na formação do relacionamento crescente entre o Brasil e os países subsaarianos, embora isso esteja atualmente mudando com a nova Estratégia para a África do Banco. Está claro que a cooperação Sul-Sul terá um papel fundamental no futuro, por meio de parcerias, troca de conhecimento e finanças. Entretanto, são necessárias melhores ferramentas e incentivos para que o Banco possa sistematicamente incorporar e alavancar o engajamento Sul-Sul na implementação dessa estratégia, especialmente no tocante a investimentos e comércio.

Embora as relações entre o Brasil e a África tenham se intensificado muito na última década, ainda existem desafios consideráveis. Em particular, existe

um desconhecimento nos dois lados do Atlântico. A maioria dos brasileiros — incluindo muitas pequenas e médias empresas (PMEs) — possui conhecimento limitado e normalmente desatualizado sobre a África; as poucas informações que tem, muitas vezes, se limitam a Angola, Moçambique e, às vezes, à África do Sul. Muitos países não lusófonos enfrentam obstáculos linguísticos para obter informações sobre o Brasil, especialmente do governo, tendo em vista que essas informações normalmente não são disponibilizadas em inglês e francês. Outro impedimento é que — apesar da proximidade geográfica entre a África Ocidental e o leste do Brasil — há poucos voos entre as duas regiões. A burocracia de ambos os lados atrasa o comércio marítimo que chega a levar 80 dias, em vez de 10. O Banco Mundial poderia contribuir para a superação desses obstáculos, de modo a favorecer a ampliação do relacionamento entre a África e o Brasil e trazer benefícios adicionais para todos.

O relacionamento crescente entre a África e o Brasil revela lições mais amplas importantes para o Banco Mundial e outros agentes internacionais que deveriam fortalecer e inovar o apoio às iniciativas Sul-Sul em geral. Existem certamente aspectos históricos, culturais e geográficos que são únicos ao caso Brasil–África e que tornam tanto a disposição do Brasil de compartilhar seu sucesso como o interesse dos países da África de aprender com a experiência do Brasil terreno fértil para o Banco demonstrar sua atuação como ponto de ligação e facilitador do conhecimento.

O Banco Mundial também poderia desempenhar um papel direto e catalisador na cooperação Sul-Sul ao promover a participação das empresas brasileiras (e de outros mercados emergentes, como a Índia e a África do Sul, por exemplo) em seu processo de aquisição, particularmente na África. Isso teria o efeito positivo não somente de levar diretamente mais experiência relevante de empresas brasileiras para a África, mas também sinalizaria a atuação crescente dos países emergentes no próprio Banco Mundial. Por meio dos Serviços de Divulgação às Empresas (*Enterprise Outreach Services*) — que visa a fortalecer as relações do Grupo Banco Mundial com o setor privado de forma a informar e promover a participação de empresas — o Banco poderia organizar oficinas de divulgação no Brasil (como faz para empresas europeias e dos EUA) dos produtos e serviços do banco para incentivar investimentos do setor privado na África.

Outras formas por meio das quais o Banco poderia forjar relações crescentes entre o Brasil e a África são:

- Apoiar a colaboração Sul-Sul — prestando apoio às partes (o governo e o setor privado do Brasil, e os governos e o setor privado na África), em termos de projetos Sul-Sul específicos, por meio de empréstimos, garantias e outras formas de assistência, que poderiam abranger, por exemplo, a ampliação de projetos oriundos das relações bilaterais entre o Brasil e determinado país africano para outros países no continente. Um projeto de assistência técnica do Brasil em Moçambique pode, por exemplo, ser altamente relevante para a Tanzânia; o Banco poderia apoiar a divulgação de informações sobre o projeto, seja por intermédio de seus próprios

funcionários ou por meio da concessão de recursos para que especialistas brasileiros ou moçambicanos apliquem a experiência na Tanzânia. O Banco poderia também facilitar o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas entre o Brasil e a África, em particular os países lusófonos, tendo em vista o interesse dos países africanos pelas melhores práticas brasileiras. Seria igualmente benéfico promover a pesquisa aplicada conjunta entre instituições de ensino africanas e brasileiras.

- Examinar o impacto atual e potencial das atividades tradicionais do Banco relevantes para a cooperação Sul-Sul do prisma dessa cooperação. Essas áreas relevantes incluem clima de investimento, governança, agricultura, saúde, educação, justiça e registro de terras. Por exemplo, o programa altamente bem sucedido do Brasil de tratamento e prevenção de HIV/AIDS e malária tem relevância direta para as iniciativas do Banco nesse sentido.
- Melhorar a coordenação entre as regiões do Banco e entre os setores e regiões mediante a criação de equipes transregionais (como por exemplo entre as regiões da América Latina e Caribe e da África) para o intercâmbio de experiências e a implementação de atividades Sul-Sul específicas, algumas vezes em conjunto com iniciativas que já estão em execução.
- Incorporar sistematicamente dimensões Sul-Sul mensuráveis nas estratégias de assistência de país, estratégias de parceria de país, avaliações de assistência de país, etc. Avaliar também se incentivos ou mecanismos internos específicos de apoio à cooperação Sul-Sul (por meio de programas de trabalho, avaliações de trabalho, etc.) poderiam ser úteis, evitando assim a criação de novas burocracias. Como parte desse exercício, seria conveniente coletar e divulgar exemplos de trabalhos bem sucedidos do Banco nessa área, como o programa de trabalho da Unidade de Gestão de País do Brasil para a cooperação Sul-Sul, com vistas a agilizar essas atividades de forma mais sistemática e estratégica em todo o Banco.
- Consultar sistematicamente o governo do Brasil, bem como o governo dos outros principais países emergentes envolvidos em cooperação Sul-Sul, como executores ou doadores, tais como os BRICS, para colher opiniões sobre como tornar o apoio do Banco mais relevante e eficaz. O objetivo aqui seria tanto de natureza prática como estratégica, ou seja, ajudar a superar a percepção entre alguns membros de que o Banco não reconhece nem entende as contribuições que realizam para o desenvolvimento. Uma possibilidade poderia ser a realização de programa conjunto entre o Grupo Banco Mundial e o BNDES em apoio ao comércio e investimento brasileiros na África.
- Ampliar, no âmbito do Banco, o foco das atividades Sul-Sul do Instituto Banco Mundial para outras áreas (especialmente infraestrutura, clima de investimentos e desenvolvimento do setor privado, governança, saúde e educação) e incluir mais assistência técnica e empréstimos nessas áreas (além da troca de conhecimentos). Em particular, existe a necessidade de contar com mais atividades diretamente relacionadas com investimento, desenvolvimento do setor privado e crescimento dos postos de trabalho,

temas que até o momento parecem estar fora do escopo principal das atividades Sul-Sul, contempladas pelos programas do Banco.

- Encontrar áreas específicas ou aspectos de programas relacionados com projetos de cooperação Sul-Sul que poderiam se beneficiar de programas de trabalho ou objetivos conjuntos, tendo em vista que a coordenação entre o Banco, a Corporação Internacional de Finanças (IFC) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) com relação ao apoio à cooperação Sul-Sul continua a ser um desafio. Dois exemplos, entre tantos outros, seriam um maior alinhamento entre o Banco e os escritórios de país da IFC nos principais mercados emergentes para a promoção de investimentos sustentáveis Sul-Sul e melhor capacitação, e fornecer mais incentivos para que os funcionários do Banco (e da IFC) nos escritórios de país realizassem “venda cruzada” dos serviços de garantia da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos.
- Fortalecer ainda mais a coordenação com outros organismos multilaterais, particularmente os mais novos mecanismos Sul-Sul, com vistas a que o Banco tenha uma atuação eficaz na cooperação Sul-Sul, superando alguns dos estereótipos nos países em desenvolvimento e evitando a duplicação de esforços. O Banco, por exemplo, está muito bem posicionado para facilitar a realização de uma cúpula global anual de desenvolvimento Sul-Sul, preferencialmente em um país emergente ou em desenvolvimento.

METODOLOGIA DO RELATÓRIO

Os dados foram colhidos entre outubro de 2010 e agosto de 2011 por uma equipe de nove profissionais do Banco Mundial, do Instituto de Pesquisa and Econômica Aplicada (IPEA) e da Universidade de Brasília (UnB), as duas instituições ligadas ao governo brasileiro. Entre as principais fontes pesquisadas, encontram-se documentos oficiais (principalmente tratados internacionais e a legislação brasileira), documentos não oficiais, projetos, relatórios, livros, artigos, discursos, análises, troca de e-mails e entrevistas. Durante todo o período da pesquisa, a equipe entrevistou 22 altos funcionários do Banco Mundial, 62 representantes do governo brasileiro e aproximadamente 20 representantes de governos africanos com ligações prévias com o Brasil. Foram também realizadas entrevistas com 16 representantes do setor privado, 15 especialistas de universidades e organizações não governamentais, tanto no Brasil como na África. No total, foram realizadas entrevistas com mais de 130 profissionais em Acra, Bamako, Bissau, Brasília, Dacar, Maputo, Praia, Pretória, Rio de Janeiro e Washington, D.C. Uma missão do Banco foi a Brasília e ao Rio de Janeiro, em dezembro de 2010, para entrevistar pessoalmente 50 profissionais aproximadamente, e conversas de acompanhamento foram também realizadas em Washington, D.C., via áudio ou teleconferência. A equipe dependeu da disponibilidade das autoridades durante o período de coleta de dados, e nem todas as entrevistas solicitadas puderam ser realizadas.

O relatório compreende seis capítulos que apresentam informações descritivas e analíticas sobre as características, tendências, limitações e relações qualita-

tivas entre a África Subsaariana e o Brasil, assim como algumas das implicações políticas desse relacionamento.

O Capítulo 1 apresenta um histórico da nova arquitetura política e financeira global, destacando as principais características do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, incluindo os canais Norte-Sul e Sul-Sul, bem como a emergência do Brasil como um ator mundial na última década. O capítulo também descreve a África como um continente de rápido crescimento econômico e demográfico, que oferece novas oportunidades intra e intercontinentais. Mais recentemente, a África estabeleceu fortes ligações com alguns atores emergentes. O presente relatório concentra-se na forma como o Brasil e a África estão explorando essas novas possibilidades.

O Capítulo 2 observa as ligações históricas entre o Brasil e a África, de uma perspectiva mais ampla do que as ligações linguísticas existentes entre os países de língua portuguesa, incluindo o legado da escravidão e também outras manifestações políticas e culturais importantes dos laços que unem os dois lados do Atlântico. As ligações históricas e as similaridades subjetivas identificadas no Capítulo 2 ajudam a entender o tipo de conexões que serão explicadas e analisadas nos Capítulos 3 e 4.

O Capítulo 3 focaliza em como e por que o Brasil passou da situação de recipiente de ajuda (nos anos 1960) à de provedor em 2010. Destacam-se também as principais características da cooperação do Brasil em termos de desenvolvimento internacional, especialmente no que se refere ao seu engajamento na cooperação Sul-Sul, priorizando as ligações dentro da América do Sul e com a África. Em seguida, são analisadas algumas das motivações e o *modus operandi* do recente engajamento do governo brasileiro como a África.

O Capítulo 4 identifica as áreas primordiais de conhecimento especializado do Brasil que vem sendo atualmente compartilhado com parceiros africanos, conforme resumido acima. Demonstra como a tecnologia brasileira pode ser facilmente adaptável à África, com base nas semelhanças geológicas e do clima, e nas ressonâncias entre o histórico político e socioeconômico do Brasil e de algumas sociedades africanas. Embora seja o mais longo do relatório, com detalhes sobre as razões e a forma como essa cooperação Brasil-África evoluiu, o Capítulo 4 não tem a pretensão de apresentar uma lista exaustiva das iniciativas atuais, tendo em vista sua natureza dinâmica, bem como as limitações de tempo e espaço.

O Capítulo 5 oferece uma visão geral das atuais tendências de comércio e investimento na África Subsaariana, envolvendo tanto o governo brasileiro como o setor privado. Embora tenha havido crescimento rápido e significativo das interações comerciais, estas ainda se apresentam limitadas quando comparadas, por exemplo, à atuação da China na África. Dessa forma, o capítulo destaca as enormes oportunidades que existem para uma maior interação.

O Capítulo 6 apresenta conclusões e oferece sugestões de políticas para a Região da África do Banco Mundial fortalecer a colaboração Sul-Sul entre a África Subsaariana e o Brasil. Recomenda também mecanismos para manter e ampliar o diálogo entre os parceiros da África Subsaariana e o Brasil com a finalidade de aumentar a capacidade em setores essenciais na África.



A Nova Arquitetura Financeira e Política Mundial

PONTOS PRINCIPAIS

- A arquitetura financeira e política mundial mudou significativamente nos últimos 10 anos.
- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e outras economias emergentes desempenham um papel importante no crescimento da África, contribuindo para o desenvolvimento e a prosperidade do continente.
- A África é um continente de oportunidades, tendo em vista sua resistência aos choques econômicos globais e o fortalecimento de suas democracias. No entanto, o continente ainda enfrenta uma ampla lacuna em termos de infraestrutura, é vulnerável à mudança climática e apresenta uma capacidade institucional deficiente.

O SISTEMA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento internacional da forma como o entendemos hoje é um conceito relativamente novo. Embora o reconhecimento do hiato entre países ricos e pobres remonte a, pelo menos, meados do século XIX, preocupações com o desenvolvimento se inseriam, naquela época, nas agendas nacionais e bilaterais. Os primeiros instrumentos de cooperação para o desenvolvimento internacional foram forjados primordialmente pelo Ocidente e pelo Norte, que estabeleceram dicotomias tanto ideológicas (o Ocidente contra o Oriente) como econômicas (o Norte industrializado contra o Sul pobre).

Um sistema formal mais abrangente de cooperação internacional para o desenvolvimento somente veio a surgir após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação de instituições internacionais políticas, econômicas e de segurança. Em meados do século XX, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos regionais de desenvolvimento ajudaram a promover ideias de multilateralismo e internacionalismo a serviço do desenvolvimento econômico e social.

Nos anos seguintes, outras instituições multilaterais inseriram questões de desenvolvimento na agenda. Em 1961, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) lançou a primeira “Década do Desenvolvimento”, em que os Estados membros deveriam apoiar um processo geral de crescimento econômico acelerado e o progresso social nos países em desenvolvimento. Idealmente, os países industrializados contribuiriam para reduzir o hiato entre as economias ricas e pobres por meio da transferência de capital para o Sul.

Durante a década de 1960, com as guerras pós-coloniais, novos atores somaram-se à clivagem Norte-Sul. Somente na África, 17 novos países atingiram sua independência no decorrer daquela década. O número de países em desenvolvimento era o maior jamais conhecido. A fim de atender algumas de suas necessidades de desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) formalizou, em sua primeira sessão, em 1964, o Grupo dos 77 (G-77), que contava com 77 países em desenvolvimento como Estados membros. A UNCTAD tornou-se um fórum para deliberações intergovernamentais e pesquisa analítica voltada para a integração dos países em desenvolvimento no sistema mundial de comércio. O G-77 continua sendo o maior agrupamento de países em desenvolvimento dentro da ONU. Apesar dos desafios, o G-77 serviu como um espaço relevante para a articulação de interesses econômicos comuns do então chamado “Terceiro Mundo”.¹

Em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, surgiram diversas teorias no mundo em desenvolvimento para explicar o subdesenvolvimento, a pobreza e outros problemas relacionados, sendo a mais famosa entre elas a “Teoria da Dependência”, criada por intelectuais latinoamericanos. Alguns defensores da Teoria da Dependência (Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro) tinham uma visão marxista, enquanto outros (como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto) adotavam uma perspectiva mais weberiana. Apesar das diferenças, o principal argumento dos teóricos da dependência partia da premissa de que o “subdesenvolvimento” não era o estágio preliminar de uma trajetória que levaria ao “desenvolvimento”. Ao invés disso, acreditavam que o relacionamento existente entre os países “centrais” (desenvolvidos) e “periféricos” (subdesenvolvidos ou menos desenvolvidos) perpetuava essa diferença. Ao adotarem determinado modelo de crescimento econômico (como, por exemplo, permanecer primordialmente um exportador agrícola), os países periféricos reforçariam sua própria dependência dos países centrais, permanecendo assim “reféns” do mercado internacional e com poder limitado para tomar suas próprias decisões. Em um mundo onde prevalece esta dinâmica, a modernização real e o desenvolvimento efetivo provavelmente não se tornarão realidade (Cardoso e Faletto 1969; Machado 1999; Duarte e Graciolli 2007).

Apesar das críticas dos teóricos da dependência, os países em desenvolvimento continuaram tentando melhorar sua situação econômica utilizando os

¹Ver: “The Group of 77 in the United Nations” www.g77.org. Em 2011, o G-77 tem 133 membros, incluindo todos os países da África, bem como economias maiores como o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul.

mecanismos existentes. Durante a década de 1970, países desenvolvidos como a Alemanha, o Japão, a Espanha, França, Itália e Suíça começaram a fornecer ajuda financeira e cooperação técnica substancial aos países do “Terceiro Mundo”, inclusive ao Brasil. E nos 20 anos seguintes, em paralelo a esses canais Norte-Sul, começaram a se desenvolver canais horizontais entre os países em desenvolvimento. Na falta de recursos financeiros e força política, os países em desenvolvimento continuariam a depender de fóruns multilaterais para avançar, sendo um exemplo importante a iniciativa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), formalizada por diversas resoluções da Assembleia Geral da ONU. Este mecanismo embriônico de cooperação Sul-Sul recebeu sua estrutura conceitual e operacional no Plano de Ação de Buenos Aires, que visava explorar mais as atividades de CTPD em setores específicos (PNUD 1995).

Essa nova abordagem, no entanto, não era perfeita. Em meados da década de 1990, havia amplo reconhecimento de que os modelos anteriores haviam fracassado em efetivamente promover o desenvolvimento e resolver as causas primordiais da pobreza. Na busca por alternativas e para aumentar o seu poder de barganha no novo século, os países em desenvolvimento começaram a criar novos agrupamentos. No plano econômico, o G-20, criado em dezembro de 1999, congregando também alguns países em desenvolvimento, revela o novo papel das grandes economias em desenvolvimento na arquitetura global.² Em 2001, um analista da Goldman Sachs criou a sigla BRIC para referir-se às quatro economias em crescimento do Brasil, Rússia, Índia e China, e o rótulo persistiu (Goldman Sachs 2001, 2003). No plano político, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) foi criado no Brasil, em meados de 2003, como um espaço de intercâmbio de conhecimento e de fortalecimento de interesses comuns entre esses três atores globais multiétnicos e democráticos.

Esses arranjos alternativos alinharam-se estrategicamente com a visão de mundo elaborada por Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil de 2003 a 2010, e seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que buscavam encontrar novas esferas de articulação política para uma potência intermediária como o Brasil. Segundo essa visão de mundo, os centros decisórios tradicionais não representavam o mundo em desenvolvimento — nem mesmo as economias emergentes. Consequentemente, novos arranjos faziam-se necessários para que os atores emergentes pudessem ser mais ativos e exercessem uma maior influência no tratamento de temas de interesse global.³

Hoje, após décadas de consolidação, o discurso Sul-Sul parece ter atingido um certo grau de maturidade e os recursos humanos e financeiros mínimos

² Ver www.g20.org. Embora criado em 1999, até 2008 o grupo não era mais do que um mecanismo técnico por meio do qual os ministros da fazenda e presidentes do banco central costumavam se reunir. A necessidade de uma atualização do mecanismo foi gerada pela crise financeira de 2008, quando os chefes de estado e de governo passaram se reunir em cúpulas oficiais.

³ Entrevista com Fernando Simas Magalhães, ex-chefe do Departamento da África (DEAF) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e atual Embaixador do Brasil em Quito. Maio de 2011.

“A construção desses grupos informais [ou arranjos Sul-Sul] ajudará a trazer mudanças para as instituições formais”.

—Celso Amorim, 2011

necessários para promover mudanças significativas. O último relatório da UNCTAD (2010), *Economic Development in Africa*, ressalta que a cooperação Sul-Sul é uma opção atraente para os países africanos porque promete uma alternativa aos problemas enfrentados com os atuais mecanismos de ajuda externa e representa uma nova dimensão dos sistemas internacionais econômicos, financeiros e

comerciais, sobre os quais os países africanos podem efetivamente exercer influência. Segundo o relatório, as ligações Sul-Sul aumentam expressivamente o poder de barganha da região em outras negociações internacionais, como as relacionadas com o comércio internacional e a mudança do clima.

Em paralelo aos arranjos inovadores que ganharam ímpeto nos anos 2000, os países do Norte começam a tratar de alguns dos aspectos contraproduzidos da cooperação técnica tradicional, como o desrespeito à propriedade local, desconexão com a realidade e falta de preocupação com a sustentabilidade (De Haan, 2009). Nesse sentido, a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda (2005) e a Agenda de Acra para Ação de 2008⁴ defendiam uma nova estrutura, sustentada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE). A Declaração de Paris reuniu mais de 100 ministros e outras autoridades de alto nível cujo objetivo era adotar ações de longo alcance para o monitoramento e reforma das formas de entrega e gestão da ajuda, ao passo que a Agenda de Acra ofereceu um plano de implementação. Esses dois documentos representam a estrutura normativa da cooperação internacional hoje, com o objetivo geral de melhorar o impacto da assistência sobre os problemas locais.

Durante as negociações da Agenda de Acra, autoridades brasileiras de alto nível enfatizaram firmemente a necessidade de dar maior ênfase à cooperação Sul-Sul, indicando que o texto original não destacava o mecanismo como um canal legítimo de desenvolvimento internacional. A versão definitiva do acordo refletiu essa preocupação do Brasil, e os compromissos daí resultantes salientaram a importância de estabelecer parcerias mais eficientes para a cooperação internacional. A Agenda de Acra destaca o papel central da parceria de países Sul-Sul e a necessidade de alinhar as estratégias dos parceiros, bem como harmonizar os planos e objetivos dos doadores — tanto entre si como com os parceiros (por exemplo, ao tomar decisões sobre níveis de necessidade, divisão eficaz do trabalho e atuação colaborativa).⁵

As chamadas abordagens não OCDE, como a iniciativa CTPD e outros acordos Sul-Sul, não buscam substituir as estratégias tradicionais de cooperação

⁴Ver www.oecd.org/dataoecd/11/41/34428351.pdf e www.oecd.org/document/18/0,3746,en_2649_3236398_35401554_1_1_1_1,00&en-USS_01DBC.html.

⁵A abordagem do Brasil quanto à cooperação Sul-Sul não se coaduna com as definições da Declaração de Paris e da Agenda de Acra, já que o apoio técnico brasileiro não inclui a transferência de recursos financeiros, nem tampouco condicionalidades.

no desenvolvimento internacional.⁶ Antes, representam um canal complementar com objetivos de reforço, e não mutuamente exclusivos. A UNCTAD ressaltou a necessidade de focalizar práticas complementares em seu relatório *Economic Development in Africa* de 2011, instando os participantes a “garantir que a cooperação com países em desenvolvimento complemente as parcerias existentes com os países desenvolvidos — os países desenvolvidos são e continuarão a ser parceiros importantes para o desenvolvimento da África” (UNCTAD 2010:103).

Infelizmente, a coordenação da cooperação Sul-Sul com a ajuda Norte-Sul suscita uma série de questões, como a eficácia da ajuda, com a qual os países doadores continuam a ter dificuldades, mesmo após décadas de cooperação para o desenvolvimento. Essas questões demandam maiores discussões entre os países doadores.

A EMERGÊNCIA DO BRICS

Às vésperas do século XXI, várias tendências indicavam a emergência do Brasil, Rússia, Índia e China, grandes economias de mercado que viriam a ser conhecidas como o BRICs. Em 2000, o BRICs tinha uma participação de 23,3% do produto interno bruto (PIB) mundial, com um crescimento real do PIB superior ao do Grupo dos Sete (G-7) (Goldman Sachs, 2001). Em 2001, a Goldman Sachs sugeriu que, em 10 anos, os países do BRIC (principalmente a China) teriam um grande impacto sobre a economia mundial. Com efeito, entre 2003 e 2010, o comércio entre os países do BRIC passou de US\$ 38 bilhões para US\$ 220 bilhões (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2011) e, não obstante a crise financeira global de 2008–09, a expectativa é de que, até 2032, as economias do BRICs venham a representar mais do que a metade da economia mundial (Beattie, 2010). Embora o conceito tenha sido criado em 2001, foi somente em 2007 em Ecatimburgo, na Rússia, que se realizaram as primeiras reuniões interministeriais de alto nível. A África do Sul foi convidada a integrar o grupo dos quatro países originais do BRICs em 2010; o grupo agora é conhecido como BRICS, refletindo a presença de seus cinco membros atuais.

Apesar de seu desempenho econômico, todas as economias do BRICS enfrentam sérios desafios internos. O Economista Chefe do Banco Mundial para a Região da África salientou que “cada um (...) ainda possui bolsões expressivos de pobreza (...) como o Oeste da China ou os estados indianos de Bihar e Uttar Pradesh” (Devarajan, 2010).⁷ Nesses bolsões, vivem centenas de milhões de

⁶ Resolução A/RES/58/220 da Assembleia Geral da ONU, 19 de fevereiro de 2004.

⁷ Para maiores informações sobre o papel desempenhado pelo mercado de trabalho e pelas políticas sociais na conformação e tratamento das desigualdades nos países emergentes, ver também OCDE (2010).

pessoas. De fato, a desigualdade é uma das características mais marcantes desses países e, conseqüentemente, seu PIB per capita continua baixo.⁸

Mas o Brasil se sobressai. Segundo um estudo recente lançado pela Fundação Getúlio Vargas,⁹ o Brasil é o único país entre os BRICs que vem conseguindo crescimento econômico com redução das desigualdades sociais. Além disso, a renda per capita do Brasil cresceu em média 1,8% mais rápido do que o seu PIB (2003–09). O relatório também demonstra que, embora a desigualdade esteja em alta em todo o mundo, ela vem diminuindo no Brasil e na América Latina. O Brasil aparece em primeiro entre 146 países em termos de expectativa e otimismo quanto à qualidade de vida em 2014. A Figura 1.1 compara a formação original do BRIC e do G-7 com o passar do tempo.

Embora tenham realizado três reuniões de cúpula, os países do BRIC não apresentam constituição bem definida, não seguem um conjunto comum de princípios nem atuam como um único ator no cenário mundial. As divisões fundamentais são profundas e decorrem desde de diferenças históricas e culturais até do sistema político e da maneira como se inserem na economia mundial (De Almeida 2009; Standard Bank 2010). Em suas relações com o Sul, no entanto, o BRICS simboliza um canal alternativo de cooperação internacional, ao trazerem novos termos e condições à mesa de negociações.

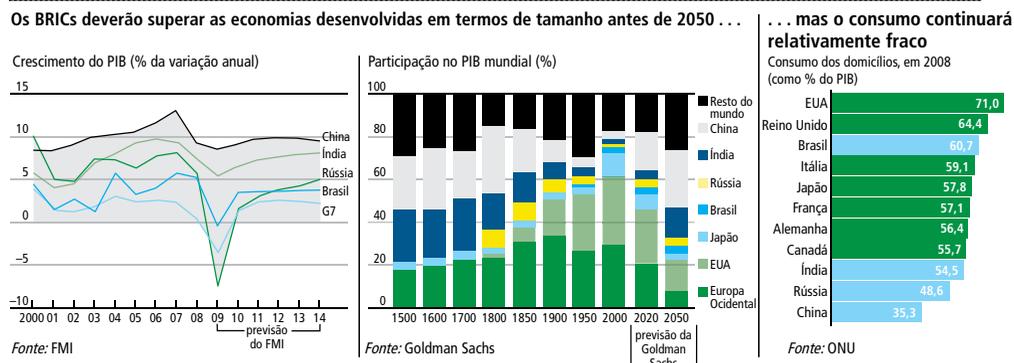
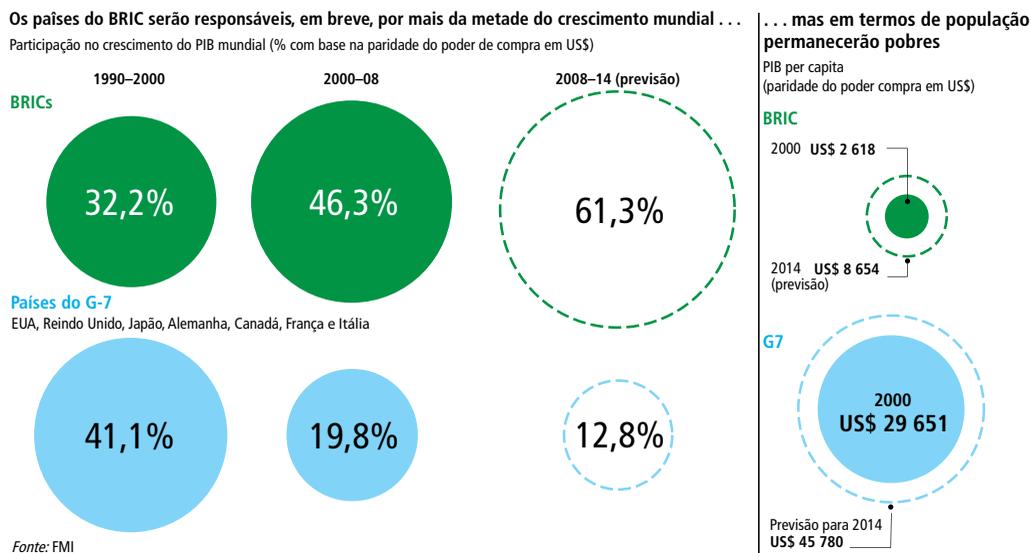
Sem abandonar seus parceiros tradicionais, a África vem abrindo suas fronteiras para os novos mecanismos Sul-Sul emergentes. O comércio dos países do BRIC original com a África aumentou quase dez vezes de 2000 e 2009, passando de US\$ 16 bilhões para US\$ 157 bilhões, enquanto o comércio mundial apenas triplicou no mesmo período (passando de US\$ 13,1 trilhões em 2000 para US\$ 32,5 trilhões em 2008) (Standard Bank 2010). Segundo a OCDE (2010b), os países em desenvolvimento — em particular as economias emergentes do grupo do BRICS — vêm aumentando o investimento direto na África Subsariana, principalmente em setores essenciais como mineração e infraestrutura, apesar de percepção de que a África ainda representa um ambiente de alto risco para os negócios. Esses investimentos contribuem para o crescimento econômico mediante a criação de empregos, aprimoramento da capacidade da mão de obra e acesso a novas tecnologias.

Cada um dos BRICs possui motivação própria para o engajamento na África, além do objetivo comum de ter acesso a recursos naturais. O Brasil possui laços históricos com os países de língua portuguesa e os que se localizam ao longo da costa do Atlântico (como a Nigéria, o Togo e Benin). O Brasil está também empenhado em fortalecer seu papel como representante do Sul. A

⁸Em maio de 2011, a revista *Forbes* publicou o novo ranking de bilionários do mundo. O fato de os países do BRICs produzirem, juntos, 108 dos 214 novos nomes da lista é mais uma prova da enorme divisão existente entre ricos e pobres nestas quatro economias emergentes. Segundo a *Forbes*, “Esses quatro países abrigam um em quatro dos membros da lista, superior a um em 10, há cinco anos. Antes de 2011, apenas os EUA haviam produzido mais do que 100 bilionários. Agora a China tem 115 e a Rússia, 101” (www.forbes.com/2011/03/08/world-billionaires-2011-intro.html).

⁹Fundação Getúlio Vargas (FGV): “Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira” (<http://www.fgv.br/cps/brics/>).

Figura 1.1 Os países do BRIC comparados ao G-7



Fonte: *Financial Times* (www.ft.com/cms/f7062fa0-039e-11df-a601-00144feabdc0.gif), citando dados do FMI e da Goldman Sachs. Reproduzida com autorização do *Financial Times*.

Índia busca a diversificação de mercados, espera aprimorar seus programas de assistência para o desenvolvimento e tem interesse em fortalecer seus próprios laços históricos com a África (IBSANews, 2011). A China certamente busca ter acesso a recursos e mercados, mas também parece empenhada em cultivar sua própria diáspora no continente africano. A Rússia está reavaliando seu envolvimento na África durante a Guerra Fria e busca, no momento, reformular seus programas de assistência (Reuters 2009). Enquanto a Rússia ainda estuda sua nova atuação na África, Brasil e Índia buscam forjar novas configurações Sul-Sul que não incluam a China e a Rússia.

A China é certamente o ator mais expressivo entre os BRICs. Como parcela do total de exportações, o país dobrou suas exportações para outros países em desenvolvimento, passando de 15% em 1999 para 30% em 2008. O Standard

Bank (2010) estima que um quarto das exportações da China para as economias em desenvolvimento seja atualmente destinado para a África.

A adesão da África do Sul ao grupo do BRIC foi celebrada durante a Cúpula de Sanya, na China, em abril de 2011, expandindo o potencial econômico e político do grupo, que passou a ser designado BRICS. Alguns analistas questionaram a afiliação da África do Sul. Em entrevista recente, o criador da sigla BRIC, Jim O'Neill da Goldman Sachs, enfatizou que existem outros países emergentes com maior economia e melhor desempenho do que a África do Sul, como a Indonésia, a Coreia do Sul, o México e a Turquia (BBC 2011). O'Neill argumenta que os quatro países originais somente foram reunidos devido ao seu potencial de desenvolvimento e crescimento, o que não parece ser o caso da África do Sul. O PIB do novo membro corresponde a 1/16 do da China, e sua população de 50 milhões é pequena quando comparada à de outros países do BRIC. Outros, no entanto, sugerem que a África do Sul reforçará laços com a África já estabelecidos pelos membros originais do BRIC, ampliando o impacto político do que antes era um grupo puramente econômico e permitindo que essas economias emergentes representem o mundo em desenvolvimento em três continentes, contrabalançando assim a influência do Ocidente e do Norte (*Guardian* 2011).

Entre os outros fóruns Sul-Sul surgidos nos últimos anos que facilitam ou fortalecem as ligações entre a África e o Brasil encontram-se, particularmente, o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o Fórum de Cooperação América do Sul-África, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (anexo 2) .

ÁFRICA SUBSAARIANA: UMA NOVA FRONTEIRA?

A África Subsaariana é formada por 48 países com diferentes cenários socioeconômicos, cuja diversidade inclui mil idiomas e dialetos (um sexto do total mundial) e diversas zonas climáticas e ecorregiões. Com uma população de 841 milhões e uma taxa de crescimento anual de 2,3%, a África Subsaariana deverá atingir o total de aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas até 2050, tornando-se de longe o continente com crescimento mais rápido do mundo (UNDESA 2009).

Do fim dos anos 1950 até bem recentemente, as relações da África com outros países do Sul eram voltadas para questões de natureza política. Nos últimos anos, essa ênfase migrou para questões econômicas, e mais países na região têm demonstrado interesse real em promover relações com outros países do Sul, como forma de aumentar o crescimento, reduzir a pobreza e integrar-se à economia global. Os governos africanos compartilham a esperança de que a cooperação Sul-Sul possa vir a desempenhar papel importante para a solução dos desafios de desenvolvimento enfrentados pela região (UNCTAD 2010). A África é o maior recipiente de ajuda estrangeira. Há um descontentamento com os mecanismos de ajuda atuais entre muitos governos na região, seja devido aos compromissos que não são cumpridos ou às condições impostas que limitam as opções políticas. As parcerias Sul-Sul evitam as condições políticas associadas à

ajuda de doadores tradicionais. Além disso, os países em desenvolvimento consideram a cooperação Sul-Sul um importante estímulo à inovação e à mudança tecnológica. (UNCTAD 2010).

A África Subsaariana tem sido considerada uma sub-região com alto potencial de crescimento, deixando para traz a imagem de estagnação e pobreza. Nos anos 1990, foram introduzidas reformas econômicas e institucionais que atraíram mais investimento estrangeiro, apesar da crise econômica do Leste da Ásia. Esse dinamismo continuou até os anos 2000. A publicação *Global Economic Prospects* (Banco 2011a) estimou uma taxa de crescimento do PIB de 4,7% para a África Subsaariana em 2010, tendo projetado crescimento à taxa de 5,3% em 2011 e de 5,5% em 2012, superior ao 1,7% registrado em 2009. Segundo esse relatório, a recuperação em 2010 deveu-se principalmente a fatores externos, como aumento no preço das *commodities*, crescimento do investimento estrangeiro direto (IED), maior volume de exportação, recuperação do turismo (devido à Copa do Mundo de 2010 na África do Sul) e um aumento da movimentação de turistas para os principais destinos turísticos da região como Cabo Verde, Quênia, Maurício, Seychelles e Tanzânia.

O interesse crescente na região reflete-se na taxa crescente de IED. Após uma queda de 12,3% em 2009, houve recuperação de 6% em 2010, chegando a US\$ 32 bilhões (Banco Mundial 2011a). Três das maiores economias da África Subsaariana — Angola, Nigéria e África do Sul — receberam, juntas, 40% do IED. Os fluxos de investimento destinaram-se principalmente aos setores extrativistas de países como Gana, República Democrática do Congo, Moçambique, Níger e Zâmbia, além de países frágeis como a Libéria, Serra Leoa e Guiné Bissau. O setor de transformação também recebeu boa parcela dos investimentos para projetos novos (41% dos metais, equipamentos de transportes e alimentos e bebidas), assim como os setores de serviços (inclusive o setor bancário, de telecomunicações e transportes).

O cenário político da África Subsaariana também apresentou importantes desdobramentos. Após alcançar independência, os países subsaarianos tenderam a evoluir em três etapas: consolidação do regime autoritário em meados dos anos 1970; crise de gestão sob o regime autoritário em fins dos anos 1980; e explosão da democratização a partir dos anos 1990. Entre 1960 e 1970, a maioria dos países da região ficou independente de seus antigos colonizadores. Nessa época, as instituições da África eram frágeis e o pluralismo democrático não era prática comum. Na verdade, no final dos anos 1970, a maioria dos países africanos vivia sob regime autoritário. No fim dos anos 1980, apenas cinco países da África Subsaariana tinham um sistema multipartidário: Botswana, Gâmbia, Maurício, Senegal e Zimbábue (Ndulu e O’Connell 1999). Sucedendo um cenário político dominado por “estados neopatrimoniais”,¹⁰

¹⁰“Em regimes neopatrimoniais, o chefe do executivo mantém autoridade por meio de fisiologismo e do favorecimento pessoal, em lugar da ideologia ou lei. No neopatrimonialismo contemporâneo, as relações de lealdade e dependência permeiam o sistema político e administrativo formal, e os líderes ocupam cargos burocráticos mais para adquirir riqueza e *status* do que para realizar o bem público. A distinção entre interesses públicos e privados

as atuais tendências políticas na África apontam para a consolidação de estados mais abertos e democráticos, com maior participação política, implementação de reformas na governança, ambientes institucionais mais fortes, redução do número e frequência de conflitos e níveis crescentes de investimento público em serviços sociais como saúde e educação.

DESAFIOS REMANESCENTES

Os países africanos resistiram melhor à recente crise econômica mundial do que os países do mundo em desenvolvimento. Muitos países têm-se beneficiado da expansão do preço de *commodities* como o cobre, o ouro e o petróleo, mas ainda existem importantes desafios a serem enfrentados para que se mantenham as taxas atuais de crescimento e se possa seguir trajetória de desenvolvimento inclusivo. Os obstáculos são inerentes ao processo de democratização: o impacto da mudança climática e o aumento recente do custo dos alimentos; a consolidação das reformas da governança; a eliminação da corrupção; os investimentos maciços necessários para melhorar a infraestrutura; a importância da integração regional; e a atuação e contribuição crescente da tecnologia da informação.

Uma melhor governança

Em 2011, 21 países da região realizaram ou realizarão eleições presidenciais, legislativas e locais. A forma como essas eleições forem realizadas (ou seja, se de forma justa e com transparência) influenciará, em grande medida, as perspectivas de desenvolvimento econômico sustentado dos respectivos países. As experiências recentes na Costa do Marfim, Zimbábue, Quênia e na República Democrática do Congo demonstram que a democratização nem sempre resulta em transições pacíficas. A etnicidade tem sido utilizada “como um eixo para a mobilização política” (Kimenyi 2011), e a alta concentração de poder no executivo “dá ao presidente poder imenso de distribuir benefícios aos que o apoiam à custa de outros cidadãos” (Kimenyi 2011).

Diversos países, como a África do Sul, realizaram avanços em sua agenda de reformas institucionais e aprimoraram a governança mediante a alteração da estrutura regulatória, a implementação do uso de mecanismos de transparência e prestação de contas, a abertura de mais espaço para a participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento e o trabalho de aprimoramento do acesso à informação. Nas eleições parlamentares de abril de 2011 na Nigéria, por exemplo, o governo investiu US\$ 580 milhões para instalar um sistema de votação transparente. Tal investimento “estabeleceu um recorde em termos de gastos públicos com eleições” (*The Economist* 2011a). O esforço serviu também

fica intencionalmente indefinida. A essência do neopatrimonialismo é a concessão de favores pessoais pelas autoridades, tanto no âmbito do Estado (principalmente por meio de empregos no setor público) como na sociedade (por exemplo, licenças, contratos e projetos)” (Michael Bratton e Nocias Van de Walle 1994).

para aumentar a transparência das eleições. Entretanto as instituições do legislativo e do judiciário permanecem deficientes, a população considera os tribunais parciais e corruptos, e o acesso limitado a dados do governo mantidos pela Lei de Segredos Oficiais dificulta a consecução da transparência e responsabilidade.

Outros países, como a Etiópia, Uganda e Libéria, aprovaram leis de informação. Embora sua implementação permaneça polêmica, a maior disponibilidade de dados sobre o impacto da governança deficiente e da corrupção no desenvolvimento de um país, os indicadores de governança e os índices de corrupção fortalecem a responsabilização e aumentam a conscientização dos cidadãos sobre o impacto da governança deficiente e da corrupção em sua vida diária. Ainda assim, é necessário maior empenho por parte dos governos africanos para resolver o problema da corrupção e do monopólio, que limita a concorrência.

Em termos do ambiente de negócios, o relatório *Doing Business* de 2011 (Banco Mundial e IFC 2010) revela que cerca de metade de todas as reformas de facilitação de negócios em 2009–10 foram realizadas na África Subsaariana. Isso reflete a importância estratégica da integração regional, incluindo a implementação de iniciativas existentes, como a SACU. Segundo o relatório, 27 das 47 economias subsaarianas implementaram as 49 reformas para melhorar seu ambiente de negócios. Três economias da região — Ruanda, Cabo Verde e Zâmbia — ficaram entre os 10 países que melhor se saíram em termos de reformas no ano passado, com base no número e no impacto das reformas sobre a regulamentação de negócios para firmas entre junho de 2009 e maio de 2010.

A construção de infraestrutura adequada

A África Subsaariana encontra-se em último lugar entre todas as regiões em desenvolvimento em termos de infraestrutura.¹¹ O fato de que tantos países africanos são mediterrâneos (40% da população vive em países não litorâneos) torna a infraestrutura e o acesso a transportes uma prioridade estratégica para o crescimento econômico e o desenvolvimento.

A infraestrutura é de importância crucial para o crescimento. Em toda a África, este setor respondeu por apenas cerca de um ponto percentual de crescimento econômico per capita de 1990 a 2005, comparado com menos de 0,75 ponto percentual para outras políticas estruturais. Esta contribuição atribuiu-se quase que inteiramente a avanços na penetração dos serviços de telefonia móvel. A deterioração da quantidade e qualidade da infraestrutura de energia elétrica nesse mesmo período atrasou efetivamente o crescimento (Foster e Briceño-Garmendia, 2009).

Dados empíricos e trabalho analítico demonstram que a falta de infraestrutura adequada e confiável, como água e eletricidade, limita o desenvolvimento do setor privado e aumenta a desigualdade. “Na maioria dos países africanos, particularmente nos países de mais baixa renda, a infraestrutura aparece como uma limitação importante para a realização de negócios, deprimindo a produ-

¹¹ Esta seção baseia-se em Aker e Isaac (2010), Banco Mundial (2011b), Calderón e Servén (2010), Escribano, Guasch e Pena (2010) e Foster e Briceño-Garmendia (2009).

tividade das empresas em cerca de 40%” (Escribano, Guasch e Pena 2010). O setor de energia elétrica lidera em termos do déficit de infraestrutura: apenas cerca de um quarto da população possui acesso à eletricidade, e o consumo de energia continua equivalente a apenas um décimo do consumo de outras regiões em desenvolvimento.

Há problemas abundantes também em outros setores. O percentual da população com acesso a água potável aumentou na década passada para quase 60%, mas a capacidade de armazenamento precisa ser ampliada de 200 metros cúbicos para, no mínimo, 750 metros cúbicos per capita. A distribuição de água para fins agrícolas precisa ser aprimorada, já que apenas 6 milhões de hectares estão devidamente equipados para irrigação e estes se concentram em alguns poucos países. Transporte e acesso a estradas carecem de investimento e instituições mais robustas para administrar o investimento, as operações e principalmente a manutenção. Apenas 29% das estradas da região são pavimentadas, e apenas um terço da população rural vive a menos de 2 quilômetros de rodovias abertas durante o ano todo. Para cumprir seu papel na cooperação inter-regional, o setor de transportes precisa de uma abordagem padronizada e coordenada de fortalecimento do comércio e promoção do desenvolvimento econômico.

Segundo o Banco Mundial (2011b), o custo para corrigir o déficit de infraestrutura da África está estimado em US\$ 38 bilhões por ano, com um adicional anual de US\$ 37 bilhões necessários para operações e manutenção, perfazendo, portanto, um total de US\$ 75 bilhões ou cerca de 12% do PIB da África. Esse total é superior aos recursos atuais estimados em cerca de US\$ 35 bilhões por ano. A mobilização de financiamento tanto do setor público como do setor privado é essencial para o desenvolvimento da infraestrutura.

No setor de tecnologia da informação e comunicação, houve um incremento expressivo no uso de telefones celulares, com 60% da população tendo acesso à cobertura de serviços de telefonia móvel. Entre 2002 e 2007, o total de assinaturas a serviços de telefonia móvel aumentou em 49% ao ano (Aker e Isaac 2010). No entanto, o acesso a serviços de Internet não se beneficiou dos mesmos níveis de cobertura. Existem apenas 2 milhões de assinantes a provedores de serviços privados de Internet, com cerca de 12 milhões utilizando instalações públicas para acesso. Uma maior expansão das redes e outras opções de conectividade contribuirão para impulsionar o desenvolvimento econômico e a integração aos mercados globais. No caso do Brasil e África, em 2013, um cabo submarino de 12800 gigabytes deverá conectar Moçambique e África do Sul a Fortaleza, Ceará, no norte do Brasil.¹²

Preparação para a mudança climática

A agricultura continua sendo a principal fonte de empregos e receitas de exportação da África Subsaariana, respondendo por cerca de 30% do PIB da sub-região (IFPRI, 2009). A maioria da população ainda vive em áreas rurais e

¹²<http://manypossibilities.net/african-undersea-cables/>.

depende da agricultura tradicional para sua subsistência. A agricultura dependente da chuva, combinada à infraestrutura deficiente, expõe a região a altos níveis de vulnerabilidade devido à mudança climática, cujos sérios efeitos previstos até 2050 nos países africanos incluem a redução da produção de arroz em 14%, trigo em 22%, e milho em 5%; a deterioração da relação entre o consumo e a demanda de água; a falta de alimentos na região que diminuirá 500 calorias da média consumida diariamente (uma queda 21%); e o aumento do número de crianças mal-nutridas de 33 milhões para 53 milhões (IFPRI 2009). Essa situação requer novos investimentos na infraestrutura agrícola, além de políticas e instituições mais fortes.



História das Relações Brasil–África

PONTOS PRINCIPAIS

- O Brasil possui fortes vínculos históricos, sociais e geopolíticos com a África, tendo, nos últimos anos, desenvolvido também ligações econômicas.
- O Brasil revitalizou sua política para a África no século XXI, em vista das transformações substanciais por que passa o continente.
- O Brasil e a África estão forjando um novo modelo de relações Sul-Sul.

Tradicionalmente, os estudos das relações entre o Brasil e a África tendem a se concentrar nas ligações do Brasil e da África com os países do Hemisfério Norte. Embora esses estudos “Norte–Sul” tenham contribuído para o conhecimento sobre o Brasil e a África no contexto internacional, também serviram para distorcer a história cultural, política e social que une o Brasil e a África, incluindo o legado do tráfico de escravos no Oceano Atlântico.

Em vez de se concentrar nas ligações entre o “centro” e a “periferia”, este capítulo examina os antecedentes históricos das relações “Sul-Sul” entre o Brasil e a África, ilustrando as conexões, as identidades culturais e os padrões comuns criados pelas experiências de longo prazo da África no Brasil e do Brasil na África.

Diversos autores trouxeram uma nova perspectiva ao padrão tradicional de análise “Norte-Sul” ao considerarem o Atlântico Sul mais como um canal de transferência cultural e experiências políticas e sociais do que um oceano geopolítico, tal como ocorre com o Atlântico Norte. Trata-se de uma evolução em relação à historiografia das relações entre o Brasil e a África. As dimensões globais da diáspora africana (Harris 1982), o capitalismo mercante e o tráfico de escravos (Miller 1988), as percepções brasileiras das rotas do Atlântico Sul como canais “mediterrâneos” de paz e comércio (Saraiva 1996) e a perspectiva humana das transferências realizadas no Atlântico Sul, incluindo os movimentos do tráfico de escravos (Alencastro 2000), constituem uma nova historio-

grafia das relações entre o Brasil e a África e servem como pano de fundo para este capítulo.

CINCO PERÍODOS DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

As relações entre o Brasil e a África podem ser divididas em cinco períodos distintos e desiguais. O primeiro período abrange a história colonial do Brasil, desde o século XVI até o início do século XIX. Com o início do tráfico transatlântico de escravos, as ligações entre o Brasil e a África — incluindo o comércio de produtos, as interações econômicas e sociais e o intercâmbio de ideias e *know-how* — ampliaram nesse período. Historiadores portugueses, como Oliveira Martins (1880) e, mais tarde, Jaime Cortesão (1933), indicam que grande parte da Costa da Guiné e Angola dependiam diretamente do Brasil durante o século XVIII.

O segundo período teve início em 1822, com a independência do Brasil, e caracteriza-se pela marginalização gradual das relações entre o Brasil e a África. Amplia-se o silêncio entre os dois após a assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, por Portugal, em 1826. Com o fim do tráfico de escravos e a aceleração da penetração da Europa na África, o Brasil coloca o continente africano de lado, concentrando-se nas relações internacionais com a América Latina, a Europa e a América do Norte. Este padrão continuou até os anos 1950.

O terceiro período aborda a eliminação gradual do colonialismo europeu na África, e diversos novos desdobramentos no Brasil. No final dos anos 1950, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos começam a criar condições favoráveis para reanimar as relações entre o Brasil e a África. O Brasil teve de adaptar sua política externa a um ambiente internacional com a presença de governos africanos recém-independentes. Entretanto, a posição brasileira em relação ao colonialismo português no continente africano — uma espécie de apoio hesitante ao anticolonialismo, limitado pelas relações tradicionais mantidas com o antigo colonizador — continua a impedir sua reaproximação com esses Estados africanos recém-independentes. A política externa brasileira em relação à África teria que, no final das contas, romper este nó górdio.

No quarto período, que vai de janeiro de 1961 a meados da década de 1980, ocorrem transformações importantes na política externa brasileira. Exceto pelos anos que se seguiram imediatamente ao golpe militar de 1964 no Brasil, este período experimentou uma aproximação política e econômica ativa com a África, com um fluxo relativamente intenso de bens e capital de um lado a outro do Atlântico Sul, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Do ponto de vista do Brasil, o Atlântico Sul torna-se foco importante tanto de comércio como de política externa. O reconhecimento do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) pelo Brasil em 11 de novembro de 1975 (data em que Portugal deixa Angola e o MPLA declara unilateralmente a independência do país), à frente de países africanos progressistas como a Nigéria e

a Tanzânia, viria a ser considerado um divisor de águas no relacionamento do Brasil com a África.

Durante o quinto período, que se estende até o século XXI, a África torna-se um dos principais pontos da agenda internacional do Brasil. O continente encontra-se em rápido processo de transformação, e o Brasil expressa um interesse cada vez maior em apoiar e participar desse desenvolvimento. O governo Lula (2003–10) renova o interesse do Brasil na África, posicionando-o em bases mais sólidas, como parte da busca de ampliar a influência global do Brasil. O novo Brasil com influência global coincide com a emergência da nova África descrita no capítulo anterior.

Dois discursos de solidariedade convergem para justificar a nova reaproximação do Brasil com a África. O primeiro enfatiza as afinidades culturais e históricas diretas com o povo negro do continente africano e as transferências culturais. O segundo privilegia as afinidades étnicas e culturais com os países lusófonos da África. As possibilidades criadas pela comunidade linguística continua sendo um aspecto específico da política externa do Brasil para a África no século XXI, conforme demonstra as iniciativas para ampliar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que prevê cooperação social e cultural com países como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.¹³A ênfase no idioma é um diferencial importante entre a aproximação do Brasil com a África e aquela da China e da Índia.

HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL DAS RELAÇÕES BRASIL–ÁFRICA: A ESCRAVIDÃO E ALÉM

Os contatos entre o Brasil e a África tiveram início no século XVI no contexto da colonização portuguesa. Sob o domínio português, a costa da África fornecia escravos para os engenhos de cana de açúcar do Brasil colonial. A chegada dos primeiros africanos ao Brasil remonta a aproximadamente 1530, mas a transferência de escravos africanos para o Brasil só se torna mais expressiva a partir de 1550, quando os engenhos de cana-de-açúcar passam a se organizar melhor. A demanda de escravos africanos no Brasil era tão grande que chegou a desviar o tráfico de escravos português das colônias espanholas nas Américas (como Santo Domingo, México e Peru) para o Brasil (Goulart 1949). Cria-se uma estrutura de tráfico transatlântico em que a acumulação de capital baseada na exploração de trabalho escravo dominava a economia.

Entretanto, este era apenas o começo de uma longa história de tráfico de escravos entre o Brasil e a África. A importação anual de africanos para o Brasil crescia ano após ano, passando de uma média de mil por ano no século XVI para o número recorde de 60 mil apenas em 1848. Contrabandistas continuaram a levar escravos para o Brasil após a abolição oficial do tráfico de escravos (mas não da escravidão) no Brasil em 1850. Goulart estima que o total de

¹³Ver o site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, www.cplp.org/.

africanos transportados como escravos para o Brasil tenha sido entre 3,5 milhões e 3,6 milhões, ao passo que a estimativa de Curtin (1969) é de 3.646.800.

Os escravos no Brasil eram provenientes de diversos pontos de origem no continente africano. A maioria era trazida da costa ocidental da África, embora alguns tivessem vindo de áreas mais ao leste, como Moçambique. A zona denominada Costa dos Escravos, que vai do litoral do que é hoje o Togo até a Nigéria, era onde os mercadores portugueses e brasileiros negociavam a obtenção de escravos não apenas para a produção de cana de açúcar, mas também para a exploração de minas durante o século XVII e para o trabalho no cultivo do café durante os séculos XVIII e XIX.

Produtos comuns utilizados na troca por escravos na costa africana, como tabaco, ouro, açúcar e cachaça (“água de fogo”) eram provenientes do Brasil. Mas a história das relações afro-brasileiras também inclui a troca de diversas outras *commodities* em menor escala, como sal, tecidos e especiarias asiáticas, bem como a transferência social de habilidades e o intercâmbio político e cultural. Muitos brasileiros iam para a África, por exemplo, como soldados, marinheiros, administradores e mercantes. Brasileiros importantes tornaram-se administradores em colônias portuguesas na África — os governadores João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e o Barão José de Oliveira Barbosa em Angola eram todos brasileiros (Rodrigues 1961).

Nem todos os africanos que viajavam ao Brasil eram escravos. Em 1750, o Rei Tegnabessou de Daomé enviou uma missão diplomática ao Brasil para persuadir os mercadores brasileiros a dar continuidade ao tráfico luso-brasileiro de escravos concentrado em Uidá — embora Daomé tivesse conquistado o Reino de Uidá alguns anos antes. Outras missões de Daomé para Portugal fizeram paradas no Brasil em 1795, 1796 e 1800. Dois governadores gerais do Brasil, Dom Fernando José de Portugal e Dom Francisco da Cunha Mendes, receberam embaixadores africanos para discussões sobre a proposta de monopólio do tráfico brasileiro na Costa dos Escravos. Na época, enviados dos regentes africanos recebiam todas as honras diplomáticas no Brasil (Almeida Prado 1955).

As relações entre o Brasil e a África atingem o ponto de inflexão em 1648, quando Portugal reconquista Angola dos holandeses, com uma expedição que partiu do Rio de Janeiro. Juntamente com os portugueses, a missão incluía brasileiros que contribuíram para o fortalecimento dos laços entre o Brasil e as regiões africanas sob domínio português. Com o tempo, as relações de Angola com Portugal diminuem e suas relações com o Brasil aumentam; em meados dos anos 1800, o comércio considerável que partia de Cabinda provinha diretamente do Rio de Janeiro, sem intermediação de Portugal. Angola torna-se cada vez mais dependente do Brasil, do século XVI até o início do século XIX. Durante este período, o Rio de Janeiro torna-se um entreposto dinâmico e importante na América do Sul. Salvador Correia de Sá e Benevides, comandante da expedição que derrotou os holandeses, fazia parte da aristocracia dominante do Rio de Janeiro e era proprietário de terras na região de Tucumán, próximas às minas de Potosí, nos Andes bolivianos. Naquela época, o Rio de Janeiro era o portal dos corredores do tráfico de escravos que se estendiam até o sul do Brasil, a região do Rio da Plata e as regiões de mineração dominadas pela Espanha na América do Sul.

Angola torna-se um apêndice verdadeiro do Brasil no século XVIII. Em 1770, Martinho de Melo Castro, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, escreve que não tolerava o fato de o Brasil controlar todo o comércio e navegação entre os dois lados do Atlântico, excluindo totalmente Portugal. Segundo esta visão, os brasileiros haviam desenvolvido dois ramos de comércio: primeiro, o tráfico legal e útil de escravos e, segundo, o tráfico ilegal de produtos da Ásia e Europa

Essas relações estreitas continuaram, no entanto, até o século XIX. Após a independência do Brasil em 1822, mercadores de Benguela ficam tentados com a ideia de uma união política entre o Brasil e Angola. Organiza-se um movimento de emancipação em Luanda e Benguela entre 1822 e 1826, com o objetivo explícito de transformar Angola em uma província do Brasil no exterior. Os mercadores solicitam à nova monarquia brasileira que garanta o relacionamento especial que mantinham nos séculos anteriores. Ao mesmo tempo, dois membros angolanos do parlamento português, decidem aderir ao movimento e se mudam para o Brasil como representantes de Angola, renunciando a seu acento no parlamento português (Santos 1979).

O Reino Unido, que atuou como mediador entre Portugal e o Brasil nas negociações que se seguiram à independência do Brasil, não era favorável à ideia de ligações políticas diretas entre um Brasil independente, de um lado, e Angola, África Ocidental e Moçambique, do outro. Alegando razões humanitárias e comerciais, o Reino Unido preferia uma região do Cone do Atlântico Sul livre, sem barreiras para seus interesses na região. Dessa forma, o Brasil passa a sofrer pressão constante dos interesses britânicos para não aceitar a união com Angola. As negociações levam à condição de que o reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal e do Reino Unido viria em troca do cessar completo das ligações políticas entre o Brasil e Angola. O resultado consubstanciado na terceira cláusula do tratado assinado por Portugal em 1826 (com mediação britânica) reconhece a independência do Brasil: Sua Majestade Imperial [Brasileira] promete não aceitar nenhuma proposta de colônias portuguesas de juntar-se ao Império do Brasil (Saraiva 1996).

DESCENDENTES AFRICANOS NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nos anos seguintes à abolição da escravatura no Brasil em 1888, poucos eram os descendentes de africanos que conseguiam penetrar os círculos intelectuais e políticos do Brasil. Traços culturais, valores e crenças de origem africana continuaram vivos na cultura popular brasileira, mas o interesse pelo continente africano foi virtualmente excluído daquilo que se considerava alta cultura.

A sociedade de classes do Brasil herdou os padrões de relação racial desenvolvidos sob o jugo da escravidão, e os negros livres ainda enfrentavam as mesmas desigualdades enfrentadas na época na escravidão. A economia de mercado, trabalho livre e modernização institucional foram incapazes de eliminar essas estruturas (Fernandes 1969). As desvantagens econômicas e educacionais, associadas ao sistema de alianças, barganhas e favoritismo que agrupava as elites

políticas e diplomáticas praticamente marginalizavam brasileiros de descendência africana, privando-os dos benefícios da modernidade e do progresso. Fazia-se necessário eliminar esses obstáculos, em vez de aprofundá-los, e o acesso à educação precisava ser ampliado.

O tom da cultura “liberal” dominante do Brasil era proveniente das contradições do *bourgeois gentilhomme*, que vivia no Brasil, mas tinha a Europa como ponto de referência. Essa classe de plantadores utilizava os escravos para produzir bens para o mercado internacional, mas tinham um olho no lucro e outro na fidalguia. Essa mesma contradição existia na precária aliança entre os descendentes africanos, entre eles os intelectuais mulatos, e a classe dominante de empreendedores, e na aliança entre as oligarquias rurais de homens de origem modesta e a elite do poder.

Alguns intelectuais mulatos criticavam e, ao mesmo tempo, abraçavam as contradições provenientes de sua situação. Um deles, Luís Gama — nascido de mãe escrava e pai branco, e vendido como escravo mas posteriormente libertado — ridicularizava em seus versos a elite presunçosa que negava suas raízes africanas. Porém, isso não o impedia de fazer parte dessa elite.

Outro importante escritor mulato de fins do século XIX foi Machado de Assis, que descrevia com ironia o mundo branco do qual pertencia. Em um de seus livros, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o escritor apresenta o quadro trágico e cômico de um membro da comunidade branca liberal brasileira, cujos traços característicos eram identificados como volubilidade (Schwarz 1990). A gama de referências intelectuais europeias no discurso universalista do protagonista do livro constitui exemplo perfeito do desembaraço que caracterizava a elite como um todo. Este discurso culto varria para debaixo do tapete o legado da escravidão e ignorava cuidadosamente a herança da África.

Alguns estudiosos exploraram a sobrevivência da cultura africana no Brasil, incluindo os vestígios de línguas e religiões africanas, no início do século XX. Raymundo Nina Rodrigues, que baseou seu famoso livro *Os africanos no Brasil*, em observações pessoais e entrevistas com africanos no Brasil, foi pioneiro desses estudos afro-brasileiros (Rodrigues 1982). Embora ele próprio mulato, e apesar de ser um dos poucos autores a dedicar atenção não apenas à presença da cultura africana no Brasil, mas também ao próprio continente africano, foi vítima de ideias do chamado “racismo científico”. Teóricos como Manuel Raymundo Querino, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes, Gilberto Freyre e Edison Carneiro produziram posteriormente estudos substanciais sobre o papel desempenhado pela cultura africana no Brasil.

As desigualdades culturais e sociais afetaram as relações do Brasil com os países africanos. Quando, na segunda metade do século XX, o Brasil começou a renovar seu interesse na África, a sociedade brasileira ainda estava longe de aceitar plenamente os seus afrodescendentes e sua herança africana. A crítica generalizada da hierarquia cultural deixada pela escravidão levou a um discurso relativamente ingênuo sobre a reaproximação com a África, grande parte do qual continuava cego para o fato de que o Brasil, apesar de suas ligações históricas e culturais com África, estava despreparado para construir um novo relacionamento com o continente. Por exemplo, quando foi necessário en-

contrar diplomatas negros para elaborar a nova política externa brasileira, não foi possível encontrar nenhum. Não havia virtualmente nenhum acadêmico brasileiro especializado na história e nas culturas do continente africano em universidades brasileiras.

Nos últimos anos, o “movimento negro” brasileiro ajudou a desenvolver um novo conjunto de políticas e normas públicas, incluindo a criação de novas instituições federais sobre questões raciais.¹⁴ Uma iniciativa, integrada à legislação brasileira em 2003, prevê que “a história e cultura afro-brasileira e africana” seja matéria obrigatória do currículo das escolas públicas e privadas. Esta lei é considerada um avanço importante para o movimento negro brasileiro, embora ainda enfrente dificuldades para ser plenamente implementada, tendo em vista a falta de profissionais com o conhecimento necessário. Diversas universidades vêm respondendo a este novo chamado, treinando uma nova geração de professores. O Departamento de História da Universidade Católica do Rio de Janeiro, por exemplo, criou dois novos cursos obrigatórios para seus alunos de graduação em 2008: África I, que aborda o tráfico de escravos no Atlântico e a África durante os séculos XVI, XVII e XVIII; e África II, sobre a África contemporânea.

Ainda nos últimos anos, várias universidades começaram a empreender esforços e metas de admissão voltadas para grupos específicos, como os afrodescendentes (e também índios). Programas inovadores de ação afirmativa eram necessários, e o Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), criou uma bolsa de estudos para afrodescendentes que resolvam se candidatar no Instituto Rio Branco (IRBr), a renomada escola diplomática do Brasil. Ao invés de conceder acesso por meio de um sistema tradicional de quotas, o programa oferece assistência de ensino que aumenta a chance dos beneficiários de serem aprovados no processo de admissão altamente concorrido. Dez meses antes do exame, o candidato ao IRBr recebe do governo uma remuneração mensal de US\$ 1.500 para se preparar para as provas.

DE UM PASSADO INCERTO PARA UM FUTURO PROMISSOR

A história das relações entre o Brasil e a África é longa e profunda. O Atlântico Sul foi palco de avanços e recuos na aproximação do Brasil com a África, do século XVI até o início do século XXI. Essa aproximação encontrou necessariamente ressonância em diversos elementos da identidade nacional brasileira, mas a discriminação cultural, seja oficial ou não oficial, dificultou esse processo. No entanto, o Brasil revitalizou sua política para a África no século XX, apesar das transformações substanciais por que passa o continente, e juntos, o Brasil e a África estão forjando um modelo de relações Sul-Sul.

¹⁴A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (SEPPPIR) foi criada em março de 2003 e está diretamente ligada à Presidência da República (www.seppir.gov.br/).

Existem inovações tanto conceituais como práticas na nova política de reaproximação do Brasil com a África. Uma delas é abandonar atitudes discriminatórias do ponto de vista cultural em favor de uma abordagem mais pragmática e estrutural de cooperação com as novas elites africanas. A outra é o ativismo da sociedade civil, tanto no Brasil como na África, em que grupos não governamentais desenvolvem novos e inovadores canais de cooperação para o desenvolvimento. A terceira inovação é a ênfase no comércio, cooperação e intercâmbios políticos entre estados democráticos estáveis, sem esquecer a dívida política e emocional do Brasil com a África, incorrida durante o tráfico de escravos que durou séculos.



Visões brasileiras sobre a África

PONTOS PRINCIPAIS

- O Brasil emerge como um novo ator mundial, reconhecido como provedor de cooperação técnica.
- A cooperação técnica é ferramenta essencial da política externa do Brasil.
- Os países africanos desejam para aprender com as histórias de sucesso do Brasil.
- O governo brasileiro definiu a África e a América do Sul como prioridades em sua agenda de cooperação para o desenvolvimento.

O PÊNDULO OSCILA DO NORTE PARA O SUL

Desde os anos 1950, o Brasil recebe ajuda na forma de cooperação técnica, um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento (tabela 3.1). Com efeito, o Brasil ainda recebe assistência de doadores tradicionais, como a Alemanha, Japão, Estados Unidos e Espanha. Entre 2003 e 2010, foram implementados no país aproximadamente 1800 projetos com um orçamento total de US\$ 600 milhões. Os setores mais ativos no âmbito da cooperação com doadores tradicionais (Norte-Sul) são o meio-ambiente, agricultura, desenvolvimento urbano, energia, saúde e gestão pública (MRE 2011).

Na última década, o crescimento econômico sustentado pelo Brasil, a estratégia bem sucedida de redução da pobreza e a taxa de desemprego em queda — juntamente com a política ambiental, governança democrática e ênfase crescente nas questões de direitos humanos e igualdade racial — posicionaram bem o país no contexto mundial. Como observou recentemente o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, “o Brasil tem mais recursos para investir quando o país administra bem os seus assuntos internos”. (Patriota 2011).

A taxa de crescimento média do PIB per capita do Brasil ficou em 3,6% no período de 2003–08, um aumento acentuado em relação ao 0,5% previsto em 1998–2003 (OCDE 2011). Houve elevação expressiva da exportação e importação, tanto em termos absolutos quanto como em relação ao percentual do PIB (o anexo 3 dá continuidade até 2010).

Tabela 3.1 Seleção de acordos de cooperação entre o Brasil e os países desenvolvidos por ano de assinatura, 1950–2011

Ano	País	Ano	País
1950	Estados Unidos	1975	Canadá
1962	Israel	1978	Noruega
1963	Alemanha	1984	Suécia
1966	Portugal	1989	Espanha
1967	França – 1º acordo	1996	França – 2º acordo
1968	Suiça	1997	Reino Unido
1970	Japão	1997	Rússia
1972	Itália		

Fonte: MRE, 2011.

“Em um dado momento, a ajuda fluía em uma [única] direção, dos países industrializados mais ricos para o mundo em desenvolvimento — uma corrente restrita de ajuda do ‘Norte para o Sul’. As coisas agora são mais complexas, com a ajuda se movimentando entre o sul, e as velhas definições de desenvolvido e em desenvolvimento perdendo o sentido”. (ODI 2010)

O sucesso do Brasil pode ser explicado por diversos fatores, entre os quais destacam-se a estabilidade econômica e o sistema democrático de governo. Além disso, há a dimensão internacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e o carisma pessoal do ex-Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. O crescimento econômico do país, juntamente com o aumento da demanda internacional pelas tecnologias sociais inovadoras do Brasil, coincidiram com o início do governo de Lula (2003–10). Naquela época, o governo federal elaborou uma série de novas políticas públicas (e adaptou e revisou políticas antigas) que mais tarde viriam a ser reconhecidas como êxitos (Action Aid 2010).¹⁵ A partir de 2004, diversas instituições brasileiras iniciaram um processo de “internacionalização”, que envolveu a definição de

prioridades, como a intensificação do papel do Brasil como ator mundial. Em 2005–06, o Brasil já era reconhecido como um provedor — e não mais apenas como recipiente — de cooperação para o desenvolvimento.

Este novo papel foi abraçado por Lula. No final de 2010, ele esclareceu que “a cooperação para o desenvolvimento não se limita à interação entre doadores e recipientes: entendemos que se trata de uma troca entre atores semelhantes, com benefícios e responsabilidades mútuas” (IPEA, 2010). De fato, durante os oito anos como chefe do governo brasileiro, Lula conseguiu transmitir uma forte mensagem política para o Sul: o Brasil deve ser visto como um parceiro de confiança e não apenas como outro simples doador.

¹⁵ A Action Aid, por exemplo, publicou um relatório em 2009 classificando o Brasil em primeiro lugar entre os países em desenvolvimento pelo progresso realizado para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes do prazo de 2015 (www.actionaid.org/docs/hungerfree_scorecards.pdf).

Essa mensagem provocou o aumento do interesse em aprender com as experiências de sucesso do Brasil. Um dos fatores mais importantes para a reputação crescente do país como parceiro e provedor mundial de conhecimento foi a visão de Lula de uma nova ordem econômica global e de um mundo multipolar. Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores de Lula (2003–10), foi um dos arquitetos do novo papel do país como ator mundial. Sob o comando de Amorim, a política externa brasileira buscou centros alternativos de poder, novas plataformas para atuação em áreas de relevância global e novos fóruns onde os países em desenvolvimento pudessem se mobilizar e exercer maior influência.¹⁶ Os esforços do Brasil em prol da cooperação Sul-Sul demonstravam um forte componente normativo: a criação de uma nova ordem mundial, sustentada por um conjunto de princípios e diretrizes (como o estado de direito e a democracia), que não deveriam ser condições para o diálogo e a negociação como os países envolvidos. Em grande medida, essa visão refletiu-se em diversos arranjos nos quais o Brasil passou a participar a partir de 2003, como o BRICS, o Fórum de Diálogo IBAS, a Iniciativa América do Sul-África (ASA) e outros fóruns multilaterais criados ou fortalecidos para reunir países em desenvolvimento.

Em 2006, Amorim afirmou que a “cooperação técnica é ferramenta essencial da política externa” (Schmitz e outros 2010). Posteriormente, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) passou por reformas importantes com vistas a coordenar e operacionalizar melhor as novas tarefas indicadas pela declaração. Em 2007, o Ministro Marco Farani tornou-se o novo chefe da ABC, aumentando acentuadamente o número de atividades de cooperação técnica (figura 3.1).

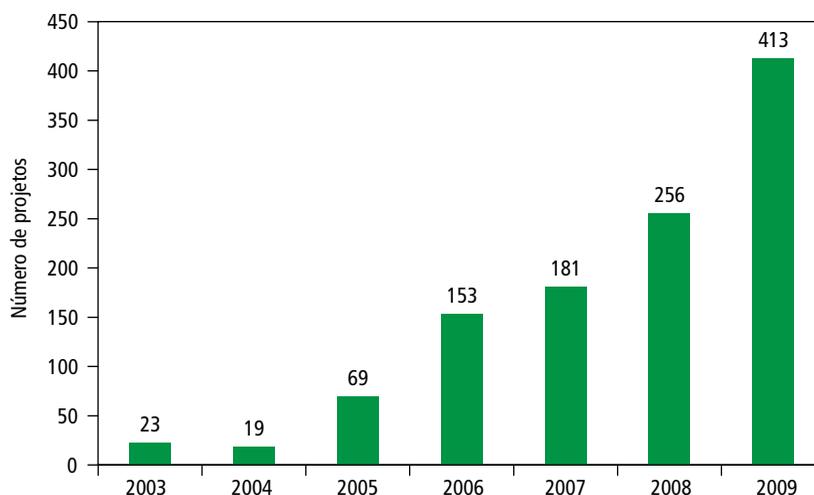
O Brasil desempenhou o duplo papel de recipiente e provedor de cooperação técnica; em outras palavras, o país não perdeu seu papel de recipiente quando se tornou provedor de cooperação. Na verdade, o Brasil recebeu US\$ 2 bilhões em cooperação técnica entre 2001 e 2009. Além disso, um relatório publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que entre 2005 e 2009, o Brasil forneceu US\$ 1,7 bilhão em assistência técnica (IPEA 2010). Isso sugere que, durante a última década, o Brasil conseguiu fortalecer a sua atuação como um canal entre o Norte e o Sul.

A cooperação brasileira em iniciativas de desenvolvimento reforça o novo paradigma de cooperação Sul-Sul, diferentemente da assistência de desenvolvimento vinculado normalmente oferecida por meio de mecanismos Norte-Sul. Embora o Brasil participe de diversos comitês da OCDE voltados para setores como agricultura, estatística, comércio, investimento e governança pública (OCDE 2011a), em se tratando de cooperação internacional, as autoridades brasileiras tendem a delinear critérios diferentes daqueles definidos pela OCDE. Como provedor relativamente novo de cooperação técnica, o Brasil tem realizado esforço concertado para evitar alguns dos erros e desvios observados como recipiente de ajuda da organização.

Em termos técnicos, a cooperação do Brasil para o desenvolvimento internacional consiste inteiramente em recursos não reembolsáveis investidos pelo governo federal brasileiro em países estrangeiros ou em organizações

¹⁶Entrevista com Fernando Simas Magalhães, maio de 2011.

Figura 3.1 Número de atividades de cooperação técnica coordenadas pela ABC, 2003–09



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação, 2010.

internacionais (IPEA 2010a).¹⁷ Com base nessa definição, o Brasil diferencia-se da OCDE ao promover desenvolvimento internacional de duas formas fundamentais: primeiro, os recursos brasileiros não são reembolsáveis, ao passo que a cooperação da OCDE prevê termos financeiros concessionais; segundo, o Brasil também contribui para as instituições multilaterais formadas e lideradas por países em desenvolvimento, ao passo que as contribuições da OCDE parecem alcançar apenas as organizações multilaterais cujos membros mais influentes são em geral do Norte.¹⁸ Apesar das diferenças, contudo, alguns dos princípios estabelecidos pela OCDE para cooperação internacional também podem ser identificados nas práticas brasileiras, entre as quais, transparência, anticorrupção e responsabilidade.

PRINCÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL

A cooperação brasileira para o desenvolvimento orienta-se por um conjunto de princípios em linha com a Constituição brasileira e sua política externa

¹⁷A ajuda oficial para o desenvolvido (AOD) é definida pela OCDE como: “Fluxos de financiamento oficial administrados, com a promoção de desenvolvimento e bem estar dos países em desenvolvimento como o objetivo principal, de natureza concessional com elementos de doação de no mínimo 25% (utilizando o desconto fixo de 10%). Por convenção, os fluxos de AOD consistem em contribuições de agências governamentais doadoras, de todos os níveis, a países em desenvolvimento (‘AOD bilateral’) e para instituições multilaterais. As receitas das AOD compreendem desembolsos de instituições doadoras bilaterais e multilaterais. Empréstimos de agências de crédito de exportação — puramente com o objetivo de promover exportações — são excluídos” (OCDE 2003).

¹⁸Diferenças destacadas no relatório do IPEA, (2010: 17).

tradicional e enfatiza, entre outros, a não intervenção e respeito pela soberania, solidariedade (ou “não indiferença” como dizia o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim — uma visão que continua a ser um legado do seu tempo) e a transferência de conhecimento e tecnologia sem condições. Embora não exista uma única política a reger a cooperação para o desenvolvimento, a tabela 3.2 relaciona diversos princípios, características e implicações políticas da atuação brasileira.

Dois outros aspectos diferenciam a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: o ritmo e a escala. De acordo com muitos servidores brasileiros, o empenho de longo prazo do país é estabelecer parcerias, compartilhar conhecimento e contribuir para processos que levem ao desenvolvimento sustentável. Isso tem sido destacado por diversas entidades como a Empresa

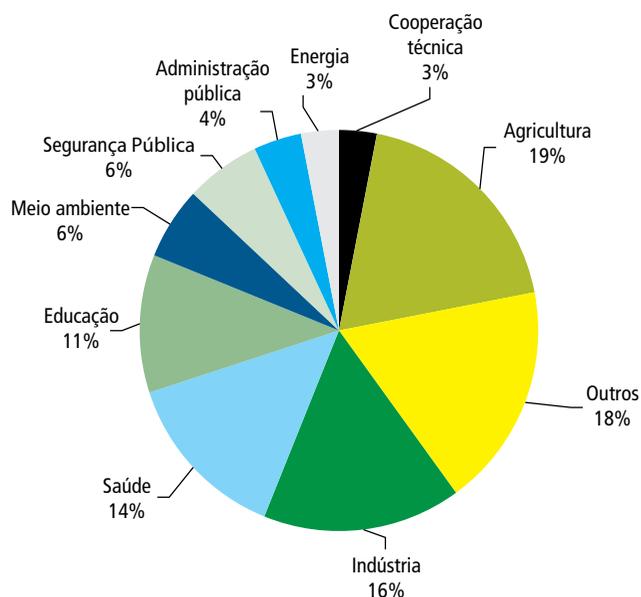
Tabela 3.2 Princípios gerais da atuação do Brasil em cooperação para o desenvolvimento global

Princípios	Implicações políticas
Diplomacia Solidária	Em suas relações internacionais, o Brasil deve seguir o princípio de “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, previsto na Constituição federal (artigo 4, IX).
Atenção às demandas dos países em desenvolvimento	Este princípio é fundamental para a diplomacia brasileira e reflete outros princípios orientadores previstos na Constituição, como <i>independência nacional, autodeterminação dos povos e igualdade entre os Estados</i> (artigo 4: I, III e V). Na abordagem do Brasil à cooperação Sul-Sul, esses princípios se refletem no fato de que as demandas e necessidades são identificadas em conjunto com os parceiros nacionais.
Evitar condicionalidades diretas	Como regra, não são impostas condições para atividades previstas ou executadas pelo governo brasileiro.
Evitar transferências diretas de dinheiro	Por um lado, este princípio enfatiza o intercâmbio de conhecimento e a transferência de tecnologia, evitando dessa forma a perda de recursos por meio da corrupção, desvios, etc. Conforme explica o Embaixador de Camarões no Brasil, “o que o Brasil tem a oferecer não é dinheiro, é conhecimento”. ^a Por outro lado, a legislação brasileira vigente, via de regra, não permite a transferência direta de dinheiro público para outros governos, exceto por intermédio de organizações multilaterais, o que é realizado por intermédio do sistema da ONU — sendo o melhor exemplo, a atual parceria entre a ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Abordagem abrangente e participação ampla (Uso de redes de contato, engajamento da sociedade civil e apoio e participação do país em fóruns multilaterais)	Uma abordagem comum é o uso de redes de contato para o tratamento de temas intersetoriais. São utilizados fóruns consultivos no plano internacional e também no plano nacional, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, formado por representantes de 19 ministérios e 36 organizações da sociedade civil. O multilateralismo é um aspecto fundamental da política externa do Brasil e conseqüentemente da cooperação do país para o desenvolvimento internacional.

a. Entrevista com Martin Mbarga Nguele, Embaixador de Camarões no Brasil, dezembro de 2010.

Fonte: Informações consolidadas pelos autores após entrevista com diversos representantes do governo brasileiro.

Figura 3.2 Principais áreas de envolvimento do Brasil em acordos de cooperação Sul-Sul, 2009



Fonte: ABC, 2009.

Obs. Parcelas representam percentuais do portfólio total de projetos.

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Tribunal Superior de Justiça, o Ministério da Saúde e a Subsecretaria de Energia e Alta Tecnologia do MRE. Cada qual, em sua própria área de atuação, enfatiza a necessidade de se concentrar em um número pequeno de projetos, optando pelo desenvolvimento em ritmo lento mas certo. Com essa abordagem, afirmam, as chances de sucesso são maiores, já que é possível o estabelecimento de relações de confiança e o desenvolvimento de métodos mais adaptados ao caso em questão e a criação de parcerias reais. Em alguns casos, as atividades realizadas são, porém, difíceis de reproduzir. Outros países com demandas semelhantes podem ter de esperar até que futuros acordos sejam realizados.

Grande parte da cooperação brasileira é executada de forma descentralizada, apesar dos esforços feitos, desde 2007, para levar a maioria (senão a totalidade) dos projetos novos e em andamento para o âmbito de uma única entidade: a ABC, o braço técnico do MRE. Embora a ABC tenha sido criada em 1987 para organizar a cooperação técnica *recebida* pelo Brasil; a agência tem hoje o mandato de elaborar, aprovar, implementar e monitorar as atividades Sul-Sul *fornecidas* pelo país (ABC 2010).

Metade da cooperação técnica brasileira realiza-se nas áreas de agricultura, saúde e educação (figura 3.2). Outras atividades abrangem áreas como capacitação profissionalizante para o desenvolvimento industrial, meio ambiente, segurança pública, administração pública, energia e indústria.

Não é mera coincidência que os setores-chave são aqueles em que as políticas públicas do Brasil se mostraram bem sucedidas em anos recentes. Embora não apareça de forma explícita na Figura 3.2, o ensino profissionalizante é um dos setores mais relevantes e promissores da cooperação brasileira para o desenvolvimento. O fortalecimento da capacitação humana não apenas aumenta a autonomia, mas também cria ligações que vão além da esfera governamental, menos vulnerável, portanto, a mudanças políticas.

FORTALECIMENTO DAS LIGAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA

O Brasil e a África são parceiros naturais e gêmeos geográficos assimétricos separados pelo Oceano Atlântico.

A estratégia do Brasil para o desenvolvimento da cooperação visa a promover o crescimento econômico e a inclusão social mediante o fortalecimento da capacidade humana e das instituições governamentais. Os impactos concretos ainda estão sendo avaliados pelos próprios governos, mas as chances de sucesso são altas. Tendo em vista que os problemas enfrentados pelo Brasil nas últimas décadas coincidem com muitos dos problemas encontrados hoje em países do Sul, as soluções encontradas por meio das políticas inovadoras do Brasil tendem a ser úteis para essas nações. Isso é particularmente verdadeiro na África e na América do Sul, onde os vínculos culturais, históricos, demográficos, geológicos e socioeconômicos com o Brasil são fortes.

O Brasil compartilha memórias históricas com a maioria dos países africanos. O país sobreviveu a décadas e mesmo séculos de desigualdades provocadas pela colonização, escravidão, opressão e humilhação que produziram miséria, capacidade institucional deficiente e dificuldades na provisão de bens públicos. Como consequência do seu próprio passado e sem a “superioridade” colonial de muitos países do Norte, o Brasil decidiu adotar uma abordagem diferente em seu novo papel de provedor de assistência (Oliva 2009).

A História também conecta o Brasil com outros países de língua portuguesa, principalmente os que se localizam na África,¹⁹ mas também com Timor-Leste e áreas específicas na Índia (Goa) e na China (Macau). Conexões na área linguística abriram caminho para manifestações culturais comuns em áreas como música, literatura, televisão e até mesmo culinária. Na África especificamente, os colonizadores portugueses também criaram ligações entre o Brasil e países localizados no Golfo da Guiné, como Benin, Gana, Nigéria e Togo,²⁰ dos quais membros da população local eram levados como escravos ao Brasil, a única colônia portuguesa na América do Sul. Atualmente, o Brasil possui a segunda

¹⁹Os cinco países lusófonos da África são Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

²⁰Nomes comuns de família tanto em Benin como no Brasil incluem Souza e Pereira. O primeiro presidente do Togo, Sylvanus Olympio, era de ascendência afro-brasileira (ver Amos 2001).

maior população africana do mundo, em números absolutos, atrás apenas da Nigéria. O censo de 2010 confirma que 50,7% da população brasileira é de descendência africana (de um total de 191 milhões de habitantes em 2010).²¹

A geografia e a localização geográfica também tiveram papel importante no apoio do Brasil ao desenvolvimento da África. Na seção de abertura da primeira reunião de cúpula da América do Sul-África (ASA) em Abuja (2006), o Presidente Lula declarou que o Oceano Atlântico não era mais do que “um rio” entre os dois continentes (UOL Notícias 2006). Em razão de estarem em latitudes similares, o Brasil e a África Subsaariana apresentam condições climáticas semelhantes, o que possibilita uma ampla gama de intercâmbio de conhecimentos em áreas como agricultura e medicina tropical. O litoral atlântico do Brasil e da África apresentam composição semelhante em termos de solo, maré, padrões pluviais, bem como outras condições físicas, e a Petrobrás encontrou o mesmo tipo de petróleo tanto na Bacia de Campos, (Rio de Janeiro, no Brasil) como em Ogbia, (Estado de Bayelsa, na Nigéria).²²

De forma mais sistemática, conforme descrito no CAPÍTULO 1, o Brasil vem demonstrando interesse em democratizar as instituições de governança global. Consequentemente, o país oferece incentivos aos países africanos — e a seus vizinhos sul-americanos — para afiliar-se e participar ativamente de organizações internacionais, com o intuito de que essa participação venha a produzir uma abordagem mais inclusiva à governança global. Entretanto, o Brasil precisa fortalecer sua própria posição relativa em termos de governança global e poderá fazê-lo mediante o apoio prestado — e recebido — de países menos desenvolvidos que consideram o Brasil um representante genuíno do Sul global. Como observou um diplomata africano, “o Brasil é a sétima maior economia do mundo e precisa ser respeitado pelas organizações internacionais como tal”.²³ E segundo muitas análises, o Brasil crescerá para tornar-se a quinta maior economia na próxima década (Patriota 2011, O’Neill 2011).

POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL EM RELAÇÃO À ÁFRICA DURANTE O GOVERNO DE LULA (2003–10)

No governo Lula, a diplomacia presidencial teve um papel importante na ênfase do governo nas relações com a África. Durante o seu primeiro mandato, Lula lançou iniciativas de política externa que atribuíam maior importância às relações entre o Brasil e a África (Silva 2003). Diversos discursos presidenciais e pronunciamentos de altas autoridades revelaram que um mandato político vigoroso orientava a maioria das instituições federais a criar ou fortalecer laços de acordo com as novas prioridades.²⁴

²¹ IBGE, <http://www.ibge.gov.br>.

²² Entrevista com representante da Petrobras realizada em dezembro de 2010.

²³ Entrevista com Alfonso Chambe, conselheiro de assuntos políticos e econômicos da Embaixada de Moçambique, Brasília, junho de 2011.

²⁴ Entrevista com o Ministro Nedilson Jorge, chefe do Departamento da África (DEAF), MRE. Dezembro de 2010.

Tabela 3.3 Países africanos visitados por presidentes brasileiros, 2000–10

Ano	Países visitados
2000	Moçambique
2001	Nenhum
2002	Nenhum
2003	São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Líbia
2004	São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde
2005	Camarões, Gana, Nigéria, Guiné Bissau e Senegal
2006	Argélia, Benin, Botsuana, África do Sul e Nigéria
2007	Burkina Faso, Congo, África do Sul e Angola
2008	Gana e Moçambique
2009	Líbia
2010	Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul e Moçambique

Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do MRE.

A iniciativa de Lula de aproximar as relações do Brasil com a África não apenas buscava construir parcerias estratégicas na região, mas também se relacionava ao compromisso assumido com a população afrodescendente do Brasil, no âmbito das eleições, de dar mais atenção a questões relacionadas com as ligações entre a África e o Brasil (como o papel da diáspora africana).

Mudança foi a primeira palavra usada por Lula em seu discurso inaugural como Presidente, proferido em 1º de janeiro de 2003, perante o Congresso nacional. Em seguida, enfatizou a necessidade de fortalecer “os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva a suas enormes potencialidades”. Em novembro do mesmo ano, Lula realizou sua primeira viagem à África e visitou os países lusófonos de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, bem como a Namíbia e a África do Sul, fortalecendo as ligações do Brasil com os países não lusófonos. Lula indicou que o Brasil, como a economia lusófona mais forte do mundo, tinha uma “dívida histórica” com a África (BBC 2003). Desse ponto de vista, as relações Brasil–África constituem uma “obrigação política, moral e histórica” (MRE 2007), e o Brasil precisa realizar gestos concretos em apoio ao continente.

Durante os oito anos em que foi presidente, Lula realizou 12 missões à África (tabela 3.3). Na maioria dos casos, essas missões envolviam a participação de representantes do setor privado, o que comprova o novo aspecto da política externa do Brasil em relação à África. Esse dinamismo também serviu para fortalecer as relações entre o governo brasileiro e o setor privado. As visitas ao continente tinham não apenas um sentido simbólico, mas também serviram para atrair outros países sul-americanos para a África. O Mercusul tem atualmente dois acordos de comércio e cooperação no continente, um com o Egito e outro com países da África Austral.

Além do próprio Lula, assessores e diplomatas também realizaram várias visitas à África. Celso Amorim, por exemplo, realizou 67 visitas oficiais a 34 pa-

íses africanos durante o governo Lula (tabela A4.1, anexo 4). Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, deram prioridade à África na preparação e formação de diplomatas brasileiros. O crescimento do interesse do governo na África ampliou a presença diplomática do Brasil no continente. Dezesete embaixadas do Brasil foram inauguradas ou reativadas na África durante a presidência de Lula, proporcionando ao Brasil representação oficial em 37 dos 54 países africanos.²⁵ O Brasil criou 400 vagas para novos diplomatas durante o governo Lula. Antes de 2005, o Brasil tinha 997 diplomatas ativos e hoje conta com 1397. Lula também reestruturou o Departamento de Assuntos Africanos e do Oriente Médio no âmbito do MRE, com a criação de um Departamento de África específico, com três divisões e orçamento próprio.

Chefes de estado e ministros africanos recíprocarão as visitas de Lula, com viagens mais frequentes ao Brasil (tabela A4.2, anexo 4). A troca de visitas continuou até o fim do governo Lula. Em 2010, último ano de seu governo, ministros africanos realizaram um total de 15 visitas ao Brasil, respondendo por mais de 30% do total de visitas no ano (tabela A4.3, anexo 4).

A nova Presidente Dilma Rousseff (cujo governo teve início em 1º de janeiro de 2011), com menos de um ano no cargo, já realizou sua primeira visita à África para participar do Fórum de Diálogo IBAS na África do Sul (fez paradas também em Angola e em Moçambique). Trata-se de uma forte mensagem política que confirma que a África continuará a ser prioridade na agenda do novo governo.

Muitos jornalistas e outros representantes da mídia brasileira acompanharam delegações presidenciais à África, fornecendo informações sobre as missões e sobre o contexto geral dos países visitados. Tendo em vista que o desconhecimento sobre a África é um dos desafios a serem enfrentados para fazer avançar as relações Brasil–África, essas visitas constituíram um canal importante de divulgação de conhecimento sobre iniciativas africanas relevantes para o Brasil.

O Brasil também renegociou a dívida de diversos países africanos durante o governo Lula (Rizzi e outros 2011). Essa iniciativa financeira ultrapassou US\$ 1 bilhão e representou quase 75% do total de dívidas renegociadas pelo governo Lula. Essa iniciativa pautou-se, sobretudo, pela idéia de parceria para o desenvolvimento e a superação de assimetrias sociais e econômicas (IPEA 2010).

Foram desenvolvidas iniciativas de cooperação em conjunto com outras estratégias de alto nível. A participação brasileira em comitês conjuntos, fóruns e reuniões ministeriais aumentou de forma acentuada (tabela A4.4, anexo 4). O Brasil envolveu-se em muitos fóruns multilaterais com países em desenvolvimento, especialmente os relacionados com o diálogo Sul-Sul e com a África, como demonstra o engajamento do Brasil com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a presença do Brasil como convidado em algumas reuniões da

²⁵ Em junho de 2011, duas dessas 37 embaixadas, inauguradas oficialmente em 2010 (Lilongue e Freetown), não estavam em funcionamento.

União Africana. As duas iniciativas proporcionaram oportunidade importante para o país compartilhar preocupações em comum com parceiros africanos.

Outro exemplo de incentivos do governo para o aprimoramento das relações foi a Cúpula América do Sul-África (ASA), concebida por Lula e pelo então Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, em 2005, durante visita oficial do Presidente brasileiro. A sugestão inicial do Presidente Obasanjo limitava-se a uma cúpula Brasil-África que mais tarde se tornou o mecanismo bi-regional América do Sul-África. Seguindo o modelo da Cúpula América do Sul-países Árabes, a Cúpula da ASA destina-se a intensificar o diálogo entre as essas duas regiões do Sul (tabela A4.5, anexo 4).

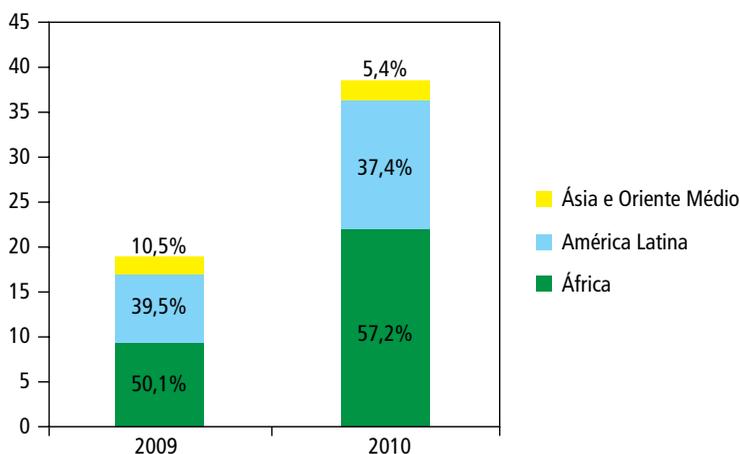
A presença do Brasil na África também aumentou como resultado do interesse de vários governos africanos nas medidas implementadas pelo Brasil internamente, especialmente sob a presidência de Lula. As estratégias de redução da pobreza (como o Fome Zero) e os programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) chamaram imediatamente a atenção de vários países como Gana, que foi o primeiro a solicitar formalmente o apoio do Brasil para programas sociais semelhantes. Em julho de 2009, Lula foi convidado de honra da 13ª Cúpula da União Africana realizada em Sirte, na Líbia, como reconhecimento do sério compromisso de Lula e do Brasil com a África (Amorim 2010). Em julho de 2011, a atual Presidente Dilma Rousseff, designou Lula para representar oficialmente o Brasil na 17ª Cúpula da União Africana realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Em seu discurso, Lula enfatizou que “a fotografia que se mostra da África é uma imagem equivocada, de pobreza e de miséria, uma imagem cheia de preconceitos, (. . .) mas nós, latino-americanos e africanos, queremos ser tratados em igualdade de condições e participar da produção de riqueza no mundo”.²⁶ Esse tipo de interesse genuíno, juntamente com o fato de que a cooperação brasileira para o desenvolvimento reage às demandas dos países-alvo, fortaleceram os laços entre o Brasil e a África (ABC 2009).

A África é a prioridade do governo brasileiro em termos de número e valor de projetos internacionais. Em 2009, 50% dos projetos de desenvolvimento internacional do Brasil, administrados pela ABC, eram destinados a países africanos (figura 3.3). Em 2010, o percentual aumentou para quase 60%, totalizando mais de US\$ 22 milhões.

O número de postos diplomáticos de alto nível em capitais africanas aumentou rapidamente durante a presidência de Lula, particularmente durante seu segundo mandato (2007–10). O governo decidiu criar redes de contato mais fortes entre Brasil e a África, não apenas com os próprios países mas também com organizações regionais, como as comissões econômicas regionais da África, e a União Africana. O objetivo era gerar sinergia e sobretudo aprofundar a coordenação de projetos em execução. O Brasil é o sétimo país do mundo com mais embaixadas na África. No Hemisfério Ocidental, é o segundo, atrás apenas dos Estados Unidos (Patriota 2011). A abertura de novas embaixadas na África foi acompanhada pelo aumento do número de missões africanas

²⁶Governo da República da Guiné Equatorial 2011.

Figura 3.3 Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente, 2009–10



Fonte: ABC 2009 e 2011.

Obs.: Os valores totais em 2009 e 2010 foram, respectivamente, US\$ 2.012.682 e US\$ 2.082.674 para a Ásia e o Oriente Médio; US\$ 7.575.235 e US\$ 14.437.785 para a América Latina e US\$ 9.608.816 e US\$ 22.049.368 para a África.

no Brasil. Desde 2003, 17 novas embaixadas foram inauguradas em Brasília, somando-se às 16 que já existiam.

Em mais uma iniciativa liderada pelo governo para forjar ligações mais fortes com a África, em 2006, o Brasil sediou a 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora em Salvador, Bahia.

OS DESAFIOS ADIANTE

A expansão da influência do Brasil no continente africano nos últimos sete ou oito anos é ainda mais impressionante quando se consideram as limitações econômicas internas tanto na África como no Brasil — isso sem falar nas dificuldades impostas pela atual configuração do sistema internacional. O termo “risco da África” descreve as limitações materiais impostas a todo tipo de atividade no continente, a ser realizada por atores externos ou internos, que não são específicas do Brasil. Os recursos humanos são escassos, especialmente para trabalho altamente especializado, e é difícil identificar parceiros locais de confiança. Existe a necessidade de reforma agrária e acesso regular e confiável a água, eletricidade e comunicações (telefonia e Internet). Igualmente importante, o transporte é extremamente oneroso e demorado, somando-se à complexidade de fazer negócios e promover o desenvolvimento sustentável na maioria dos países africanos, conforme descrito no CAPÍTULO 1.

Por outro lado, o Brasil enfrenta paradoxos comuns aos grandes países em desenvolvimento. A legislação brasileira ainda reflete, em grande medida, a imagem anterior do Brasil como um país de “Terceiro Mundo”. Embora esta

visão seja antiquada e equivocada, o Brasil continua a carecer de mecanismos institucionais que facilitem, ou ao menos não impeçam, emissão de cooperação para o desenvolvimento.

Considerando que o Brasil é uma economia emergente, o país enfrenta enormes desafios à cooperação para o desenvolvimento em termos de seu quadro normativo e administrativo (ODI 2010), bem como em termos de recursos humanos e financeiros. É difícil organizar e aprovar grandes projetos, seja para implementação dentro ou fora do país, e as linhas de créditos são inadequadas para empresas, independente do tamanho. Há também forte necessidade de aumentar a conscientização interna sobre a importância da participação em acordos de cooperação Sul-Sul. Embora 8.5% da população brasileira ainda viva em situação de extrema pobreza (Agência Brasil 2011), o país conseguiu tirar 20,4 milhões de brasileiros da pobreza em menos de uma década (2003–10) (Fundação Getúlio Vargas 2010). Ao fazer isso, adquiriu conhecimento relevante que poderia ser compartilhado com outros países do Sul que enfrentam desafios semelhantes.

Entretanto, o envolvimento do Brasil na África sofre com a falta de informações, de conectividade e com a gestão deficiente de expectativas.

A disponibilidade de informações adequadas sobre a África é bastante limitada no Brasil. O brasileiro comum tem normalmente uma visão negativa e estereotipada da realidade africana, e o mesmo ocorre em termos das percepções africanas sobre o Brasil. Conseqüentemente, o comércio e o investimento entre os dois parceiros não cumprem o seu potencial. A sociedade civil tem um papel importante a desempenhar no sentido de aumentar a conscientização, e a cultura institucional dos órgãos públicos precisa mudar em ambos os lados para que o Brasil e a África possam colher os benefícios prometidos de sua aliança Sul-Sul.

O principal obstáculo, no entanto, é a deficiência em termos de conectividade, tanto nas comunicações como nos transportes, entre a África e o Brasil (e na verdade, entre o Brasil e a maior parte da América do Sul). Ligações de telefone fixo ou celular são relativamente caras no Brasil e na África, quando comparadas aos padrões da Europa e dos Estados Unidos, em grande parte devido à predominância de monopólios. A falta de transporte adequado desestimula qualquer tentativa brasileira ou africana mais séria de fazer negócios ou aprofundar a cooperação. As rotas marítimas e os voos entre as cidades brasileiras e africanas são insuficientes tanto em termos de número como de frequência. O trajeto curto a ser percorrido por um navio brasileiro de um grande porto no Brasil (como Rio de Janeiro ou Santos) até Bissau deveria levar 10 dias, mas devido à burocracia e rotas indiretas a viagem chega a levar 80 dias.²⁷

Os poucos voos diretos existentes entre o Brasil e a África são geralmente reservados além da capacidade ou pertencem a companhias aéreas européias, como a Turkish Airlines, ou africanas, como a TAAG Linhas Aéreas de Angola e a South African Airways (SA). Diplomata brasileiro observou: “É uma pena que as companhias aéreas brasileiras não ‘enxerguem’ a África — estão perdendo

²⁷ Entrevista com Jorge Geraldo Kadri, Embaixador do Brasil em Bissau, em maio de 2011.

muito dinheiro, porque os voos estão sempre cheios”.²⁸ A falta de voos diretos é outro problema — um voo de Acra para São Paulo, por exemplo, pode fazer conexão em Frankfurt, na Alemanha, levando mais de 30 horas para chegar a seu destino final,²⁹ embora um voo direto de Dacar levaria apenas três horas e meia para chegar a Recife ou cinco horas para chegar ao Rio de Janeiro. Existem alguns voos diretos, como o vôo diário de Joanesburgo a São Paulo pela South African Airways, que conecta a África não apenas ao Brasil mas também a outras cidades na América do Sul, como Bogotá e Lima.

Outro aspecto essencial para a renovação das relações entre o Brasil e a África é a gestão inteligente de expectativas. Houve um rápido incremento das atividades do Brasil na África em um curto período de tempo. Uma maior presença diplomática, juntamente com um grande número de projetos para o desenvolvimento em diversos estágios de execução, elevou as expectativas dos dois lados. Em situações como essa, qualquer pequeno problema com a capacidade do Brasil de cumprir ou produzir resultados positivos em ambos os lados pode ser prejudicial.³⁰

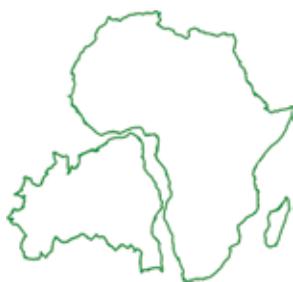
O sistema contemporâneo internacional também impõe uma série de obstáculos a uma forte parceria entre o Brasil e a África. Alguns obstáculos, como monopólios e a fragmentação da cooperação internacional na África, já constam da agenda de organizações como a OCDE, mas ainda demandam maior atenção e soluções concretas. Outros exigem uma profunda revisão da dinâmica política e econômica internacional.

O modelo de cooperação entre a África Subsaariana e o Brasil se destaca como uma alternativa ao sistema de cooperação tradicional. A divulgação sistemática de lições aprendidas e relatórios de monitoramento e avaliação poderia contribuir, em grande medida, para o debate internacional sobre cooperação Sul–Sul.

²⁸Entrevista com Pedro Santa Rosa, Ministro Conselheiro do Brasil em Pretória, maio de 2011.

²⁹Entrevista com Luis Fernando Serra, Embaixador do Brasil em Acra, maio de 2011.

³⁰Entrevista com Fernando Simas Magalhães, maio de 2011.



A Conexão do Conhecimento

PONTOS PRINCIPAIS

- Programas de proteção social inovadores no Brasil ajudaram 20 milhões de pessoas a sair da situação de pobreza extrema em menos de uma década.
- O Brasil é reconhecido como líder mundial em medicina e agricultura tropicais.
- A tecnologia brasileira é facilmente adaptável às regiões da África que apresentam semelhanças geológicas e climáticas.
- As principais áreas em que o Brasil oferece assistência técnica para a África são agricultura tropical, medicina tropical, ensino profissionalizante, proteção social e energia.

A troca de conhecimentos entre o Brasil e os países subsaarianos concentra-se em quatro áreas principais: agricultura, saúde, formação profissionalizante e proteção social. Tendo em vista a expansão e o acúmulo de conhecimento especializado do Brasil nas últimas duas ou três décadas, essas áreas passaram a ser a espinha dorsal da cooperação técnica em desenvolvimento internacional. Em particular, expandiram a um ritmo e escala sem precedentes durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–10).

Nos últimos anos, a área de energia, especialmente biocombustível, surgiu como outra prioridade na agenda Brasil–África. Os avanços tecnológicos significativos do Brasil em energia demonstram que existe um forte potencial para maior cooperação com o Sul, especialmente com a África, tendo em vistas que as atuais deficiências energéticas são obstáculos importantes para a consecução do crescimento sustentado e do desenvolvimento. Há também demanda crescente dos países da África por conhecimento especializado do Brasil em outras áreas, como fortalecimento da capacitação de servidores públicos em gestão, liderança e planejamento estratégico, além do aprimoramento do desenvolvimento e gestão de mercados de seguro (figura 4.1).

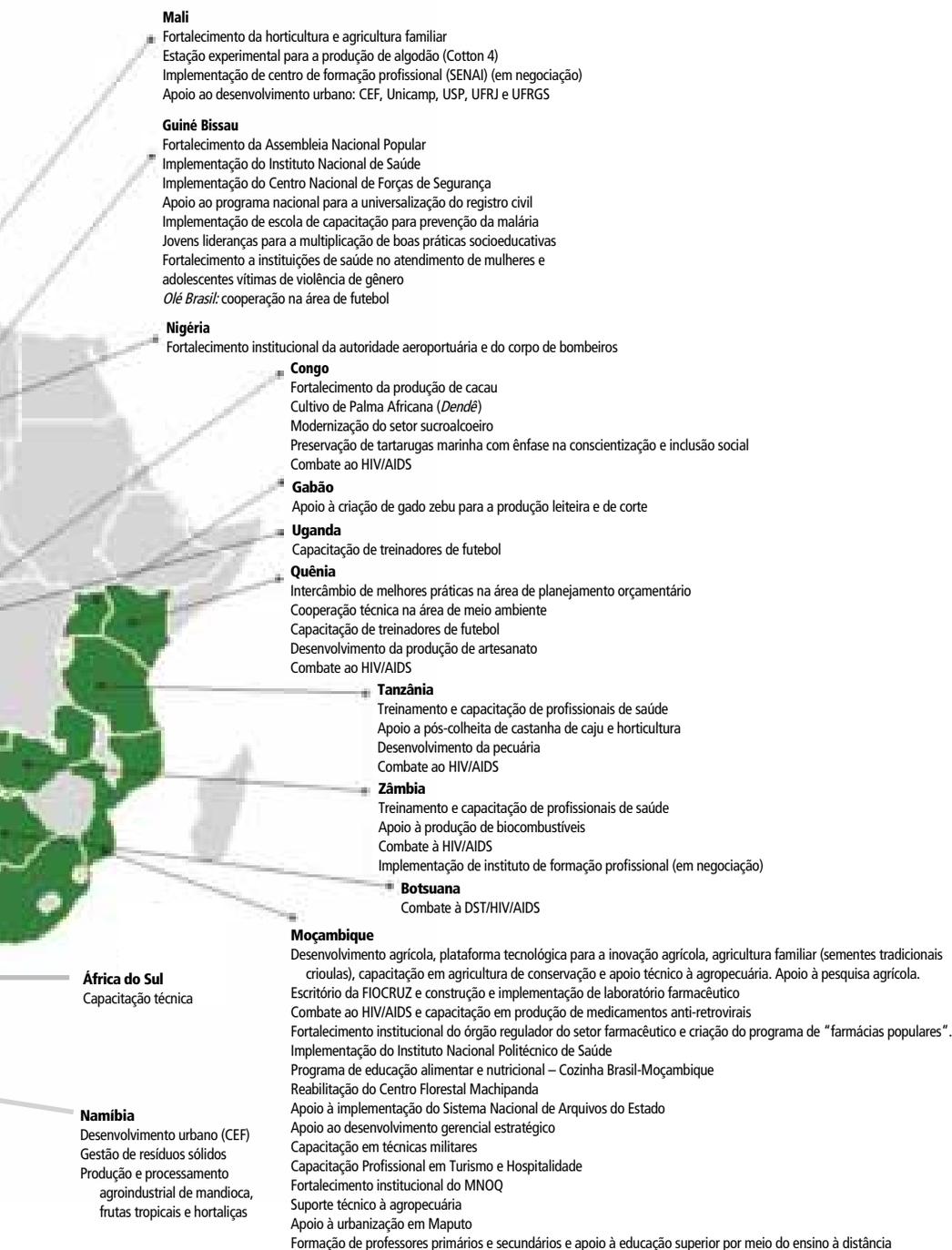
Este capítulo destaca a experiência e boas práticas brasileiras que têm atraído a atenção de outros países em desenvolvimento, especialmente na África

Figura 4.1 Cooperação internacional do Brasil na África Subsaariana, 2000–11

Projetos Executados, em Execução e em negociação ABC/Ministério das Relações Exteriores

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)





Subsaariana. A realização de mais pesquisas conjuntas sobre abordagens, mecanismos de implementação e avaliação de resultados seria benéfica.

AGRICULTURA TROPICAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

A agricultura brasileira apresenta diversas vantagens geológicas e climáticas em razão da extensão territorial do país, sua localização tropical e biodiversidade. Os últimos 10 anos de estabilidade macroeconômica e política, juntamente com a eliminação da substituição das importações em favor da produção interna, contribuíram para o crescimento do setor agrícola. Reformas estruturais recentes no Brasil “incluíram a privatização de empresas estatais, a desregulamentação do mercado interno e a criação da união aduaneira do Mercosul com outros países sul-americanos”, ao passo que “mudanças de políticas incluíram cortes profundos de tarifas e a eliminação de barreiras não tarifárias ao comércio” (OCDE 2005).

Com exportações de alimentos no valor de US\$ 54 bilhões ao ano, a Organização Mundial de Comércio (OMC) classifica o Brasil como o terceiro maior exportador de alimentos do mundo, atrás apenas da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos (OMC 2009). O aumento da produção agrícola do Brasil nos últimos 10 anos foi bastante expressivo.

Entre 1996 e 2006, o valor total das colheitas do país cresceu 365%, passando de R\$ 23 bilhões (aprox. US\$ 12.8 bilhões) para R\$ 108 bilhões (aprox. US\$ 6 bilhões). As exportações de carne multiplicaram-se por 10, superando a Austrália como maior exportador mundial. O país possui o maior rebanho bovino do mundo depois da Índia. É também o maior exportador mundial de frango, cana de açúcar e etanol. Desde 1990, a produção de soja subiu, passando de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões. No momento, o Brasil é o maior exportador mundial de carne. É também o principal fornecedor internacional de açúcar, café, suco de laranja, etanol, tabaco e frango. Classifica-se em segundo como exportador de soja e, em quarto, de porco e algodão (*The Economist* 2010).

Este crescimento foi atingido com pouco subsídio do Estado — apenas 5,7% do total da renda agrícola em 2005–07, comparado a 12% nos Estados Unidos, 26% nos países da OCDE e 29% nos países da UE (*The Economist* 2010). A Tabela 4.1 mostra projeções da participação do Brasil no mercado global.

As políticas de desenvolvimento agrícola adotadas durante o mandato do Presidente Lula, como o Sistema Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional, tiveram um impacto ainda maior no desenvolvimento agrícola e na segurança alimentar, ajudando o país a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio referentes à pobreza e fome cinco anos antes do prazo (IPEA 2010b).

Reformas políticas inovadoras que impulsionaram a produtividade agrícola também aumentaram a inclusão social e reduziram a pobreza e a desigualdade. Entre essas políticas, estão a criação de redes para participação mais ampla dos cidadãos no desenvolvimento, a expansão dos mercados públicos e o aumento

Tabela 4.1 Projeções da participação do Brasil no mercado global (%)

	2009/10	2014/15	2019/20
Açúcar ^a	47	47	50
Café verde ^a	27	27	27
Soja	30	33	36
Farelo de soja	22	21	20
Óleo de soja	21	16	18
Milho	10	11	13
Carne	25	31	30
Porco	12	14	14
Frango	41	48	48

a. Não há projeção, então a participação de mercado se mantém constante.

Fonte: The Economist Intelligence Unit 2010, com base em dados do Departamento de Agricultura dos EUA 2010; Food and Agriculture Policy Research Institute 2009; e AGE/Ministério da Agricultura, Abastecimento e Abastecimento 2010.

do apoio à agricultura familiar (85% das operações de crédito vinculadas à agricultura familiar é financiada por bancos públicos, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia).

Ao contrário da produtividade do Brasil, vários países africanos importam alimentos e energia. Embora 60% da população da África dependa da agricultura,³¹ o setor caracteriza-se por baixa produtividade, infraestrutura deficiente e falta de mão de obra qualificada. Portanto, algumas práticas inovadoras associadas à segurança alimentar e agricultura familiar do Brasil estão sendo adotadas por outros países com agricultura tropical. O fato de que uma grande parte da África Subsaariana apresenta condições geológicas e climáticas semelhantes ao Brasil (figura 4.2) faz do país o colaborador ideal para o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa. Observando o sucesso brasileiro nessa área, muitos países da África Subsaariana solicitaram o apoio do Brasil para avançar o desenvolvimento agrícola.

As principais instituições públicas responsáveis pelo sucesso agrícola recente no Brasil são a EMBRAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).³²

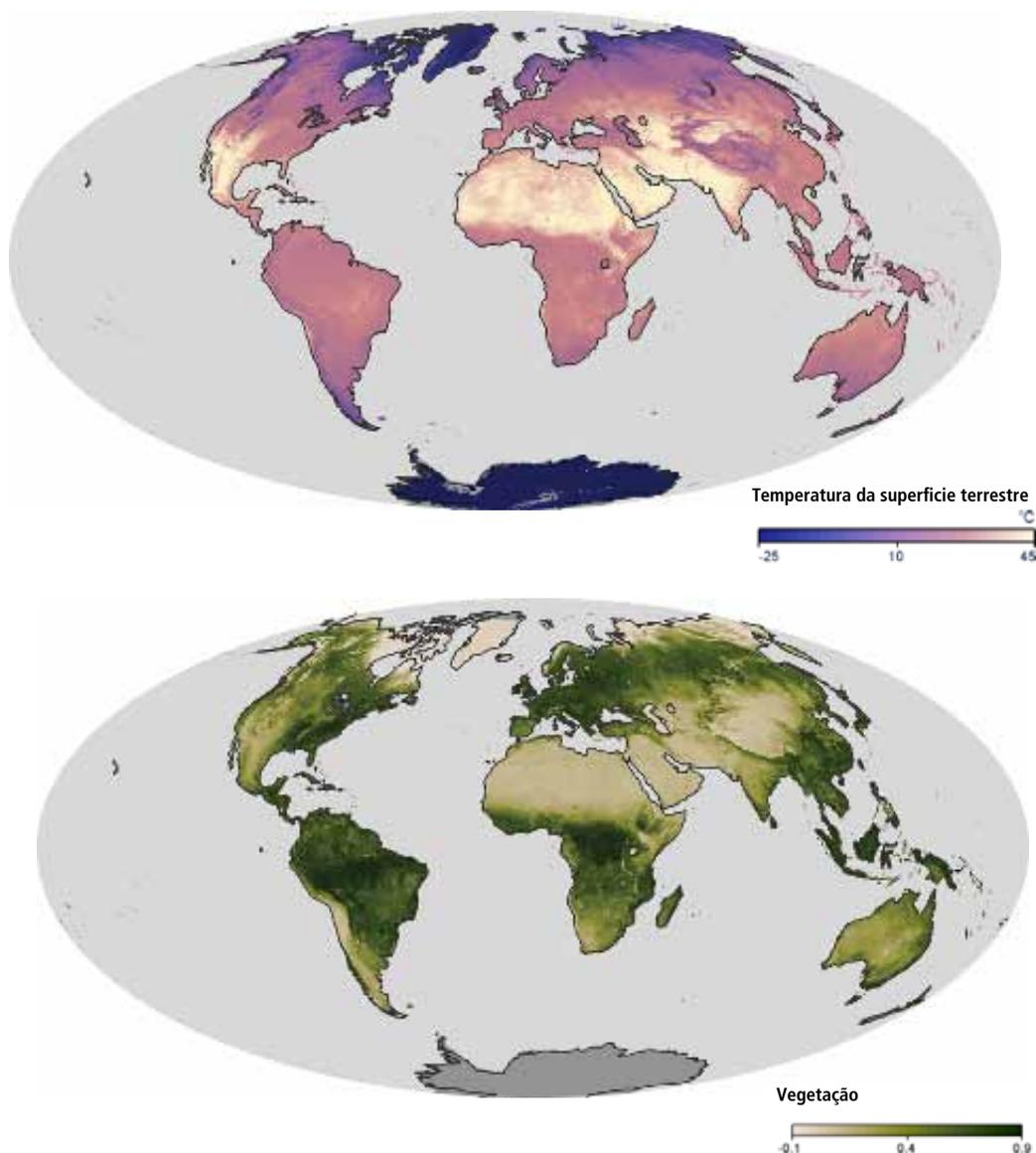
EMBRAPA

A EMBRAPA foi criada em 1973, como parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sua missão “é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, por meio do conhecimento, da geração e transferência de conhecimento a fim de aumentar a produtividade e

³¹ A população urbana da África era de 36% em 2000, elevando-se para 38% em 2005 (BAD 2011).

³² Também é importante destacar o trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Figura 4.2 Temperatura e vegetação da superfície terrestre global, maio de 2011



Fonte: Observatório da Terra da NASA, <http://earthobservatory.nasa.gov/>

Obs.: O tom de verde baseia-se em diversos fatores: número e tipo de vegetação, quantidade de folhas e saúde das plantas. Em lugares onde a folhagem é densa e a vegetação cresce rapidamente, o índice é alto, representado pelo verde mais forte. Nas regiões onde há pouca vegetação, o índice é baixo, representado pela coloração castanha.

apoiar a agricultura do território brasileiro”. A instituição já criou e recomendou mais de nove mil tecnologias para a agricultura brasileira, reduziu custos de produção e ajudou o Brasil a aumentar a disponibilidade de alimentos, conservando ao mesmo tempo os recursos naturais e o meio ambiente e diminuindo a dependência do Brasil de insumos externos. Com 38 centros de pesquisa, 13

divisões centrais e três centros de serviço, a EMBRAPA está presente em quase todos os estados brasileiros, cada qual com suas próprias condições ecológicas. A EMBRAPA possui 9248 funcionários, incluindo 2215 pesquisadores (74% com doutorado, 18% com mestrado e 7% com pós-doutorado). O órgão coordena, atualmente, o Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola (SNPA), que inclui universidades e a maioria das entidades públicas e privadas envolvidas em pesquisa agrícola no país. O orçamento para 2010 foi de R\$ 1,8 bilhões (US\$ 1 bilhão).

A EMBRAPA é considerada uma das principais instituições de pesquisa sobre agricultura tropical do mundo. Suas inovações tecnológicas deram início à transformação do cerrado brasileiro. A entidade agora investe em áreas como biotecnologia e bioenergia. A EMBRAPA fortaleceu suas conexões internacionais, contanto agora com 78 acordos de cooperação técnica com 56 países e instituições estrangeiras (principalmente na área de pesquisa agrícola), bem como com 20 acordos multilaterais com organizações internacionais. No nível internacional, a EMBRAPA conta com laboratórios virtuais (LABEX) inovadores, por meio dos quais, são enviados pesquisadores para instituições agrícolas no exterior de renome internacional, com o intuito de contribuir para áreas estratégicas para o desenvolvimento da agricultura.

Em coordenação com a ABC, a presença da EMBRAPA na África Subsaariana vem aumentando nos últimos anos. A instituição abriu escritório na África em Acra, Gana, em 2006, com mandato de coordenar todas as solicitações de parceiros africanos e contribuir para o desenvolvimento agrícola do continente. Desde então, em vista das demandas crescentes, a EMBRAPA criou uma unidade de coordenação em todos os países com projetos em andamento.

A colaboração da EMBRAPA com os países africanos realiza-se principalmente por meio de três instrumentos: projetos estruturantes, capacitação técnica e a Plataforma África–Brasil para a Inovação Agrícola.

“A EMBRAPA mantém projetos de Cooperação Internacional para aumentar o conhecimento de atividades técnicas e científicas ou para trocar conhecimento e tecnologia com outros países”.

— Francisco Basílio Freitas de Souza,
Diretor, Secretaria de Relações
Internacionais da EMBRAPA

Projetos Estruturantes

Os projetos estruturantes são considerados meios fundamentais de apoio brasileiro à África. Em linha com a abordagem exclusiva do Brasil para a cooperação bilateral, os projetos são adaptados às condições econômicas e do bioma local. Bastante tempo é investido na identificação conjunta das necessidades locais, sendo realizadas consultas participativas contínuas com os parceiros locais durante todas as fases do projeto. Segundo a ABC, esses projetos são concebidos com uma perspectiva de longo prazo e buscam forjar o desenvolvimento social nos países parceiros por meio da implementação de instalações de desenvolvimento da capacidade, que vão desde fazendas experimentais até centros de capacitação profissionalizante. Essas práticas permitem o desenvolvimento sustentado da capacidade da comunidade local em geral, por períodos mais

longos e com efeitos duradouros em segmentos socioeconômicos específicos da população.

Além disso, alguns desses projetos têm um impacto regional e facilitam a troca de experiências Sul–Sul. No caso de projetos agrícolas, por exemplo, a estação experimental *Cotton Four* em Mali recebe técnicos de Burkina Faso, Senegal, e Benin; a estação de arroz do Senegal beneficiará técnicos de Mali, Mauritânia e Guiné Bissau (Itamaraty 2011a; ABC 201). Essas iniciativas e o Apoio Técnico para o Desenvolvimento da Inovação Tecnológica em Moçambique constituem os três principais projetos estruturantes realizados em parceria com a EMBRAPA e com o apoio da ABC — conforme abordado a seguir.

Projeto *Cotton Four*

Este projeto foi concebido em 2008, em apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos “países C-4” — Benin, Burkina Faso, Chade e Mali — que enfrentam perdas devido à política de subsídios praticadas no mercado internacional de algodão (ABC 2010). Com base nos princípios subjacentes da cooperação Sul–Sul, o projeto conta com um forte componente de desenvolvimento da capacidade, e seus objetivos principais, em apoio à Iniciativa do Algodão da Organização Mundial do Comércio, são:

- Fornecer instrumentos para o governo dos quatro países, que torne possível enfrentar questões relativas ao desenvolvimento de um setor algodoeiro autônomo. Por exemplo, nove variedades de algodão brasileiro desenvolvidos pela EMBRAPA nos últimos 20 anos estão sendo atualmente testadas e adaptadas em Mali (ABC 2010).
- Transplantar tecnologias brasileiras para aumentar a produtividade e qualidade dos países C-4, tendo em vista as similaridades de solo e clima.
- Melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar dos agricultores. Por exemplo, a ABC sugere o uso pelos agricultores de colheitas desenvolvidas no Brasil que tenham sido adaptadas às condições locais “a fim de fornecer produtos de melhor qualidade aos mercados consumidores” (ABC 2010).

Foram realizadas importantes iniciativas de sucesso nos quatro países apesar de dificuldades, como sistema de comunicações deficiente, alta rotatividade de empregados, tecnologia local limitada e onerosa, e uso inadequado de produtos químicos, falta de amostras de solo para análise, uso de técnicas agrícolas que danificam a fertilidade do solo, perda do potencial do solo e uso de sementes de baixa qualidade. Mali construiu um laboratório de biotecnologia na estação experimental, que será equipado com o apoio financeiro da ABC. A EMBRAPA construirá um segundo laboratório também com o apoio financeiro da ABC. Essas ações ajudam a integrar a gestão de pragas ao processo de produção nos quatro países. Em 2009, a produção do algodão aumentou de 1000 quilogramas/hectare (kg/ha) para 3000 kg/ha, com um incremento adicional de 10% alcançado em 2010. Porém, será necessário um terceiro ano consecutivo de plantio

para que se tenham dados suficientes para desenvolver recomendações técnicas para dar início a produções de larga escala (ABC 2010). Em caso de êxito, serão boas as chances de reproduzir essas técnicas em outros países com baixa produtividade de algodão e condições de solo, clima e precipitação semelhantes (como Uganda e Gana), que querem fazer parte do Projeto *Cotton Four*.

Segundo o governo brasileiro, a natureza estruturante desse projeto envolve o reforço da capacidade local e permite a expansão para outras áreas relacionadas com o setor algodoeiro, como pecuária, cereais e artesanato. Cinquenta e seis pesquisadores dos países C-4 participaram do treinamento técnico sobre melhoramento genético do algodão, plantio direto e gestão integrada de pragas. Um dos objetivos do projeto era “adquirir conhecimento para integrar os diferentes componentes de um sistema agroecológico para promover a utilização racional de recursos naturais, promovendo estudos de integração com culturas de ciclo mais curto para que os agricultores tenham um retorno de investimento mais rápido. (...) Sua capacidade de incorporar conceitos de cooperação Sul-Sul fazem dela uma iniciativa inovadora entre outros esforços de cooperação internacional na área da agricultura” (ABC, 2010).

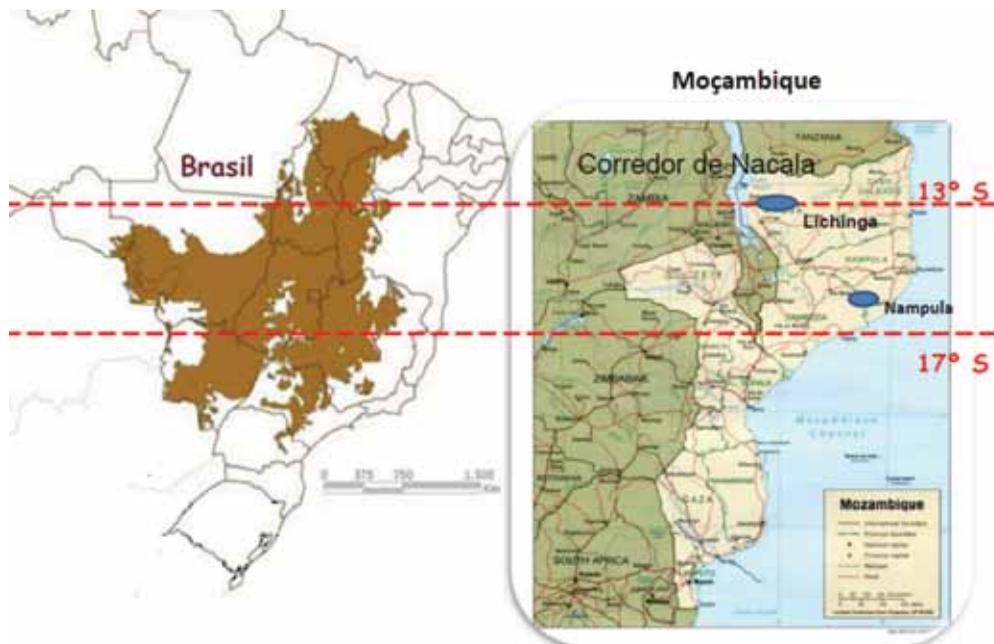
Apoio Técnico para o Desenvolvimento de Inovação Agrícola em Moçambique

Esse é o primeiro projeto estruturante implementado desde 2010 por meio da cooperação trilateral entre o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, a EMBRAPA e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. O projeto é executado pela sede da EMBRAPA, EMBRAPA Solos, EMBRAPA monitoramento via satélite, EMBRAPA Cerrados, EMBRAPA Hortaliças e pelo Instituto de Capacitação para o Desenvolvimento da Agricultura Tropical (CECAT) da EMBRAPA, criado em 2010. O projeto tem cinco componentes diferentes: fortalecimento institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, sistema de sementes, gestão territorial, monitoramento e de informações e comunicações.

Dois outros processos estruturantes encontram-se em fase de planejamento. O primeiro é a Melhoria da Pesquisa Técnica e da Capacidade de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nancala (figura 4.3), que está sendo elaborado por técnicos do Brasil, Moçambique e Japão. O projeto busca aprimorar a capacidade de pesquisa e a transferência de conhecimento em apoio ao desenvolvimento agrícola do corredor. A expectativa é reproduzir a transformação positiva do cerrado brasileiro em uma área agrícola produtiva, para construir capacidade competitiva e criar uma solução sustentável e sólida do ponto de vista ambiental para o desenvolvimento da agricultura local e regional.

O segundo é o Apoio Técnico a Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional que visa o fortalecimento da capacidade estratégica de produção e a distribuição de hortaliças para apoiar projetos de segurança alimentar no contexto da Iniciativa Global para a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como para a consolidação da agricultura familiar. O projeto terá três compo-

Figura 4.3 Mapa comparativo do Brasil e Moçambique



Fonte: EMBRAPA.

Obs.: A parte marrom do mapa do Brasil representa a ecorregião do cerrado.

nentes: sistema de produção, sistemas de entressafra, processamento e aspectos socioeconômicos.

Os elementos subjacentes da colaboração são as semelhanças climáticas e geológicas do Brasil e de Moçambique; a identificação conjunta de possibilidades de compartilhamento e aprendizado tecnológico; e uma visão comum do futuro com foco no desenvolvimento de oportunidades de negócios.

Projeto de Desenvolvimento da Rizicultura

O terceiro projeto estruturante que a EMBRAPA realiza na África localiza-se no Senegal. Lançado em 2010, com um orçamento de US\$ 2,4 milhões, o projeto foi desenvolvido em conjunto pelo Instituto Senegalês de Pesquisa Agrícola (*Institut Sénégalais de Recherches Agricoles*) e a unidade de arroz e feijão da EMBRAPA em Santo Antonio de Goiás, Brasil, e tem o objetivo de prestar apoio e transferir de tecnologia para o Senegal, em seus esforços para se tornar auto-suficiente na produção de arroz por meio do aprimoramento dos sistemas produtivos. Entre as atividades contempladas, encontram-se a mecanização da produção, capacitação e fortalecimento da capacidade dos técnicos senegaleses e a experimentação com 10 variedades diferentes de arroz desenvolvidas pela unidade de arroz e feijão da EMBRAPA para culturas irrigadas em elevações intermediárias e altas.

A capacidade da EMBRAPA de fazer uso de suas diversas unidades técnicas e do conhecimento especializado desenvolvido no Brasil constitui uma importante contribuição para os países africanos, que se beneficiam do *know-how* desenvolvido sob condições geológicas e climáticas semelhantes. A relevância estratégica do projeto se deve ao fato de o arroz ser um item básico na alimentação dos senegaleses: o consumo anual médio é de 74 kg por pessoa, comparado a 44 kg no Brasil. Embora o total de produtores de arroz chegue a 800 mil (principalmente pequenas unidades de agricultura familiar), a produção não é suficiente para atender a demanda local. Em 2007, 80% (820 mil toneladas) do total necessário para o consumo local do Senegal foi importado, com 16% de déficit comercial do país correspondendo às importações de arroz.³³

Além dos projetos estruturantes, o Brasil possui diversos projetos em andamento em toda a África, com ênfase na capacitação e pesquisa agrícola, implementados no contexto de acordos de parceria bilateral com Angola, Cabo Verde, República do Congo, Gana, Guiné Bissau, Nigéria, Tanzânia e Togo.

Capacitação técnica

O segundo instrumento utilizado pela EMBRAPA em apoio a outros países é a capacitação técnica por intermédio do CECAT. O centro oferece atualmente quatro cursos com participação de parceiros africanos: agricultura brasileira (pesquisa em agricultura, produção de forrageiras e pastagem, boas práticas em agricultura e produção pecuária); produção de sementes; sistemas de produção para agricultura familiar, produção comunitária de sementes e conservação dos recursos hídricos em pequenas propriedades e fazendas; e produção de soja (ABC, 2010). Apenas em outubro de 2010, 45 técnicos e pesquisadores de 20 países africanos participaram de eventos de capacitação do CECAT.

Plataforma África–Brasil de inovação agropecuária

O terceiro instrumento utilizado pela EMBRAPA é o Mercado Agrícola Inovador, que foi lançado em 2010 para fortalecer os laços entre a EMBRAPA e pesquisadores africanos. Cento e vinte cinco especialistas africanos de 15 países

“Se lhe pedissem para descrever que tipo de produtor de alimentos seria mais importante nos próximos 40 anos, provavelmente diria o seguinte que tiver incrementado bastante a produção e que pareça capaz de continuar a fazê-lo; o que tiver reservas de terra e de água; o que for capaz de sustentar um grande rebanho de gado; o que for produtivo sem contar com subsídios maciços do estado; e talvez o que tiver bastante savana (cerrado), porque o maior fracasso agrícola das últimas décadas foi a África tropical. E qualquer coisa que puder ajudar os africanos a produzir mais alimentos teria um valor especial. Em outras palavras, se estaria descrevendo o Brasil”.

The Economist, 2010.

³³Ver EMBRAPA (n.d.).

reuniram-se em Brasília no contexto dessa iniciativa em outubro de 2010. Por meio do site exclusivo do programa, foram concebidos projetos a serem implementados na África.³⁴ Os candidatos poderiam concorrer a até US\$ 80 mil para seus respectivos projetos, selecionados por meio de concurso. Os projetos selecionados versavam sobre os seguintes temas: fomento à troca de conhecimento para gestão integrada de recursos naturais em cenários agrícolas da África Austral (Moçambique); adaptação de variedades de sorgo doce para a produção de etanol (Quênia); reabilitação de áreas de pasto degradadas utilizando pastoreamento planejado de terras áridas e semi-áridas (Quênia); lixiviamento de pesticidas e perda de lençóis freáticos no cultivo de plantas ribeirinhas (Togo); variedades de algodão e controle de pragas (Tanzânia); ecologia e potencial de nutrição de espécies de árvores nativas comestíveis utilizadas por comunidades locais (Burkina Faso e Amazônia brasileira); e estratégia de segurança alimentar e conservação no contexto da mudança do clima (Burkina Faso).

Por meio desse instrumento, pesquisadores africanos e brasileiros promoveram a colaboração Sul-Sul e maior inovação para o desenvolvimento agrícola da África. O mercado conta agora com a participação da ABC, do Fórum de Pesquisa Agrícola na África (FARA), do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), do Fundo do Reino Unido para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e do Banco Mundial.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

O MDA formula, implementa e executa políticas que promovem o desenvolvimento da agricultura familiar, aumentando tanto o bem estar dos trabalhadores rurais como o abastecimento alimentar do Brasil. As áreas de atuação são reforma agrária, geração de crédito e de renda, assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. Entre os beneficiados pelo MDA, estão 4,1 milhão de unidades produtivas familiares do país, que produzem 70% de todos os alimentos consumidos no Brasil. Os principais programas do MDA são:³⁵

- *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*, que oferece linhas de crédito para a agricultura familiar em 96% dos municípios brasileiros.
- *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)*, que, por meio de parcerias com organizações públicas e sem fins lucrativos, divulga conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento rural, o aprimoramento dos sistemas de produção e a gestão de agricultura familiar.

³⁴Para maiores informações, ver o site do Mercado Inovador Agrícola Brasil-África: <http://www.africa-brazil.org/>.

³⁵ABC 2010. Outros programas do MDA que poderiam ser de interesse para a África no futuro são Territórios Cidadãos, que é um programa multiministerial voltado para a promoção do desenvolvimento econômico e programas de cidadania rural que beneficiou 1852 municípios em 2009, e a Política Nacional de Reforma Fundiária, que permitiu o assentamento de quase 575 mil famílias em mais de 25 mil acres de terra e desenvolveu 3386 projetos entre 2003 e 2009.

Entre 2003 e 2009, o programa que conta com 14 redes temáticas sobre questões estratégicas relacionadas com agricultura familiar alcançou 2,5 milhões de famílias.

- *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, que compra a produção da agricultura familiar para doar a famílias de baixa renda, altamente e vulneráveis à insegurança alimentar. O programa também ajuda organizações de agricultores a estocar alimentos para serem vendidos em condições mais favoráveis de mercado. Entre 2003 e 2009, o programa beneficiou 764 mil famílias e produtores, doando alimentos para 52 milhões de pessoas carentes.
- *Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)*, que garante preços e atividades de produção, estimula a diversificação de produtos e articula diversos planos agrícolas e políticas comerciais.
- *Programa Mais Alimentos*, que mobiliza recursos e concede empréstimos para a aquisição de maquinário e outros insumos agrícolas. Os empréstimos normalmente têm prazo de vencimento de 10 anos, períodos de carência de 3 anos e 2% de juros.
- *Programa Nacional de Biodiesel para Agricultura Familiar*, que busca promover a produção sustentável e o uso de biocombustíveis, com base na competitividade, qualidade, abastecimento seguro garantido e diversificação de matéria prima por meio da ampliação da capacidade local de produção. O programa visa a promover a inclusão social.
- *Programa Nacional de Crédito Fundiário*, que concede empréstimos de longo prazo a agricultores para a aquisição ou expansão de terras para a agricultura familiar (74 mil famílias se beneficiaram com o programa entre 2003 e 2009). O Instituto Africano de Estudos Agrários (AIAS) e o governo brasileiro estão negociando um acordo sobre esse tema.

Programas como esses, combinado à disposição do Brasil de compartilhar o seu conhecimento e perícia, se traduzem em oportunidades de cooperação bilateral ou triangular (Norte-Sul-Sul) em áreas estratégicas para o desenvolvimento da África Subsaariana.³⁶

Um exemplo da abordagem brasileira na área de troca de conhecimentos é o “Diálogo Brasil–África sobre Segurança Alimentar, Luta contra a Fome e Desenvolvimento Rural”, realizado em Brasília em maio de 2010 pela ABC em colaboração com a Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas e com o Programa Mundial de Alimentos. Lançado pelo ex-Presidente Lula, o diálogo contou com a presença de representantes de 45 países africanos (incluindo 39 ministros de agricultura da África); organizações não governamentais (ONGs) brasileiras e africanas; e organizações internacionais como o Banco de Desenvolvimento da África, o Banco Mundial e o Fórum de Pesquisa Agrícola da África. Os participantes discutiram experiências em agricultura sustentável, pesca e desenvolvimento da aquicultura; atividades de agro-extrativismo florestal e gestão de recursos hídricos; melhoramento da

³⁶ Entrevista com Makhtar Diop, Diretor de País para o Brasil, Banco Mundial, junho de 2011.

infraestrutura rural, comercialização de produtos agrícolas e acesso a mercados; apoio à agricultura familiar; redução da fome e aumento da produção de alimentos; pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologia agrária; desenvolvimento da capacidade institucional no âmbito da segurança alimentar e nutrição; desenvolvimento de modelos comparativos para a África com o uso de tecnologias adaptadas; e desenvolvimento de estratégias para a consecução da segurança alimentar e nutricional.

“O Brasil tem dado orientação e esperança para a África. Mediante a implementação de políticas e programas estratégicos, o país conseguiu alcançar o desafio de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Esses programas podem ser adaptados à África”.

Kwasi Ahowi, Ministro de Alimentos e Agricultura de Gana (ABC 2010)

O diálogo foi instrumental para o fortalecimento da cooperação bilateral entre o Brasil e a África e para a institucionalização de um diálogo permanente sobre segurança alimentar, combate à fome e desenvolvimento rural.

O plano de ação aprovado durante a reunião previa atividades como a implementação conjunta de 10 programas piloto em cinco sub-regiões da África, o estabelecimento de um Centro Afro-Brasileiro de Excelência em bioenergia e a capacitação de técnicos.³⁷

Posteriormente, em novembro de 2010, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Brasil

aprovou uma linha de crédito no valor de US\$ 640 milhões para os países africanos (US\$ 240 milhões a serem desembolsado em 2011 e US\$ 400 milhões em 2012) para financiar a compra de equipamentos agrícolas e a agricultura familiar. A linha de crédito é um dos componentes do Programa Mais Alimentos, administrado pelo MDA.

Em janeiro de 2011, Gana assinou acordo de cooperação técnica que possibilita ao país ter acesso a US\$ 95 milhões a juros de 2%, prazo de vencimento de 10 anos e prazo de carência de 3 anos. O fundo possibilita a compra de equipamentos agrícolas por empresas brasileiras em apoio à agricultura familiar em 171 centros que fazem parte do programa em Gana, que contará também com assistência técnica prestada pelo MDA. O setor agrícola de Gana é responsável por 36% do produto interno bruto (PIB) do país e emprega a maior parte de sua população. O setor agrário possui 1,8 milhões de unidades de agricultura familiar responsáveis por 80% da produção nacional. O Zimbábue também assinou acordo semelhante no valor de US\$ 98 milhões em janeiro de 2011. Senegal, Moçambique, Quênia e Ruanda estão negociando acordos. Essa iniciativa é considerada um passo estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar na África (Africa 21, 2011).

Uma série de atividades de fortalecimento da capacidade (como, por exemplo, plantio de sementes para unidades de agricultura familiar — Box 4.1) sobre diferentes temas estratégicos identificados durante o diálogo foram realizadas até outubro de 2010 pela EMBRAPA, MDA e outros, beneficiando 35 países africanos. Projetos piloto estão sendo empreendidos na Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal, com o apoio da ABC, MDA e

³⁷Ver MRE (2010).

Box 4.1 Sementes para a vida: Brasil–África

Em maio de 2010, agricultores da África do Sul, Namíbia e Moçambique visitaram o Brasil para aprender sobre o ciclo anual de plantio e colheita de sementes tradicionais crioulas (nativas). A visita foi organizada no contexto do Acordo de Cooperação Técnica de 2007 celebrado entre o governo do Brasil e a União Africana. Esse intercâmbio entre agricultores africanos e brasileiros permitiu a implementação de bancos comunitários de sementes e a capacitação em recuperação, multiplicação armazenamento e uso de sementes crioulas na agricultura familiar com o objetivo de fortalecer este tipo de agricultura em três países africanos.

Os agricultores africanos tiveram experiência direta com agricultura familiar ao visitar Catalã, no estado de Goiás, onde foram recebidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado por mais de 1 milhão de agricultores de unidades familiares espalhadas em toda a região do cerrado. De seus colegas no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, os agricultores africanos aprenderam estratégias de conservação da biodiversidade e técnicas de cultivo orgânico. Um grupo de agricultores brasileiros viajou a países africanos para trabalhar com agricultores locais e realizar treinamento maior no uso de sementes crioulas. O governo brasileiro facilitou a compra das sementes orgânicas de bancos de sementes.

Fonte: Entrevista com o diretor do Fundo para Atendimento Comunitário e Educação (*Trust for Community Outreach and Education*), África do Sul, junho de 2001.

CG-Fome (órgão do MRE responsável pela assistência humanitária e combate à fome em países estrangeiros). Em junho de 2011, o Brasil anunciou o novo programa de atividades de fortalecimento da capacidade associados à segurança alimentar (24 no total a serem realizados por 20 instituições brasileiras diferentes). Essas atividades estão disponíveis não apenas para a África mas também para outros países em desenvolvimento.

Outra entidade que presta apoio ao desenvolvimento da capacidade dos parceiros africanos é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), agência estatal autônoma financiada com contribuições obrigatórias mensais dos produtores rurais. A formação agrícola e profissional do SENAR permite a permanência dos trabalhadores rurais no campo, aumenta a produção e melhora a qualidade de vida desses trabalhadores.

A extensão rural é componente central desse programa, que de 2007 a 2010 capacitou mais de 21 milhões de trabalhadores rurais. Em 2010, os programas do SENAR foram disponibilizados para participantes da África em áreas como agricultura e agroindústria, aquicultura, silvicultura, agricultura pastoral, prestação de serviços, extrativismo e produção agropecuária, bem como organização comunitária, saúde, esportes e cultura. Os profissionais africanos que participaram desses programas foram agrupados em função das semelhanças entre seus países de origem e as administrações regionais do SENAR nos estados brasileiros do Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná. Esses estados possuem condições de clima e de solo semelhantes ao clima semi-árido, cerrado e floresta

atlântica. O SENAR oferece programas específicos que se aplicam às realidades da África. Até o momento 70 técnicos africanos de 35 países já participaram desses programas (ABC, 2010).

O setor privado também vem explorando as semelhanças geológicas e climáticas entre o Brasil e a África. Uma iniciativa recente entre a empresa agroindustrial brasileira, a Pinesso, e sua parceira sudanesa, a Agadi, é um exemplo de *joint venture* inovadora voltada para a produção de algodão e soja no Sudão. O governo sudanês concedeu garantias de isenção fiscal à Pinesso para a importação de maquinário e outros equipamentos. A Agadi é responsável pelos recursos financeiros, cabendo à Pinesso a provisão de técnicas agrícolas e novas tecnologias (Pinesso, 2010).

A fase inicial abrangeu o cultivo de aproximadamente 988 acres de algodão e 247 acres de soja em 2010. A expectativa é que em quatro anos serão cultivados 247.105 acres, divididos igualmente entre as duas culturas, com um investimento total de US\$ 200 milhões (Felismino, 2010). Quando questionado sobre os riscos de desenvolver essa iniciativa em um país instável como o Sudão, Gilson Pinesso, presidente do Grupo Pinesso, afirmou que as condições de produção algodoeira no Sudão são muito positivas: primeiro o solo próximo ao Rio Nilo é muito fértil, reduzindo a quantidade necessária de fertilizantes; segundo, há água suficiente abaixo da superfície e precipitação regular de junho a setembro; e terceiro os custos de produtividade no Sudão são mais baixos do que no Brasil (Felismino, 2010). O Sudão é considerado um dos países com terras mais férteis da região, com promessa de fortes retornos de investimento. Contudo, ainda é necessário desenvolver formas para atrair mais investidores estrangeiros.

Ensino Técnico

Juntamente com a EMBRAPA, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) também se beneficiou de cooperação técnica durante os anos 1970. O SENAI foi criado em 1942 para apoiar o desenvolvimento industrial do Brasil em seguimento à adoção de políticas de substituição de importações. O centro, financiado por meio de contribuições obrigatórias de cerca de 120 mil empresas do setor privado, é reconhecido em todo o mundo pela qualidade do ensino técnico que oferece, em linha com as exigências do setor industrial do Brasil. A estrutura sofisticada do SENAI permite que o centro preste apoio oportuno e direcionado no contexto da visão de longo prazo do setor privado e dos objetivos de desenvolvimento do país, ao passo que seus comitês técnicos incentivam a participação da indústria para garantir que a concepção dos programas de desenvolvimento de capacidade, os currículos profissionais e os cursos estejam alinhados com as exigências da indústria. Os comitês contam com a participação de representantes de indústrias do setor privado, fábricas, líderes sindicais, órgãos do governo, setor acadêmico e da área de ensino profissionalizante.

O SENAI possui 471 unidades de treinamento fixo e 326 móveis em todo o país, e também presta serviços na sede de 55 clientes (ver também Box 4.3 abaixo). O SENAI está bem posicionado para atender as necessidades indus-

triais em áreas remotas com características geológicas, climáticas e geográficas variadas, incluindo a Amazônia brasileira e o cerrado. Esta abordagem integrada de desenvolvimento da mão de obra — educação básica combinada com formação profissional — contribui para garantir o atendimento sustentado e coerente com as exigências individuais, industriais e da sociedade.

A educação à distância é um forte componente dos programas do SENAI. Em 2010, o programa de aprendizagem à distância (2010 e-Learning Brasil) recebeu reconhecimento nacional por suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A instituição possui 14 centros de educação à distância para capacitação profissionalizante em todo país, com cursos nas áreas de desenvolvimento empresarial; proteção ambiental sustentável e segurança no local de trabalho, tecnologia da informação (TI); legislação trabalhista; e direitos de propriedade intelectual. Uma abordagem inovadora que vem contribuindo para o desenvolvimento regional é a realização de atividades de capacitação (em áreas como navegação fluvial, uso de energia renovável, tratamento de água e resíduos e TI) a bordo de navios, o que permite ao SENAI atender a comunidades litorâneas e ribeirinhas que de outra forma não teriam acesso a instalações de ensino.

O Sistema Nacional de Avaliação Profissional avalia os produtos de aprendizado do SENAI ao longo de duas vertentes. O Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Técnica (SAEP), criado em 2010, avalia a qualidade dos cursos do SENAI e seu impacto no desenvolvimento dos participantes, no setor industrial, no governo e na sociedade como um todo. A Avaliação do Desempenho de Estudantes (PROADE) visa a avaliar o desenvolvimento dos formandos do SENAI no mercado de trabalho, de forma a garantir que sejam desenvolvidas as competências certas.

A missão do SENAI também tem um componente de serviço público: a instituição estabelece parcerias com o governo federal, estadual e municipal, com as principais empresas de engenharia e infraestrutura, como a Odebrecht e a Camargo Correa, e com o Serviço Social Industrial (SESI). Essas parcerias visam a apoiar projetos sociais para as populações mais pobres e desamparadas por meio de atividades de capacitação para jovens vítimas de abuso sexual, entre outros. Em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça, o SENAI também oferece treinamento técnico à população prisional em preparação para a reintegração na sociedade.

Parceria global do SENAI

O SENAI, como outras instituições brasileiras, está se tornando provedor de assistência técnica internacional. Mantém atualmente 48 parcerias internacionais assinadas com 25 países, que já produziram até o momento 29 projetos, dos quais cinco são na África Subsaariana (figura 4.4).

A experiência adquirida pela instituição na adaptação de seus programas às diversas exigências específicas do Brasil coloca o SENAI em posição estratégica para compartilhar seu conhecimento com outros países em desenvolvimento. No momento, o SENAI presta serviços de assessoria técnica em planejamento

Figura 4.4 Presença global do SENAI: projetos e parcerias



Fonte: Relações Internacionais do SENAI. Livreto institucional, 2010.

estratégico, estruturação, organização e funcionamento de centros de ensino profissionalizante, bem como na capacitação de instrutores, gerentes e pessoal técnico.

Em parceria com a ABC, o SENAI implementou 10 centros de ensino profissionalizante. Cinco foram criados na África Subsaariana (em Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) e outros dois estão em fase de abertura na África do Sul (Box 4.2) e Angola.

O Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, na cidade de Cazenga, prestou apoio ao processo de reconstrução nacional por meio da capacitação e reabilitação da força de trabalho desmobilizada, com o fim da guerra civil de 40 anos em Angola. Entre 1999 e 2006, mais de 3 mil angolanos foram capacitados pelo centro em áreas como mecânica diesel, construção civil, confecções e TI. A metodologia e *know-how* de operações do centro foram posteriormente transferidos para o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional de Angola, que continua a oferecer serviços de capacitação e a contribuir para a reintegração social da população desmobilizada.

Vários outros projetos do SENAI vêm sendo realizados em parceria com países africanos, com o apoio da ABC.

Moçambique. O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional em Maputo está criando, em parceria com o SENAI, o Centro Nacional de Formação Profissional com base no modelo brasileiro.

São Tomé e Príncipe. O SENAI vem apoiando o governo de São Tomé e Príncipe na criação de um Centro de Formação Profissional de referência com cursos na área de construção civil, eletricidade, costura, mecânica e informá-

Box 4.2 Desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo para os jovens em Soweto

“Então, resolvi sacudir a poeira e colocar a mão na massa. Estou abrindo um instituto para capacitar os jovens em áreas como o desenvolvimento de habilidades essenciais e empreendedorismo”.

Quando visitei o Brasil e vi o trabalho do SENAI, sabia que teria de reinventar a roda. Faremos uma parceria com o SENAI para adaptar seu *know-how* às nossas necessidades. Nossos países possuem problemas semelhantes e diversas similaridades. Os instrumentos do SENAI, como as unidades móveis de aprendizado, serão facilmente adaptadas em meu país”.

—Entrevista com Dr. Richard Maponya, julho de 2011

A África do Sul, como todo o continente, enfrenta o enorme desafio do desemprego. O problema concentra-se especificamente entre os jovens do país, que além da falta de experiência também enfrentam a falta de qualificação. O resultado é um número crescente de jovens com acesso extremamente limitado aos postos de trabalho do setor formal e meios limitados de resolver este problema. Segundo a Pesquisa da Força de Trabalho do quarto trimestre de 2009, 4,165 milhões de sul-africanos economicamente ativos estavam desempregados, dos quais 3,037 milhões (74,2%) eram jovens com idades de 15 a 34 anos. Desses 4,165 milhões de desempregados, 2,544 milhões não haviam concluído o ensino secundário.

Soweto — acrônimo de *South Western Townships* — que fica na região administrativa de Joanesburgo, localizado a cerca de 15 quilômetros ao sudoeste do Distrito Comercial de Joanesburgo e a 10 quilômetros ao sul do Distrito Comercial de Roodepoort. Graças à sua proximidade de Joanesburgo, centro econômico do país, Soweto é também a área mais metropolitana do país, ditando tendências de moda, política, música, dança e língua. Com uma população de aproximadamente 1,25 milhões de pessoas e uma área de cerca de 153 quilômetros quadrados, Soweto representa mais de 40% da população da cidade de Joanesburgo, é uma região importante na cidade e também a área residencial urbana mais densamente povoada do país. Segundo o Dr. Maponya, “Muitos jovens estão sendo deixados para trás. Milhões de jovens andam pelas ruas de nosso país sem nunca terem tido um emprego. Não sabem o que é receber um cheque de pagamento. Nunca conheceram a dignidade de poder dizer que é alguém. Sou um técnico, sou encanador, sou carpinteiro e sou um professor”.

Em colaboração com o governo da África do Sul e o SENAI, a fundação de Maponya está abrindo um centro de capacitação profissionalizante em Soweto. O programa de desenvolvimento de qualificações abrangerá áreas como alfabetização, matemática e comunicações no contexto de negócios, comércio e ocupações específicas como trabalho na área de têxteis, soldagem e outros; além de qualificações básicas em construção civil, manutenção e reparos, encanamento, eletricidade e jardinagem. Está prevista a inauguração de nove outros centros em todo o país durante a segunda fase do projeto.

tica. Essa iniciativa também servirá de apoio à “formação de formadores” para instrutores e gerentes, como em outros países parceiros do SENAI na África.

Guiné Bissau. O SENAI, a ABC e o Ministério de Função Pública e Trabalho de Guiné Bissau estão executando um projeto para a estruturação e fortalecimento do sistema de ensino profissionalizante do país e criação de um centro de formação profissional em Bissau. Já está em funcionamento, o centro oferece cursos em construção civil (construção geral, telhado, pintura, encanamento, ladrilhos e cerâmica, etc.); instalações elétricas; costura industrial; conserto de eletrodomésticos; consertos de sistemas de ar-condicionado; manutenção e conserto de computadores; padaria; e metalurgia.

Cabo Verde. Em parceria com o governo de Cabo Verde, o SENAI prestou apoio à criação do Centro Nacional de Formação Profissional de Praia. Até o momento, seis cursos estão sendo oferecidos pelo centro: metalurgia, alimentos, eletricidade, encanamento, construção civil e TI.

Entre outras iniciativas recém lançadas pelo SENAI, encontra-se a criação do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola-Japão (por meio de cooperação trilateral); o fortalecimento da construção civil na República do Congo; e a criação do Centro de Formação Profissional Brasil-África do Sul.

O ensino profissionalizante dos jovens na África Subsaariana é necessário para respaldar o processo de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico. Os centros de formação profissional também oferecem aos jovens habilidades e competências para abrir um pequeno negócio. Ainda é necessário avaliar de que forma essa massa essencial de mão de obra técnica contribuirá para o desenvolvimento da infraestrutura física e social da África, mas até o momento as parcerias do SENAI com governos africanos já resultaram em nove novos projetos em desenvolvimento; oito projetos em fase de negociação; 74 instrutores formados em instituições locais parceiras; 173 administradores/gerentes para prestar apoio ao desenvolvimento de centros de formação profissional na África; mais de 6500 matrículas; e mais de 420 cursos.

Outra linha de trabalho do SENAI na África envolve a prestação de serviços educacionais e técnicos às empresas brasileiras, que teve início em 2007 com o apoio do SENAI à Odebrecht no lançamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) em Luanda, em parceria com o governo de Angola. Após dois anos de trabalho com o SENAI, o CINFOTEC agora oferece soluções integradas de desenvolvimento profissional, transferência de tecnologia, consultoria, pesquisa e assistência técnica, em áreas como meteorologia, mecânica de produção, eletricidade, mecatrônica, TI e comunicações.

Em 2008, a Vale solicitou o apoio do SENAI na concepção de um programa de treinamento para atender às necessidades de serviço especializado em sua mina de carbono no distrito de Moatize, província de Tête, em Moçambique. A Vale identificou projetos oferecidos no Brasil que poderiam ser adaptados para a capacitação local. O programa implementado oferece formação em manutenção mecânica e elétrica, soldagem, equipamentos de mineração e operação da fábrica de carbono.

Em 2011, a Petrobras Tanzania Limited (PETAN) solicitou os serviços do SENAI para realizar um programa de capacitação em parceria com o governo da Tanzânia e outras organizações locais. O controle do Centro de Formação e

Box 4.3 SENAI em números

- O SENAI possui 797 unidades em funcionamento (471 fixas e 326 móveis) e uma rede de 200 laboratórios.
- 27 áreas de especialização fazem do SENAI uma das instituições de ensino profissionalizante mais diversificadas do mundo em desenvolvimento. Essas áreas são: mecânica de metais, impressão, metrologia, mineração, minerais não metálicos, petróleo e gás, polímeros, química, ar condicionado e refrigeração, segurança no trabalho, TI, comunicações, têxteis, alimentos e bebidas, automação, automotivos, papel e celulose, construção civil, couro e calçados, eletrônica, energia, pedras preciosas e jóias, gestão, madeiras e móveis e meio ambiente.
- Em 2010, o SENAI contava com 2.362.312 alunos registrados, um incremento de 59% em relação ao ano anterior.
- Até 80% dos alunos registrados aproveitaram a oferta de registro gratuito em 2010.
- Em 2010, o Programa de Educação à Distância contava com 419.257 alunos registrados, um aumento de 50% em relação ao ano anterior.
- O SENAI tem 22.595 empregados — 41% são professores, 30% técnicos e 29% administradores.

Fonte: Com base em informações oficiais do SENAI.

Ensino Profissionalizante do governo da Tanzânia selecionará 50 profissionais para participar dos programas de “formação do formador”. Após o curso, os profissionais manterão as instalações elétricas e mecânicas da Petrobras Tanzânia na cidade de Mtwara, onde a firma deverá dar início às atividades de exploração de petróleo em águas profundas.

SAÚDE E MEDICINA TROPICAL

O direito à saúde, garantido pela Constituição brasileira de 1988, levou ao desenvolvimento e à implementação de políticas e mecanismos adequados para assegurar esse direito a todos os brasileiros. Um exemplo prático é a produção e distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento de HIV/AIDS. Outras soluções inovadoras na área de saúde no Brasil abrangem as campanhas bem sucedidas de vacinação em massa, o desenvolvimento de redes nacionais de bancos de leite humano³⁸ e a pesquisa avançada na luta contra doenças como anemia falciforme e malária.

Todas as 12 missões presidenciais de Lula à África tinham um componente de saúde³⁹ e, em 2011, o Brasil tem 53 acordos bilaterais sobre saúde com 22

³⁸ Site da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano: www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home.

³⁹ Entrevista com Eduardo Botelho Barbosa, assessor especial para assuntos internacionais do Ministério da Saúde, dezembro de 2010.

Tabela 4.2 Seleção de pequenos projetos de saúde implementados na África, com o apoio do governo brasileiro, 2011

Países parceiros	Doenças combatidas
Angola, Camarões e República Democrática do Congo	Malária
Botsuana, Gana, Quênia, Libéria, Serra Leoa, Tanzânia e Zâmbia.	HIV/Aids

Fonte: Mateos 2011.

Tabela 4.3 Projetos estruturantes voltados para a saúde: desenvolvimento de cooperação Brasil-África

Países parceiros	Projetos estruturantes	Investimento brasileiro em US\$ 1000 (2010)
Angola	Projeto piloto do Programa de Combate à Anemia.	240
	Apoio técnico para implementar centro sanitário e de epidemiologia.	490
Gana	Apoio para implementar sistema nacional de tratamento da anemia falciforme.	7.000 (aprox.).
Moçambique	Laboratório farmacêutico de medicamentos para HIV/AIDS.	23.000
São Tomé e Príncipe	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em São Tomé e Príncipe.	600
Senegal	Apoio ao Programa Nacional de Combate à Anemia no Senegal.	250

Fonte: ABC 2009.

países africanos. Da tabela 4.2 abaixo constam pequenos projetos de controle de malária e HIV/AIDS decorrentes desses acordos.

Esses pequenos projetos, realizados em países específicos, foram centrais para cooperação brasileira em saúde até 2008, quando foi então desenvolvida uma nova abordagem que incentiva a realização de projetos estruturantes (Mateos 2011; ABC 2010). Como no setor agrícola, projetos desse tipo normalmente visam a possibilitar a formação de recursos humanos fundamentais e o fortalecimento de instituições locais e nacionais relevantes e comprovam ter um impacto maior do que os pequenos projetos. São desenvolvidas atividades com base em uma abordagem de longo prazo e com ênfase no engajamento local e desenvolvimento da capacidade. Os projetos estruturantes do setor de saúde contam da tabela 4.3.

Dois desses projetos merecem destaque por seu impacto importante sobre a população local. O governo de Moçambique está construindo, em parceria com o Brasil, um laboratório para produzir medicação genérica para o tratamento de HIV/AIDS e outras doenças. Este é, sem dúvida, o maior projeto do Brasil na área de cooperação para o desenvolvimento, contando com investimento de aproximadamente US\$ 23 milhões. Em 2008, foi instalado oficialmente um escritório regional (ver Box 4.4) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Box 4.4 Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) é uma instituição do governo brasileiro de renome mundial, reconhecida por sua perícia técnica em toda a América Latina. É uma das entidades mais engajadas do Brasil em projetos de cooperação internacional.

Criada nos anos 1900 e reformada nos anos 1970, a FIOCRUZ está atualmente vinculada ao Ministério da Saúde e conta com mais de 7500 funcionários. Suas atividades principais incluem a pesquisa, o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e kits de diagnóstico, bem como a implementação de projetos sociais.

Com o desenvolvimento da capacidade do Brasil em saúde na década de 1980, a FIOCRUZ recebeu apoio técnico de diversas agências internacionais, como a Agência de Desenvolvimento Internacional Canadense (CIDA), a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Instituto Nacional de Saúde/ Centro para o Controle e Prevenção de Doenças (NIH/CDC) dos EUA, o Instituto Pasteur (França), *Institute National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM, França) e *Institute de Recherche pour le Développement/Centre National de la Recherche Scientifique* (IRD/CNRS, França). A partir de 1994, no entanto, após encontro com os ministros dos países de língua portuguesa (CPLP), a FIOCRUZ passou a *prestar* cooperação técnica em saúde. O quadro de seus principais parceiros em 1996 indica uma combinação de agentes e redes que permanecem até hoje e inclui instituições multilaterais como a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: Site da FIOCRUZ (www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3); entrevista com José Roberto Ferreira e Luis Eduardo Fonseca, representantes da FIOCRUZ, em dezembro de 2010.

em Maputo para facilitar a coordenação local, sendo o primeiro escritório de campo da entidade a ser inaugurado no exterior. Segundo a FIOCRUZ, durante essa primeira fase, os equipamentos e medicamentos serão trazidos do Brasil e empacotados em Moçambique para distribuição gratuita no país. Essa fase inclui o desenvolvimento de perícia e capacidade local para o funcionamento da fábrica. Durante a segunda fase, prevista para 2012–13, o laboratório passará a produzir os medicamentos, cabendo então a Moçambique a decisão de onde e como adquirir os ingredientes da fórmula dos medicamentos.⁴⁰ No momento, o diretor é de nacionalidade brasileira, mas o objetivo é transferir o controle ao governo moçambicano em breve.

O segundo grande projeto estruturante voltado para a saúde está sendo realizado em parceria com o governo de Gana, com a construção de um centro de tratamento de hemofilia e anemia falciforme em Acra.⁴¹ O centro também contará com espaço dedicado à pesquisa e capacitação a ser disponibilizado também para outros países da região. A fase inicial foi realizada em 2009,

⁴⁰ Entrevista com Eduardo Botelho Barbosa, dezembro de 2010.

⁴¹ Entrevista com Luis Fernando Serra, Embaixador do Brasil em Acra, junho de 2011.

concentrada na formação de mão de obra local e na aquisição de materiais. A construção teve início em janeiro de 2011,⁴² e o centro deverá ser aberto em 2013–14. Além dos óbvios benefícios para Gana, o centro também servirá de referência para outros países na região, como Burkina Faso, Benin e Nigéria (ABHH, 2010).

ENERGIA

Na época do primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil dependia da importação do produto para atender aproximadamente 80% da sua demanda de petróleo. Entretanto, investimentos na produção de petróleo e de biocombustíveis (para substituir e reduzir o consumo de petróleo) (figura 4.5), permitiram que o Brasil declarasse alto-suficiência em petróleo em 2006. No fim de 2007, o Brasil anunciou a descoberta de grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal no litoral,⁴³ o que garantiu recursos naturais mais do que suficientes para atender a demanda interna. Dessa forma, o Brasil conseguiu mudar sua estratégia internacional de energia, passando a ser um *exportador* de petróleo, com uma produção média de 2 milhões de barris por dia, em 2009 (Petrobras, 2009).

O rápido crescimento do consumo mundial de energia, a disponibilidade limitada de fontes fósseis e os riscos geopolíticos associados à dependência do petróleo, juntamente com preocupações sociais e ambientais, foram o maior incentivo para que o Brasil intensificasse a busca por fontes alternativas de energia. Os biocombustíveis provaram ser da maior importância por causar menos dano ambiental e prometer novos mercados para os agricultores (*New York Times* 2011; MME, 2011). De fato, somente na última década, a produção mundial de biocombustível passou de 16 bilhões de litros (em 2000) para mais de 100 bilhões (em 2010) (IEA 2011), liderados principalmente pelos dois maiores produtores de biocombustível: os Estados Unidos, com participação de 46% da produção mundial e o Brasil com 42% (WDR 2008; EIA).

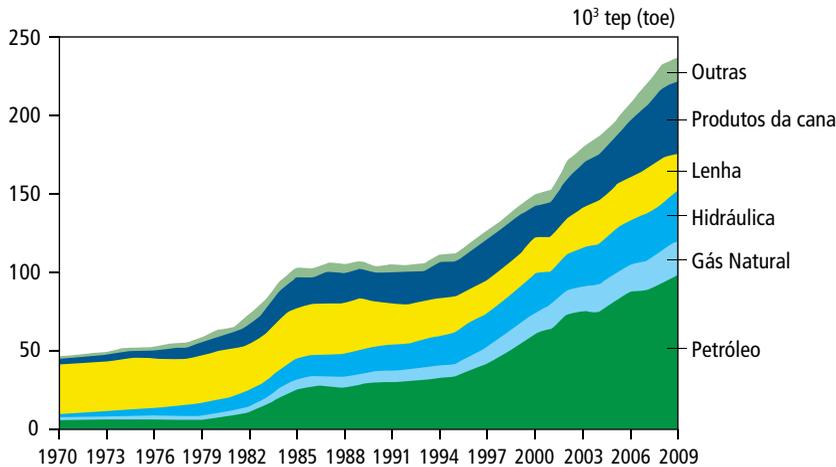
A cana de açúcar, utilizada na produção de etanol,⁴⁴ e a soja, na de biodiesel,⁴⁵ são fundamentais para o setor de biocombustível. Condições geológicas e climáticas favoráveis, juntamente com a implementação de políticas públicas direcionadas, contribuíram para que o Brasil se tornasse o maior produtor de cana de açúcar do mundo (FAO 2008). As plantas originais da cana de açúcar eram frágeis e nem todo o solo do país era adequado para o seu plantio, mas com o melhoramento genético realizado pela EMBRAPA e pelo Centro

⁴²Parcerias entre o Ministério da Saúde, a Hemominas, a Universidade Federal de Minas Gerais e a ABC.

⁴³Entrevista com André Ghirardi, assessor sênior para assuntos internacionais da Presidência da Petrobras em dezembro de 2010.

⁴⁴O etanol vem sendo produzido no Brasil (à base de cana de açúcar) desde a década de 1970, quando foi lançado o programa Pro-Álcool.

⁴⁵A cana está no centro da produção de etanol do Brasil, ao passo que 83,6% do biodiesel brasileiro é produzido à base de óleo de soja (MME, 2011).

Figura 4.5 Produção de Energia no Brasil por fonte, 1970–2010

Fonte: MME, 2010: 15.

Tecnológico de Piracicaba, as plantas ficaram mais adaptadas ao cultivo e à produção de biocombustível.

Até os anos 1990, o argumento prevalecente era o de que a redução da pobreza viria como consequência da liberalização do comércio, do crescimento do agronegócio e da redução das taxas de desemprego no setor agrícola (Banco Mundial 2008: 38). Porém, o sucesso na agricultura não foi suficiente para reduzir a pobreza. De meados da década de 1990 a meados da década de 2000, políticas sociais como a Bolsa Escola (do governo Fernando Henrique Cardoso) e o Fome Zero e Bolsa Família (do governo Lula), foram desenvolvidas para aumentar a autonomia e o engajamento dos pequenos produtores, proporcionando não apenas crescimento econômico mas também inclusão social. Também se reconheceu que a cana possuía características muito peculiares que facilitavam o envolvimento dos agricultores locais: não é tão fácil de exportar como outros produtos como a soja. Dessa forma, o uso e o processamento local são altamente recomendáveis, já que se não houver agroindústria na comunidade ou nível local, a probabilidade de perda da produção é alta. Este fator, juntamente com avanços em biotecnologia, justificaram políticas públicas de fortalecimento da produtividade da agricultura familiar para produzir energia. Esta é uma área em que a África Subsaariana poderia vir a se beneficiar da experiência brasileira.

O Brasil é (...) o produtor mais eficiente de biocombustíveis do mundo, com base na sua produção de baixo custo de cana de açúcar. Mas, é pouco provável que muitos outros países em desenvolvimento venham a ser produtores eficientes com as atuais tecnologias. (...) Maior investimento público e privado em pesquisa seria importante para o desenvolvimento de processos de produção mais eficientes e sustentáveis com base em ração e outros itens alimentares (Banco Mundial, 2008: 17).

Com a produção de soja, a história é diferente. Quando o comércio mundial de soja duplicou de 1994 a 2004, a Argentina e o Brasil foram os países que melhor responderam a esta nova oportunidade (Banco Mundial 2008: 62). Em 2011, o Brasil continua sendo o segundo maior produtor de soja do mundo (FAO 2008). No entanto, existem algumas questões ambientais preocupantes, tendo em vista o aumento do desflorestamento devido à necessidade de abrir terras para o cultivo de soja (Banco Mundial 2008).

Existe a crítica de que a produção de biocombustível concorre com terras aráveis necessárias para a produção de alimentos. No entanto, o governo brasileiro afirma que a bioenergia tem um papel importante a desempenhar no Brasil e em continentes como a África, onde muitos países dependem atualmente da importação de alimentos e de energia. Nesse sentido, o modelo brasileiro pode ser adaptado para alguns países africanos, especialmente os que contam com terras abundantes e se localizam próximos dos trópicos. Vários acordos de energia foram assinados tanto por governos como por investidores do setor privado (RTS 2008), com projetos conjuntos em andamento no Sudão e em Zimbábue, onde já foram instaladas usinas brasileiras de etanol. Novas usinas serão inauguradas em breve também em Angola e em Gana (Itamaraty 2011:37).

Destacam-se algumas iniciativas entre o Brasil e a África Subsaariana na área energética (ver também tabela 4.4). Em 2007, o governo brasileiro assinou um memorando de entendimento sobre questões relacionadas com biocombustíveis com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano⁴⁶ (Portugal Digital 2011). Esse memorando de entendimento instava a realização de estudos de viabilidade para analisar a produção de biocombustíveis nos países desse grupo. Estudo sobre o Senegal (que enfrenta uma crise de energia), finalizado no início de 2011, visava a reduzir a dependência do país de uma única fonte de energia, sendo realizadas pesquisas para verificar a viabilidade de biocombustíveis à base de cana e também de casca de amendoim e jatropa, além da energia solar e eólica.⁴⁷ Em 2011, a EMBRAPA e a ABC apresentaram proposta inicial ao governo de Senegal e a decisão final está sendo aguardada.

A experiência brasileira também poderia ser compartilhada em áreas como a gestão de crises no setor de energia, a reforma do setor elétrico e a operação de grandes sistemas de geração de energia elétrica. Outras abordagens eficientes na área de eletrificação rural e esquemas para economizar energia poderiam ser desenvolvidos em conjunto para áreas no Brasil que apresentam condições semelhantes às de alguns áreas da África Subsaariana.

A Petrobras, empresa estatal brasileira de petróleo, é a oitava maior empresa de capital aberto do mundo, segundo a revista *Forbes* (Petrobras, 2011a). A empresa atua em 28 países, incluindo países da África Subsaariana como Angola, Benin, Gabão, Nigéria, Namíbia, Senegal e Tanzânia. O principal objetivo da Petrobras na costa ocidental da África, por exemplo, é encontrar petróleo leve, em linha com a estratégia da empresa de buscar oportunidades de exploração em águas profundas e ultraprofundas (Petrobras 2011b). A Petrobras também

⁴⁶ Formada pelo Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Niger, Senegal e Togo.

⁴⁷ Entrevista com Luis Fernando Serra, junho de 2011.

Tabela 4.4 Fontes de energia: Áreas com potencial de colaboração e troca de conhecimento entre a África Subsaariana e o Brasil

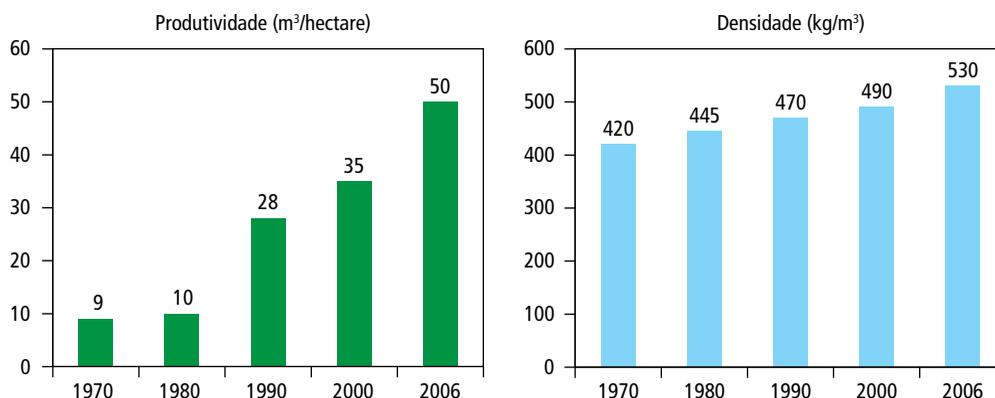
Área	Tema	Do Brasil para a África	Da África para o Brasil	Conjunto
Petróleo e Gás	Combustíveis sintéticos			
	Exploração e produção em águas profundas			
Carvão mineral	Combustão pulverizada			
	Tecnologias críticas			
	Liquefação de carvão mineral			
Biocombustíveis	Etanol de primeira geração			
	Etanol de segunda geração			
	Produção de carvão vegetal			
	Gaseificação e co-geração de carvão			
	Biodiesel			
	Fogões eficientes			
Energia/Demanda	Reforma do setor elétrico			
	Gestão da demanda de eletricidade			
	Tecnologias de contagem inteligente			
	Gestão de crises de eletricidade			
	Eletrificação rural/economia de energia			
Hidrelétrica	Operação de grandes sistemas hidro-térmicos			
	Concessão para uso da água/royalties			
	Usos múltiplos/ questões transfronteiriças			
	Gases de Efeito Estufa em RESERVATÓRIOS DE CENTRAIS HIDRELÉTRICAS			
Eólica	Mecanismos regulatórios de produção de energia eólica			
	Acesso à rede e precificação			
Solar	Energia solar concentrada			
	Aquecedores de água solar			
Nuclear	Enriquecimento de urano			
	Reatores de leito granular			

Fonte: Elaborada por Luiz Maurer, IFC 2011.

realiza investimentos em biocombustíveis desde os anos 1970, quando o etanol passou a ser comercializado em seus postos de gasolina no Brasil. Recentemente, a empresa deu início à produção de biodiesel, tendo em vista que sua estratégia é desenvolver tecnologias que garantam sua liderança mundial na produção de biocombustíveis.⁴⁸ Foi iniciada cooperação na área de biocombustíveis com Angola e Moçambique, que também poderia beneficiar outros países africanos.

⁴⁸Ver Petrobras (n.d.).

Figura 4.6 Produtividade e densidade da madeira em todas as plantações de eucalipto do Brasil, 1970–2006



Fonte: Latorre e Henriques 2008.

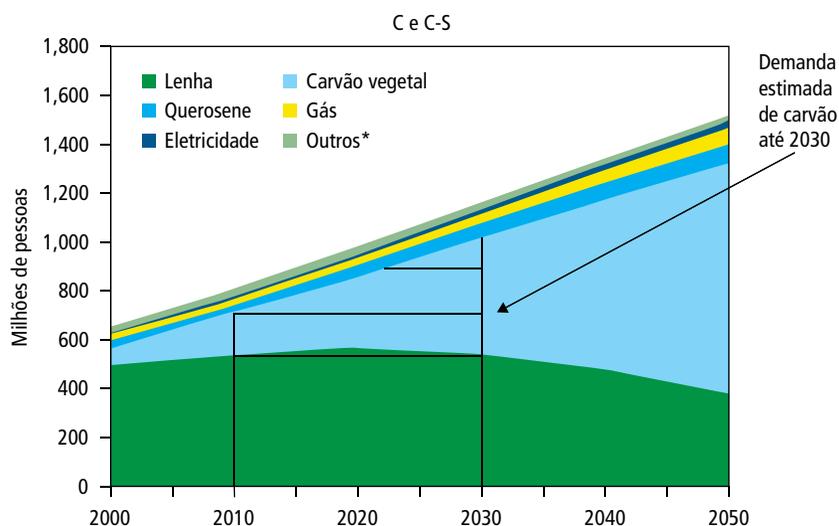
O setor privado brasileiro também começou a trabalhar com questões de energia por meio de *joint ventures* em outro países do Sul, inclusive na África. Um bom exemplo com potencial de impacto significativo no território angolano é uma *joint venture* denominada BIOCOM (Companhia de Bioenergia de Angola), entre a empresa brasileira Odebrecht, a empresa estatal angolana, Sonongol, e a firma Demer de Angola, com investimento de US\$ 400 milhões voltados para a utilização de cana para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica. O projeto deverá ter um grande impacto sobre a economia angolana, primeiro porque o país importa 80 milhões de toneladas por ano de açúcar e, segundo, porque o projeto já está produzindo 565 megawatts (MW) de energia. A usina foi construída pela Odebrecht, com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outra área de energia altamente relevante em que o Brasil possui conhecimento avançado é a produção de carvão vegetal. A África Subsaariana produz e consome cerca de 25 milhões de toneladas de carvão vegetal por ano (mais do que qualquer outra região do mundo), ao passo que o Brasil produz e consome aproximadamente 9 milhões de toneladas por ano (mais do que qualquer outro país do mundo). Embora na África, o carvão seja utilizado primordialmente para cozinhar alimentos em domicílios urbanos, no Brasil, ele é utilizado quase que em sua totalidade na produção de ferro gusa e ferro-liga. Apesar das diferenças em termos de uso, a experiência do Brasil na área de carvão vegetal pode ser útil para a África.

Nos últimos 40 anos, o setor de carvão vegetal brasileiro vem desenvolvendo formas de produção mais eficientes e sustentáveis. Por exemplo, o empenho de empresas privadas e universidades públicas resultou no aumento da produtividade e da qualidade (densidade da madeira) das plantações dedicadas exclusivamente à produção de madeira para combustível (Figure 4.6), reduzindo a dependência das florestas naturais para a produção de carvão vegetal.

A demanda anual estimada de carvão vegetal na África Subsaariana deve dobrar, passando de 25 milhões em 2009 para quase 50 milhões até 2030 devido

Figura 4.7 Estimativa de crescimento futuro da demanda de carvão vegetal na África Subsaariana



Fonte: IEA World Energy Outlook 2004; Bailis, Ezzati e Kammen, 2005.

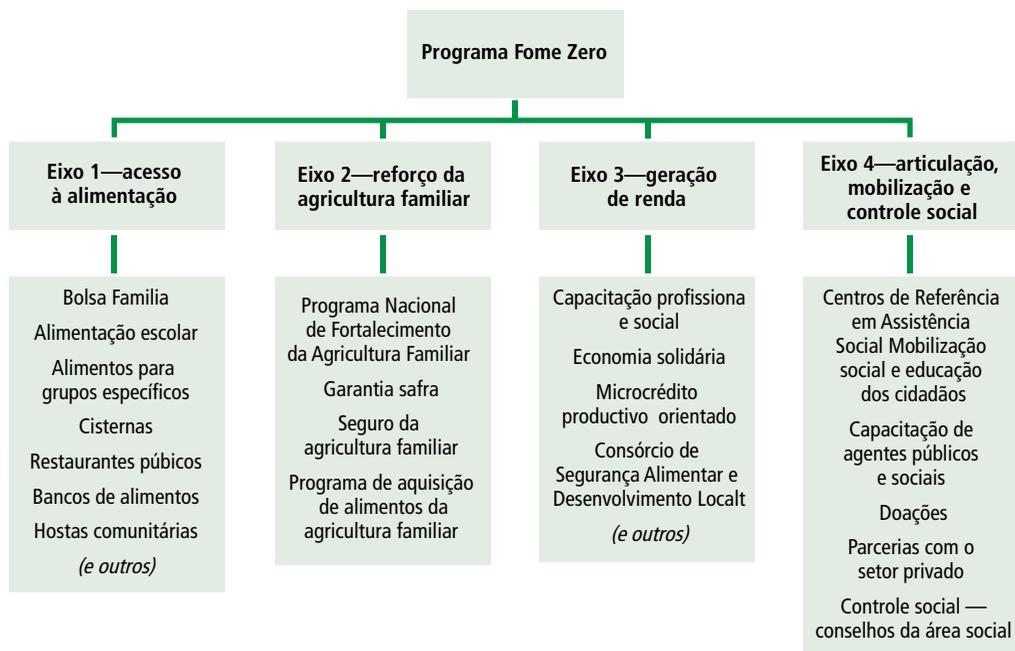
Obs.: C significa carvão e C-S, carvão proveniente de produção sustentável.

ao rápido crescimento demográfico e índice de urbanização da região, pobreza constante e volatilidade do preço dos combustíveis fósseis para cozinhar alimentos (ver figura 4.7). Porém, a produção de carvão baseia-se ainda em métodos tradicionais, ineficientes e insustentáveis. Dessa forma, a cooperação com o Brasil poderia aprimorar, em grande medida, a capacidade da África de produzir carvão vegetal com padrões mais modernos, eficientes e sustentáveis. Essa modernização poderia transformar o setor ineficiente de carvão da África (que causa atualmente desflorestamento) em um setor de desenvolvimento estratégico que no futuro contribuiria para o reflorestamento, maior produtividade de carvão e, até mesmo, cogeração de eletricidade.

PROTEÇÃO SOCIAL

Os formuladores de políticas do Brasil parecem entender que embora o crescimento econômico possa resolver questões relativas à pobreza, ele não necessariamente reduzirá a desigualdade. A Constituição de 1988 prevê “proteção social” como um direito.⁴⁹ Apesar dos enormes desafios enfrentados pelos políticos em um país conhecido por ter um dos maiores índices de desigualdade de renda da América Latina, poucos programas haviam sido desenvolvidos para garantir os direitos de proteção social, especialmente até meados da

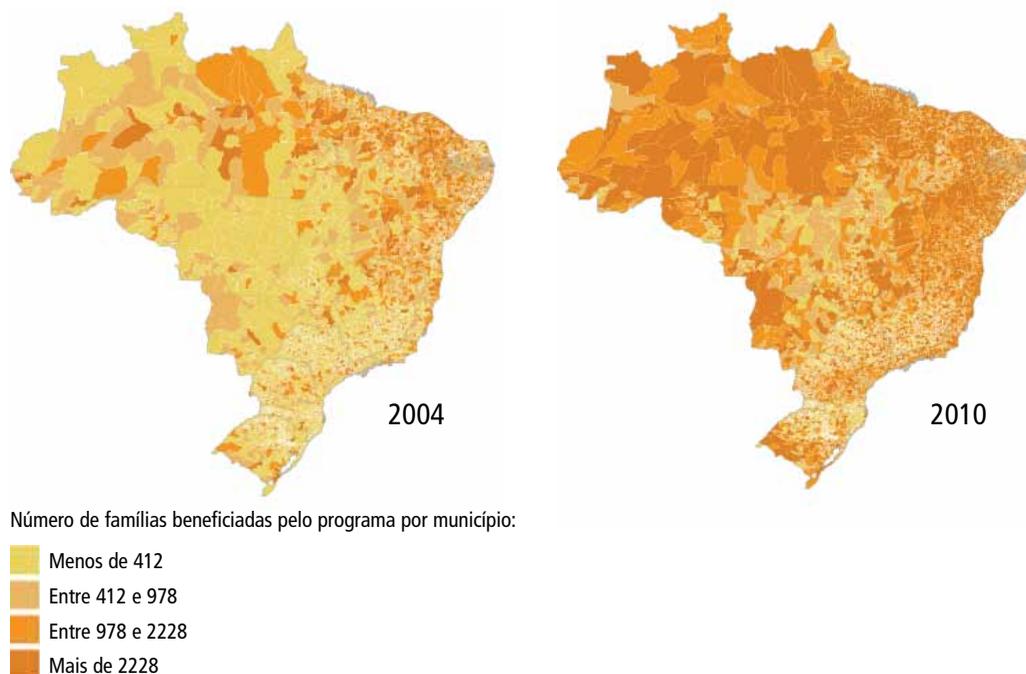
⁴⁹Em 2010, o direito a alimentação foi expressamente incluído no artigo 6º da Constituição brasileira, juntamente com outros direitos sociais, como educação e saúde. Este parece ser o ápice de um processo iniciado 10 anos antes.

Figura 4.8 Programa Fome Zero: eixo e entidades executoras

Fonte: Site oficial do Fome Zero (www.fomezero.gov.br/organograma).

década de 2000. A partir de 2003, políticas voltadas para o combate à fome e a marginalização passaram a ser implementadas, sendo o mais bem sucedido a iniciativa Fome Zero. Lançado em 2003, o Fome Zero abrange diversos programas promovidos mediante forte parceria entre 12 ministérios e agências coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O programa mais conhecido e abrangente no âmbito do Fome Zero é o Bolsa Família, um programa de transferência condicional de renda criado como estrutura institucional para abrigar os diversos projetos sociais existentes. O Bolsa Família segue três diretrizes básicas: proporcionar alívio imediato da pobreza aos beneficiados pelo programa, mediante a transferência direta de renda; ajudar famílias a superar o ciclo de pobreza que se perpetua por gerações, envolvendo crianças e jovens em cada família beneficiada; e impulsionar o avanço e o desenvolvimento das famílias por meio de projetos sociais complementares relacionados com questões, como o analfabetismo entre adultos e a geração de renda (MDS 2009). O programa Bolsa Família é intersetorial, abrangendo educação, saúde e a eliminação do trabalho infantil. Outra característica marcante do programa é a descentralização e a gestão compartilhada entre diversos órgãos e níveis de governo. Cada ministério envolvido supervisiona as atividades de assistência social, saúde e educação em nível estadual e municipal, monitorando as atividades em sua área de atuação.

Figura 4.9 Expansão do Bolsa Família (2004–10)

Fonte: MDS, 2004; 2010.

Em 2011, 19 milhões de famílias em todo o país estão registradas no Bolsa Família (figura 4.9).

A experiência do programa Fome Zero e outros projetos sociais está sendo atualmente adaptada e reproduzida em outros países em desenvolvimento. Desde a sua criação em 2004, o MDS mantém contatos institucionais com mais de 60 países, incluindo Angola, Senegal e Quênia, com vistas à criação de condições para um crescimento mais inclusivo. Em Angola, em 2009, o governo passou a se concentrar na promoção e proteção dos direitos das pessoas vulneráveis, combate à pobreza e redução das assimetrias regionais.⁵⁰ No Senegal, em 2005, foram iniciados programas conjuntos nas áreas de segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, biodiesel, recursos hidrelétricos e qualidade dos produtos agrícolas, etc.⁵¹ No Quênia deverá ser lançado programa em 2011.⁵²

⁵⁰ Carta de intenção, agosto de 2009 (www.mds.gov.br/sobreministerio/relacoes_internacionais/infografico/documentos/Carta-de-Intencoes-Para-Republica-de-Angola.pdf [em português]).

⁵¹ O memorando de entendimento, junho de 2005 (<http://mds.gov.br/sobreministerio/relacoesinternacionais/infografico/documentos/Memorando-de-Entendimento-Brasil-Senegal.pdf>).

⁵² Foi enviada missão do MDS ao Quênia no fim de fevereiro de 2011, conforme solicitação do governo queniano, para colher informações sobre o que poderia ser feito no país em termos de transferência de renda (MDS, 2011).

OUTRAS ÁREAS DE INTERCÂMBIO

A agricultura tropical, a medicina tropical e o ensino profissionalizante são as maiores áreas de intercâmbio entre o Brasil e a África. A energia também recebe bastante atenção. No entanto, projetos em outras áreas, como ensino superior, esportes e ação afirmativa, também poderiam produzir impacto expressivo.⁵³

Ensino Superior

As atividades culturais e educacionais fazem parte do envolvimento do Brasil na África há muito tempo, embora tenham sido organizadas e implementadas tradicionalmente pelas organizações da sociedade civil voltadas principalmente para a educação primária em países lusófonos. Em meados da década de 2000, no entanto, o governo brasileiro decidiu fortalecer o ensino superior na África, devido a suas ligações com a capacitação humana e o desenvolvimento sustentável. O uso de tecnologia da informação e de ferramentas pedagógicas inovadoras, como os métodos de Paulo Freire,⁵⁴ contribuíram para o desenvolvimento de forte demanda por parte dos países africanos interessados em aprender com a experiência brasileira e reproduzir alguns de seus programas. Com efeito, a posição brasileira no setor de educação, especialmente sua ênfase no ensino superior e ensino profissionalizante enfrentado pela maioria dos países da África Subsaariana (ACBF, 2011).

Em particular, destacam-se quatro iniciativas pertinentes de ensino superior que unem atualmente o Brasil e a África.⁵⁵ A primeira é a Universidade Aberta de Moçambique, esforço conjunto de quatro instituições brasileiras e quatro moçambicanas nas áreas de matemática, biologia, pedagogia e administração pública. A iniciativa inclui projeto acadêmico conjunto, com metade dos currículos desenvolvidos por universidades de Moçambique e a outra metade por universidades do Brasil; uma mistura de ensino on-line e presencial; e habilitação dupla com diplomas das duas universidades. O Brasil assumiu o compromisso de realizar investimento inicial de US\$ 30 milhões, por um período de nove anos, com possibilidade de vir a ser renovado, o que representa a maior atividade de cooperação do país na área de educação. A maior parte dessa contribuição será alocada para bolsas de estudo em Moçambique. O projeto

⁵³ O Brasil e os países da África Subsaariana também desenvolvem iniciativas menores nas áreas de tecnologia da informação, justiça, criação e gerenciamento de banco de dados, educação primária e ensino de línguas (português), entre outras.

⁵⁴ Paulo Freire é um educador brasileiro conhecido por criar métodos de ensino para adultos e trabalhadores, aumentando sua autonomia e reduzindo a dependência (e opressão, utilizando suas palavras) da cultura dominante.

⁵⁵ Entre outras iniciativas importantes no nível federal encontram-se o apoio da CAPES à criação da primeira universidade pública de Cabo Verde, inaugurada no fim de 2006, e o Programa África da CNPq, que estimula diretamente projetos de pesquisas na África para promover o desenvolvimento científico e tecnológico (Portal Brasil 2010).

beneficia 700 alunos moçambicanos em 3 centros (Maputo, Beira e Lichinga) e, em 5 anos, a estimativa é de 10 mil alunos terão participado do projeto.

A segunda iniciativa compreende a criação da Universidade Federal para a Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB).⁵⁶ Criada em 2010, a iniciativa foi oficialmente lançada no Dia da África (25 de maio) na cidade de Redenção (Ceará), primeiro distrito brasileiro a abolir a escravidão.⁵⁷ A UNILAB oferece acesso a ensino superior aos alunos e professores de países africanos de língua portuguesa e espera fortalecer as ligações históricas e culturais positivas entre o Brasil e os países de língua portuguesa na África e em outros continentes.⁵⁸ Trata-se da primeira iniciativa desse tipo e, tendo em vista que acabou de ser lançada, seus efeitos locais ainda não foram comprovados. No entanto, é possível prever resultados positivos não apenas para estudantes africanos, mas também em termos do reforço da dimensão africana da história do Brasil.

A terceira iniciativa é a criação de bolsas de estudos para estudantes de graduação e pós-graduação de países em desenvolvimento para estudar em universidades brasileiras (PEC-G e PEC-PG, respectivamente).⁵⁹ Entre 2003 e 2010, o Brasil concedeu bolsas de estudo a 4300 estudantes de graduação provenientes de 20 países da África e a 237 estudantes de pós-graduação de 14 países africanos. Essa iniciativa ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere ao nível de graduação, como por exemplo níveis incompatíveis de ensino e a falta de recursos adequados para cobrir despesas de manutenção dos alunos no Brasil ao longo dos quatro a cinco anos de duração dos cursos.

A quarta dimensão consiste na criação ou no reforço do diálogo direto entre universidades brasileiras e da África Subsaariana. A Universidade Federal de Viçosa é um bom exemplo de engajamento mais abrangente. A partir do contato pessoal entre pesquisadores e professores brasileiros e seus colegas na África, a universidade conseguiu desenvolver uma abordagem mais institucionalizada do que outras nos últimos anos. Equipes multidisciplinares trabalham em conjunto com seus pares na África na identificação de limitações e prioridades, em áreas como merenda escolar e produtividade agrícola (necessárias, por exemplo, em São Tomé e Príncipe) e técnicas para educação on-line (necessárias em Moçambique, por exemplo). A vantagem comparativa da universidade encontra-se no setor de ciências agrárias, no qual diversos projetos estão sendo consolidados. Por exemplo, uma equipe multidisciplinar está trabalhando com seus pares na Zâmbia e Gâmbia para identificar demandas agropecuárias e de zoonose, respectivamente. Em suas missões internacionais, o quadro da universidade recebe normalmente o apoio da ABC.⁶⁰

⁵⁶ Unilab (www.unilab.edu.br/).

⁵⁷ A cidade de Redenção aboliu a escravidão em 1883, anos antes da Lei Áurea, assinada em 1888 (www.unilab.edu.br/Home/UnilabnoBrasil.aspx).

⁵⁸ Unilab Global (www.unilab.edu.br/Home/UnilabGlobal.aspx).

⁵⁹ Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

⁶⁰ Entrevista com o Prof. Luiz Claudio Barbosa, Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2011.

No âmbito das próximas iniciativas, será criado o Centro Brasil–África em Dacar, no Senegal, empreendido pelo *Institut Supérieur de Management* para promover ações conjuntas de pesquisa acadêmica, seminários e desenvolvimento de currículos.⁶¹

Existem também alguns acordos bilaterais entre universidades brasileiras e africanas, embora estes sejam limitados em termos de número e alcance. A Universidade de Brasília, por exemplo, possui acordos bilaterais com universidades em três países: África do Sul (Gauteng Shared Services Center), Cabo Verde (Universidade do Cabo Verde) e Moçambique (Universidade Pedagógica de Moçambique, Universidade Zanbeze e Universidade Eduardo Modlane). Esses acordos preveem o desenvolvimento de seminários conjuntos, intercâmbio de estudantes e pesquisa conjunta, entre outras atividades pedagógicas. Outro exemplo de parceria é o acordo de cooperação entre a Universidade Católica de Petrópolis no Rio de Janeiro, a Universidade de São Carlos em São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Makerere University em Kampala para a realização de projetos conjuntos de bioenergia, uma iniciativa que conta com o apoio da ABC. Foi firmado acordo também para a execução de programas conjuntos entre a Universidade Estadual da Bahia e a Kimpa Vita University, em Uige (Angola).

Esportes

O esporte tem um papel importante tanto no Brasil como na África e vem fortalecendo a ligação entre os dois lados. Vinte e um acordos esportivos, especialmente em futebol, foram assinados entre o Brasil e a África nos últimos 10 anos. A parceria, no entanto, vai além da organização de partidas amistosas entre times nacionais.⁶² Foram implementados projetos para aumentar a inclusão social por meio do futebol em Angola, Botsuana e Moçambique, e atletas profissionais da Tanzânia, Zâmbia e Libéria foram convidados a viajar ao Brasil para fazer treinamento especializado em futebol (Itamaraty, 2011b: 36). Além disso, técnicos de futebol do Quênia participaram de atividades de treinamento realizadas pelo Brasil e, recentemente, o Benin firmou acordo com o Brasil para o treinamento de futebol de longo prazo para jovens e o reforço do treinamento especializado dos técnicos.

⁶¹ Entrevista com Amadou Diaw, Presidente do Institut Supérieur de Management, Senegal, julho de 2011.

⁶² Foram organizadas partidas amistosas de futebol entre os times nacionais do Brasil e seus parceiros em Botsuana (2008), Zimbábue (2010) e Tanzânia (2010).



Investimento Estrangeiro Direto e Comércio do Brasil com a África

PONTOS PRINCIPAIS

- Existem dois tipos de empresas brasileiras na África: grandes empresas com presença desde os anos 1980, e pequenas e médias empresas (PMEs) que só recentemente vêm se engajando com o continente.
- O investimento estrangeiro direto (IED) do Brasil na África cresceu na última década e ainda tem o potencial de aumentar muito mais.
- O comércio Brasil–África aumentou substancialmente nos últimos 10 anos. Mas muitos desafios persistem, associados à comunicação limitada, às dificuldades de logística, à burocracia e à falta de transparência. Os principais setores são mineração, petróleo e gás, e infraestrutura.

A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE DESENVOLVIMENTO

Os bancos brasileiros de desenvolvimento desempenharam um papel importante na aproximação do Brasil com a África. Entre esses bancos, destaca-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos incentivos e desembolsos para a África Subsaariana tiveram incremento exponencial nas últimas décadas.

O comércio entre o Brasil e a África passou de US\$ 4 bilhões em 2000 para cerca de US\$ 20 bilhões em 2010 (tabela 5.1), com uma elevação acentuada em 2003. No mesmo período, o comércio com a África Subsaariana passou de US\$ 2 milhões para US\$ 12 milhões. Esse ambiente ajudou o BNDES a lançar e implementar medidas para favorecer o comércio entre as duas regiões, possibilitando dessa forma o acesso a empréstimos brasileiros.

O estímulo dado às exportações brasileiras foi fundamental para a expansão do comércio. Em 2008, os incentivos concedidos às empresas brasileiras para exportar para a África (no âmbito do Programa Integração com a África) resultaram no desembolso de R\$ 477 milhões, elevando-se para R\$ 649 milhões em

Tabela 5.1 Comércio do Brasil com o mundo, a África e a África Subsaariana, 2000–10 (em US\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	
Mundo	110.969.460.353	113.888.349.663	107.681.303.968	121.528.871.507	159.512.859.906	
África	4.252.876.098	5.319.020.146	5.036.174.214	6.149.521.057	10.425.741.453	
África Subsaariana	2.054.751.728	3.275.132.745	3.009.938.102	3.759.498.378	6.498.713.052	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	192.129.063.582	229.148.973.892	281.269.740.902	371.139.076.664	280.642.073.593	383.563.775.541
África	12.630.456.924	15.536.861.331	19.903.591.657	25.919.298.556	17.152.899.842	20.407.917.230
África Subsaariana	7.072.242.226	10.158.144.627	13.128.537.975	16.877.688.204	11.036.725.854	12.190.937.300

Fonte: Elaborado pela IPEA com base em informações do banco de dados da UN Comtrade (<http://comtrade.un.org/db/>).

2009 (PDP 2010). Esse incremento pode ser atribuído à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), estabelecida em 2008 com a finalidade de promover e manter o ciclo de expansão econômica nacional, mesmo durante a crise financeira internacional.

A PDP forneceu ao BNDES determinado direcionamento e estrutura para ação no nível internacional. As orientações da PDP levaram à criação de medidas práticas para o fortalecimento das relações comerciais e dos fluxos de investimento direto do Brasil para a África. Este foco em soluções práticas, com ênfase em atividades comerciais e relacionadas com infraestrutura, é resultado das oportunidades identificadas para a atuação de organizações públicas e privadas na África.

Essa atuação orientada pelo governo por intermédio do BNDES posicionou o banco no centro das interações entre empresas nacionais e o mercado africano. Um dos objetivos da PDP era selecionar um pequeno número de empresas — normalmente três — com capacidade de engajamento em atividades na África.

Outro objetivo da PDP era a assinatura de acordo de três anos (2009–12) entre o BNDES e a Agência Brasileira para a Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) com vistas à implementação de uma política de diversificação das exportações brasileiras para a África. O processo beneficiou-se ainda da concessão de benefícios financeiros (de quase US\$ 500 milhões, em 2008) para empresas nacionais específicas (tabela 5.2).

O governo brasileiro lançou seu Programa de Financiamento à Exportação (PROEX) em 1991, para estimular a busca de novos mercados para os produtos brasileiros. Em agosto de 2011, a PDP foi substituída pelo Programa Brasil Maior (2011–14), cujo objetivo é o de desenvolver a capacidade produtiva e a competitividade da indústria brasileira. O novo plano — construído a partir da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e da PDP — é mais abrangente do que as políticas anteriores por incluir uma série de medidas para promover o investimento e a inovação, apoiar o comércio e preservar a indústria nacional.⁶³

⁶³ Site do Brasil Maior: www.brasilmaior.mdic.gov.br/.

Tabela 5.2 Recursos do PROEX para exportações para a África 2007–08

Ano	Recursos do PROEX (milhões de US\$)	Exportações APOIADAS (milhões de US\$)	Número de empresa beneficiárias
2007	194,35	2.279,44	38
2008	38,25	436,23	35

Fonte: Elaborado pelo BNDES, com base em Proex Equalização.

Além das iniciativas de estímulo à exportação, atribuiu-se também importância a medidas que permitiam às empresas brasileiras trabalhar em projetos de infraestrutura na África Subsaariana. Embora não exista muita informação nesse sentido, a estratégia demonstra a importância da atuação do BNDES para ampliar a presença do capital nacional da região (PDP, 2010).

A atuação do BNDES na ampliação dos negócios brasileiros na África Subsaariana fica também evidenciada no desenvolvimento de usinas de processamento de etanol de cana de açúcar. Em 2006, foi criada uma linha de crédito para Angola no valor de US\$ 1,5 bilhão (*Valor Econômico*, 10 de junho de 2008), que resultou em acordo de parceria estratégica entre Angola e Brasil, no contexto da política afro-brasileira, aumentando a influência do Brasil no novo setor africano de etanol. Em 2010 foi aberta uma linha de crédito para empresas brasileiras atuantes em Gana e Moçambique, com um orçamento de US\$ 3,5 bilhões (Barros, 2010). Com essa iniciativa, o governo brasileiro começou a envolver seus pares africanos como parceiros fundamentais na expansão da oferta global de etanol.

Mediante a utilização de financiamento e conhecimentos especializados do Brasil, Gana ganhou acesso ao mercado sueco de biocombustível. Por meio de um acordo tripartite envolvendo o Brasil, Gana e Suécia, o BNDES concedeu financiamento no valor de US\$ 260 milhões ao projeto, possibilitando à empresa ganense Northern Sugar Resources cultivar 30 mil hectares de cana de açúcar no norte do país. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Odebrecht deu início à construção da usina de processamento que se comprometeu a comprar a cana produzida, ao passo que o governo sueco, por intermédio da AB Svensk Etanolkemi (Sekab), prometeu comprar todo etanol produzido pela usina por um período de 10 anos (*A Tarde* 2008).

Registra-se, hoje, movimento no sentido de estabelecer uma política coerente para as atividades do BNDES na África, com apoio da política externa brasileira. Esse processo vem sendo gradualmente fortalecido desde 2003, tendo como resultado ações de natureza técnica. Com a criação da PDP e de outros instrumentos de desenvolvimento geridos pelo BNDES e outros bancos de desenvolvimento, essas iniciativas foram harmonizadas em 2008. Outro exemplo é a presença da Caixa Econômica Federal (CEF) em Angola e Moçambique, onde oferece cooperação técnica internacional para o desenvolvimento de projetos de habitação.

No fim de 2010, o Banco do Brasil e o Bradesco, dois dos maiores bancos brasileiros, anunciaram parceria com o Banco Espírito Santo, de Portugal, para

dar início a atividades conjuntas e o apoio a empresas brasileiras na África. Considerando que o Banco do Brasil e o Bradesco já prestavam serviços para PMEs no Brasil, é provável que também venham a disponibilizar crédito para a ampliação das PMEs na África.

O BNDES e a CEF reconhecem que ainda existem importantes desafios pela frente. A falta de garantias dos países parceiros na África restringe o desenvolvimento das atividades do BNDES, ao passo que limitações de ordem jurídica impedem que a CEF ofereça crédito fora do território brasileiro.

EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA

IED

Embora o governo brasileiro tenha priorizado o IED na África (cujo total cresceu aproximadamente US\$ 69 bilhões em 2001 para US\$ 214 bilhões em 2009 — tabela 5.3), aquele continente não se destacou como destino importante de investimento estrangeiro de firmas brasileiras na última década. O IED brasileiro na África Subsaariana totalizou apenas US\$ 281 milhões em 2001 e US\$ 124 milhões em 2009. Ainda que exista a possibilidade que tais números estejam subestimados por conta da triangulação desses recursos por intermédio

Tabela 5.3 Investimentos diretos brasileiros no exterior, 2001–09 (em milhões de US\$)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Investimento direto igual ou superior a 10%									
<i>Países africanos</i>									
África do Sul	8				0	2			
Angola	265	18	22	24	17	20	73	58	124
<i>Países para possível triangulação</i>									
Bahamas	5.954	6.958	6.565	7.825	7.449	9.259	9.341	9.531	10.291
Ilhas Caymans	14.785	16.465	15.097	13.930	15.113	20.284	31.212	31.024	36.268
Total de investimento direto igual ou superior a 10%	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	111.339	113.755	132.413
Empréstimos entre empresas, por país									
<i>Países africanos</i>									
África do Sul	0		0		1				
Angola	9	12	3	10	1	1			
<i>Países para possível triangulação</i>									
Bahamas	216	326	360	409	377	101	288	62	197
Ilhas Caymans	3.814	7.696	7.151	12.389	11.387	14.539	25.212	37.981	27.319
Total de empréstimos entre empresas	7.104	11.026	10.123	15.169	13.842	16.460	28.547	41.914	32.110
Total de capital brasileiro no exterior	68.598	72.325	82.692	93.243	111.741	152.214	190.205	204.005	214.017

Fonte: Elaborada pela IPEA com dados do Banco Central do Brasil.

de países como as Bahamas e as Ilhas Cayman, os dados obtidos não permitem confirmar essa hipótese.

Alguns países africanos foram especificados nos dados do Banco Central referentes ao período 2001-06. Porém, em 2007-09, poucos o foram; a maioria ficou relegada à categoria de “outros”. Contudo, dois países incluídos nessa categoria — a África do Sul e Angola — abrigam a maior concentração de IED brasileiro na África (Angola lidera, especialmente em áreas como energia, mineração e infraestrutura, devido à presença da Petrobras e da Vale, bem como de empresas de construção como a Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão).

Segundo o *Global Investment Trends Monitor* (de janeiro de 2011) da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), embora os fluxos globais de investimento tenham ficado relativamente estagnados em 2010, o mercado dos países em desenvolvimento permitiu que os investidores estrangeiros aumentassem seu lucro. Os fluxos de IED para a África atingiram pico em 2008, juntamente com a explosão do preço das *commodities*, tendo registrado posteriormente queda de 14% em 2010.

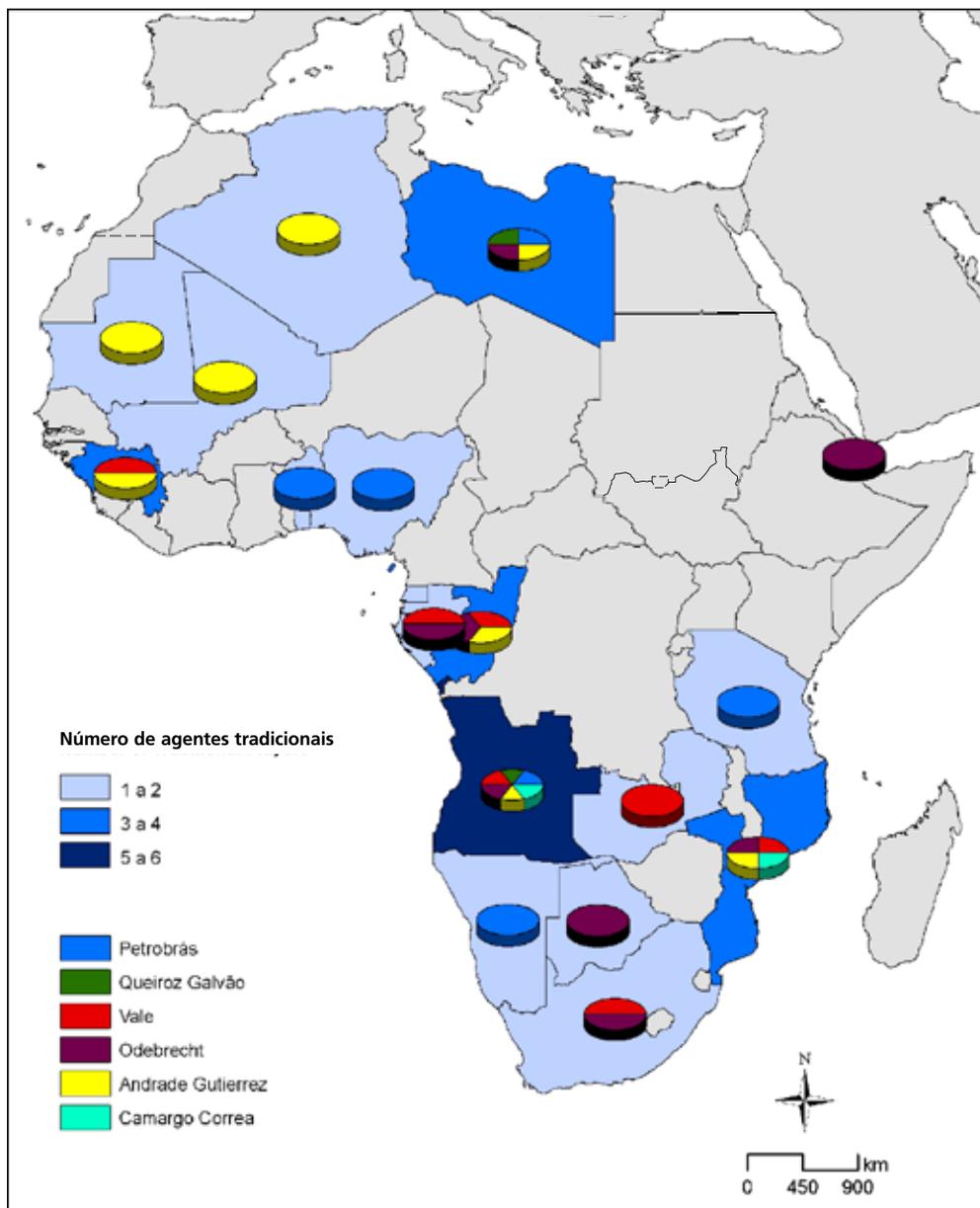
A expectativa é de que mais empresas brasileiras continuem a fazer negócios com a África, que algumas venham a se instalar no continente e que o IED brasileiro se torne mais relevante no médio e no longo prazo.

Agentes tradicionais

O investimento do setor privado brasileiro na África teve início nos anos 1980, e os investidores iniciais eram empresas brasileiras com presença na África. Embora estejam presentes em todo o continente, a atuação das empresas brasileiras concentra-se principalmente nos setores de infraestrutura, energia e mineração na África Subsaariana (figura 5.1). Esses agentes tradicionais, em termos de investimento e volume de vendas, são Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Petrobras, Queiroz Galvão e Vale. A Marcopolo também merece ser mencionada por sua abordagem diferenciada (Box 5.1).

A presença brasileira na África chama atenção pela forma como as empresas realizam negócios (Reuters, 2011). O modelo utilizado tende a incluir a contratação de mão de obra local para seus projetos e o desenvolvimento de capacidades locais, o que resulta na melhoria da qualidade dos serviços e produtos. Representantes da Odebrecht em Angola, por exemplo, confirmaram que os cargos estratégicos não são ocupados apenas por brasileiros, mas também por profissionais locais. O número de africanos contratados por empresas brasileiras é tão expressivo que a Odebrecht se tornou o maior empregador do setor privado em Angola.

A Odebrecht é a empresa de construção brasileira com o maior número de projetos na África, com presença na África do Sul, Angola, Botsuana, Djibouti, Gabão, Líbia, Libéria, Moçambique e República Democrática do Congo. A empresa tem parcerias com governos e outras empresas estrangeiras, tendo também criado consórcios com outros empreiteiros brasileiros na África. Entre as atividades diversificadas que desenvolvem, encontram-se projetos relacionados

Figura 5.1 Empresas brasileiras na África

Fonte: IPEA.

com a exploração de petróleo e gás, infraestrutura, a construção de condomínios residenciais, planejamento urbano, a operação de minas de diamantes e a distribuição de alimentos. Um dos primeiros projetos realizados pela empresa foi a construção de uma barragem em 1984 em Capanda, Província de Malange, em Angola. Desde então, a empresa desenvolveu atividades e negócios em muitos países da região, incluindo a construção da Represa de Letsibogo em

Box 5.1 Marcopolo: Manufatura brasileira na África

O Grupo Marcopolo S.A., criado em 1949, é atualmente composto por quatro marcas (Marcopolo, Ciferal, Volare e o Banco Moneo). A empresa é a terceira maior fabricante de carrocerias de ônibus do mundo, seja para transporte turístico, seja urbano. A Marcopolo tem fábricas em sete países, incluindo duas na África: Egito e África do Sul.

A presença da Marcopolo em Pietesburg, África do Sul, começou em 2000. No ano seguinte, transferiu suas instalações para Joanesburgo. Em 2008, começou atividades no Egito.

A Marcopolo se destaca por seu perfil. Enquanto muitos agentes brasileiros tradicionais atuam majoritariamente nas áreas de infraestrutura, mineração e petroquímica nos últimos 30 anos, a Marcopolo entrou no mercado africano de manufaturados há cerca de 10 anos

Marcopolo pode ser um bom exemplo para as tantas empresas brasileiras que acompanharam a delegação brasileira nas missões à África, principalmente, por ser uma empresa que não somente exporta para a África, mas que tem presença física na África.

Fonte: www.marcopolo.com.br.

Botsuana, a perfuração de poços de petróleo na República Democrática do Congo, a prestação de serviços associados a poços de petróleo no Gabão, a construção de terminais de containeres e combustível em Djibouti e a construção de mina de carvão em Moatize, Moçambique (com a Vale), que prevê a construção de assentamentos para as famílias que foram obrigadas a mudar-se por conta do projeto.

A Andrade Gutierrez atua ativamente no setor de construção civil em Angola, Argélia, Camarões, Guiné, Guiné Equatorial, Líbia, Mali, Mauritânia, Moçambique e República Democrática do Congo. A empresa realiza negócios na África desde 1984, tendo construído rodovias e estradas, além de realizar projetos de habitação, construção civil e planejamento urbano.

Após abrir escritório em Angola em 2006, a empresa de construção Camargo Correa foi contratada como empreiteiro em grande número de projetos, envolvendo atividades como planejamento urbano e a construção de moradias, estradas e linhas de transmissão de energia. Um dos maiores projetos da empresa é realizado em consórcio com empresas estrangeiras e locais na produção de cimento. Em Moçambique, a Camargo Correia constrói o projeto hidrelétrico de Mphanda Nkuwa no Rio Zambezi e também participa do consórcio para a construção em mina de carvão em Moatize, Moçambique, liderada pela Odebrecht. A empresa anunciou recentemente que realizaria obras de construção de estradas e projetos de infraestrutura de drenagem com uma linha de crédito concedida pelo BNDES.⁶⁴

⁶⁴Africa 21 2011.

A empresa de construção Queiroz Galvão realiza obras de construção civil em Angola e Líbia, já tendo participado de projetos relacionados principalmente com a reabilitação e a construção de estradas.

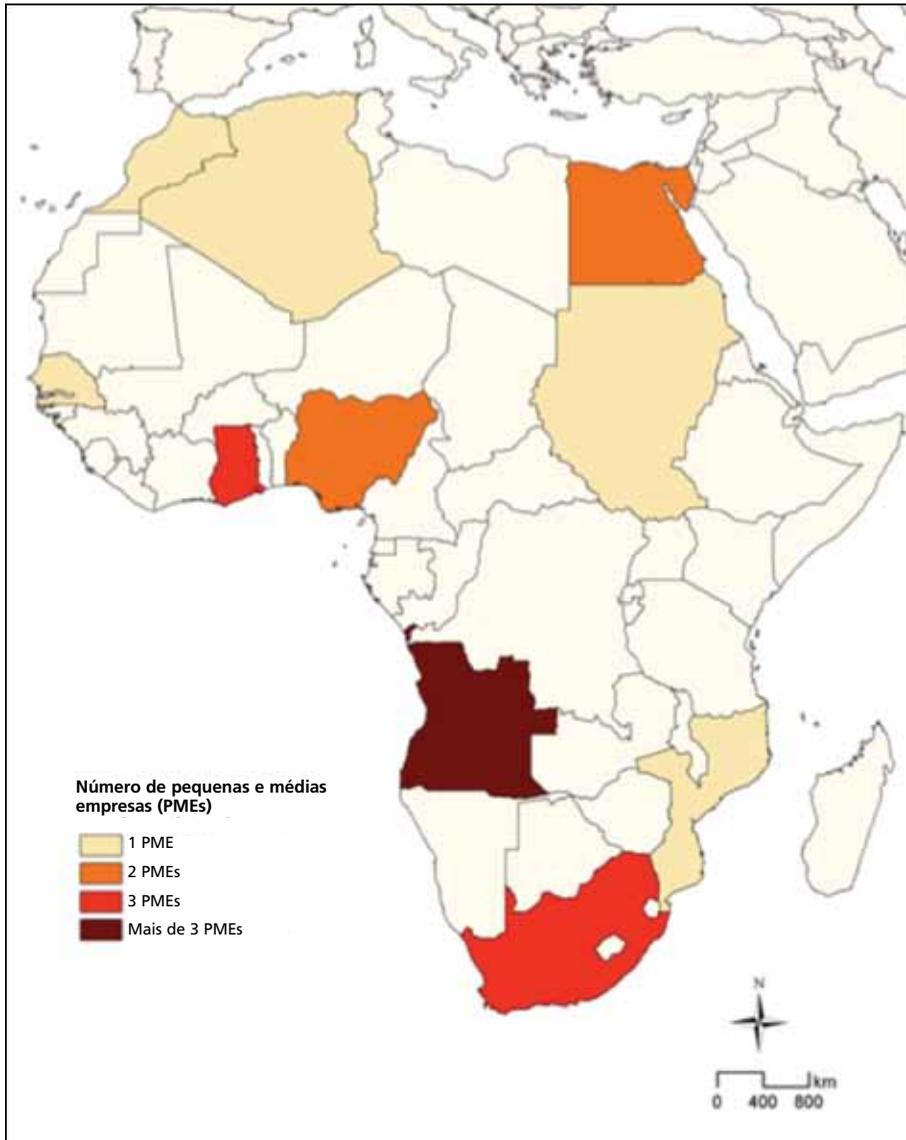
A Vale atua no setor de mineração da África desde 2004 e mantém escritórios na África do Sul, Angola, Gabão, Guiné Bissau, Moçambique e República Democrática do Congo. A empresa anunciou, em outubro de 2010, investimentos da ordem de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões em projetos na África nos próximos cinco anos, dos quais mais de US\$ 2,5 bilhões já foram investidos em obras no continente (Reuters Africa 2010). A Vale adquiriu empresas de mineração na África do Sul e na República Democrática do Congo, principalmente para a exploração de cobre e cobalto (Época Negócios 2008). Em Moçambique, a empresa iniciou oficialmente atividades metalúrgicas e de mineração de carvão em Moatize (Verdade 2011) e comprometeu-se a investir outros US\$ 4 bilhões, além dos US\$ 2 bilhões já investidos desde a compra das operações de mineração de carvão em 2004 (Katerere, 2011). Em Angola, a presença de negócios da Vale tem como objetivo a identificação de áreas adequadas à mineração de cobre e níquel. Por intermédio da empresa GeVale Indústria Mineira Ltda. e de um consórcio com o grupo angolano Genius, a Vale atua na Província de Moxico, na fronteira com a Zâmbia, onde realiza atividades de garimpo em um dos maiores veios de cobre do mundo, que juntamente com Katanga, na República Democrática do Congo, forma o cinturão do cobre. Na Guiné (Conakry), a empresa adquiriu 51% da empresa BSG Resources (Guiné) Ltd., que detém concessões de minério de ferro no país (Reuters Africa 2010).

A partir de abril de 2008, a Petrobrás passou a assumir postura mais assertiva do que no passado. Suas atividades priorizaram a busca e a extração de petróleo especialmente em águas profundas e ultraprofundas, com operações ativas nesta área em Angola, Líbia, Nigéria e Tanzânia. A empresa adquiriu recentemente 50% de participação em um bloco de 7400 km² no litoral de Benin para a exploração de petróleo leve (Petrobras 2011a). Na Namíbia, a empresa conta com participação de 50% em bloco de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas (Petrobras 2011b).

PMEs na África

Em vista do ambiente favorável de negócios na África, a APEX vem fomentando a presença de PMEs no continente por meio de diversas feiras, em parceria com empresas brasileiras (figura 5.2). Em um desses eventos, realizado em São Paulo em abril de 2010, mais de 70 empresas brasileiras se reuniram com empresários de países africanos e fecharam negócios totalizando aproximadamente US\$ 25 milhões. Segundos a *Tendências e Mercados 2010*, os acordos foram em setores como alimentos e bebidas, confecções e calçados, peças automotivas, produtos eletrônicos, habitação e construção civil, e cosméticos.

A maior concentração de PMEs brasileiras encontra-se em Angola, onde a APEX abriu um centro de negócios em 2010; as operações tiveram início em 2011 (tabela 5.4). A partir de 2009, Angola e o Brasil formalizaram a intenção de internacionalizar as PMEs por intermédio da Agência Nacional para o Inves-

Figura 5.2 PMEs brasileiras na África

Fonte: Autores.

timento Privado (ANIP) de Angola e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Algumas PMEs já atuam na África (tabela 5.4), e outras têm expressado interesse em ingressar naquele mercado.

As reuniões de cúpula trilateral entre a África do Sul, o Brasil e a Índia, tiveram início em 2006, no âmbito do Fórum IBAS, com o objetivo de estudar e apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Gerentes e técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Agência de Desenvolvimento de Pequenas Empresas (SEDA) da África do Sul e

Tabela 5.4 PMEs brasileiras na África, por país e setor

Paises	Início das atividades	Investimento	Empregados	Setor	Presença	Comentários
Argélia	—	—	—	Alimentos	Exportação	—
Angola	2007	—	—	Alimentos	3 lojas: Luanda	Pioneiro
	—	—	—	Educação	—	—
	2009	—	—	Construção civil	Fábrica: Luanda	—
	—	—	—	Construção civil	—	—
	—	—	—	Agricultura	Representativa	30% da produção direcionada para Angola
	2010	—	150	Supermercados	Lojas em Luanda	—
	2010	—	—	Processamento de mandioca	Fábricas (projeto)	—
	—	—	—	Maquinário para o setor de cerâmica	Exportação	—
Gana	2009	—	—	E-commerce	Software	Parceria com Yanis
	2009	—	—	Construção civil	2 usinas hidrelétricas/ etanol (projetos)	Quinta maior empresa de construção do Brasil
	2009	—	—	Equipamentos	—	—
Marrocos	2009	—	—	Açúcar	Usina (projeto)	Planos para construir 10 usinas no país
	2007	—	—	Calçados	Exportação	—
Moçambique	2007	—	—	Açúcar	Usina	70 mil toneladas de açúcar
Nigéria	2011	—	—	Empresas para soluções de TI. Tecnologia móvel.	Software	Licitação para o Banco Central da Nigéria
Senegal	2011	\$13 milhões	300 (est.)	Horticultura	Fazendas	Maior produtor de melões do Brasil
África do Sul	—	—	350 (apenas 6 brasileiros)	Serviços Públicos	Fábrica: Germinston	Maior empresa brasileira na África do Sul
Sudão	2009	—	—	Alimentos	—	Exportação de produtos Halaal
Vários	—	—	—	Alimentos	—	Exportação
	—	—	—	Exportação	Diversos produtos	Representante internacional de comércio

Fonte: Elaborada pelo IPEA.

— Não disponível.

a Empresa Nacional de Pequenas Indústrias (NSIC) da Índia incentivam o Programa de Incubação Cruzada a identificar incubadoras e parques tecnológicos que possam acolher empresas do Brasil, da Índia e da África do Sul. Essa iniciativa visa a facilitar a internacionalização dessas empresas e de seus serviços.

A APEX-Brasil assinou um acordo de cooperação em 2011 com a Central de Compras do Estado (CENCO) de Angola, responsável pelo Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essen-

Tabela 5.5 Distribuição dos fluxos globais de comércio do Brasil, 2000–10 (%)

Países e regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
África	3,83	4,67	4,68	5,06	6,54	6,57	6,78	7,08	6,98	6,11	5,32
<i>África Subsaariana</i>	1,85	2,88	2,80	3,09	4,07	3,68	4,43	4,67	4,55	3,93	3,18
<i>África — outros</i>	1,98	1,79	1,88	1,97	2,46	2,89	2,35	2,41	2,44	2,18	2,14
América Central	2,82	2,88	3,54	3,62	3,96	3,70	3,55	3,13	2,79	2,64	2,65
América do Sul	19,93	17,27	14,09	14,76	15,75	16,68	18,24	17,96	16,96	16,48	15,74
Ásia	16,21	17,70	19,90	21,56	21,40	23,16	24,17	24,55	27,79	31,44	34,06
China	2,08	2,84	3,78	5,50	5,74	6,34	7,15	8,31	9,82	12,86	14,70
<i>Ásia, exceto a China</i>	14,13	14,86	16,12	16,06	15,67	16,82	17,01	16,24	17,97	18,58	19,36
Europa	29,95	30,54	30,68	30,11	29,15	27,47	26,34	28,32	26,91	26,69	25,46
<i>União Europeia</i>	26,92	27,11	26,98	26,15	25,41	23,46	22,28	23,79	22,16	22,42	21,32
Europa, não EU	3,03	3,43	3,70	3,95	3,74	4,01	4,07	4,53	4,75	4,27	4,14
Estados Unidos	23,81	24,10	24,14	21,94	20,02	18,56	17,29	15,72	14,44	12,81	12,18

Fonte: Elaborada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade (<http://comtrade.un.org/db/>).

ciais à População (PRESILD). Essa iniciativa pública do governo angolano proporciona o acesso a bens básicos de consumo pela população, estabilizando a cadeia de suprimentos. Por meio de suas PMEs, o Brasil encontra-se em posição vantajosa nesse mercado de consumo promissor. A estratégia da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC é facilitar a inserção de empresas brasileiras no mercado angolano e fomentar parcerias com empresas locais e de outros países africanos.

COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA

Nos últimos 10 anos, a necessidade de diversificação de mercado e o cenário internacional favorável ao crescimento econômico reaproximaram a África de seus parceiros comerciais brasileiros. Em 2000, os 53 países⁶⁵ do continente africano representavam 3,83% do comércio do Brasil com o mundo, do qual 1,85% estava relacionado com os 47 países da África Subsaariana. Naquela época, os principais parceiros comerciais do Brasil eram a União Europeia (29,95%), seguida dos Estados Unidos (23,81%), América do Sul (19,93%) e Ásia (16,21%). A China respondia por 2,08%, um percentual maior do que o de toda a África Subsaariana.

Dez anos mais tarde, esse cenário alterou-se. Pode-se observar diversificação e descentralização do comércio com parceiros tradicionais como a Europa (25,46%) e os Estados Unidos (12,18%) e maior participação de mer-

⁶⁵ Não inclui o Sudão do Sul.

cados emergentes como a China (14,70%), América do Sul (15,74%) e África (5,32%), do qual 3,18% correspondeu ao comércio com a África Subsaariana.

Padrões de comércio

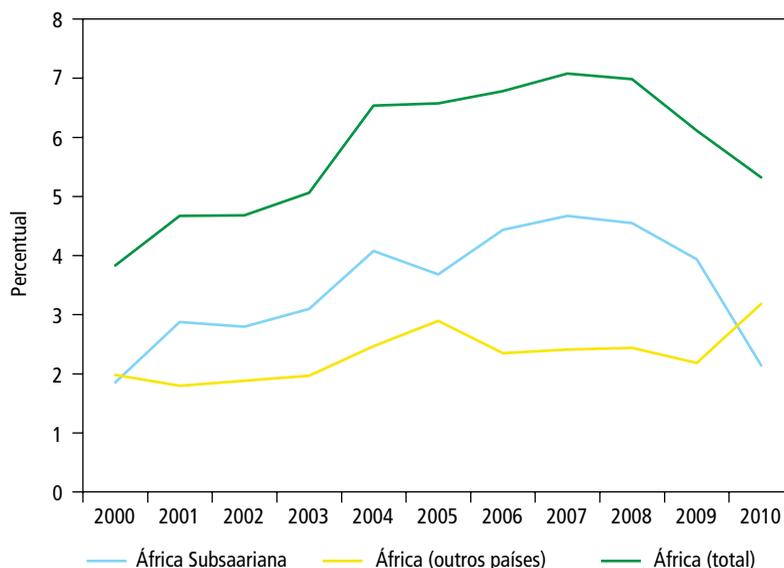
Apesar do crescimento do comércio bilateral entre o Brasil e o mundo, que passou de quase US\$ 111 bilhões em 2000 para aproximadamente US\$ 383 bilhões em 2010, o comércio entre o Brasil e a África ainda não conseguiu atingir o patamar de 10% desse total: a maior parcela foi 7,08% em 2007 (a maior parcela referente à África Subsaariana também ocorreu em 2007, de 4,67%).

Em termos quantitativos, o comércio total entre a África e o Brasil atingiu seu recorde em 2008, com US\$ 26 bilhões, sendo US\$ 17 bilhões referentes à África Subsaariana (tabela 5.1). Em 2000, a região respondeu por 48,31% desse comércio, tendo chegado a 65,96% em 2007. De 2008 (65,12%) a 2010 (59,74%), essa participação diminuiu como resultado da instabilidade política dos países do Norte da África.

A participação africana no comércio externo do Brasil nas últimas décadas quase dobrou entre 2000 e 2009 (figura 5.3). Mesmo assim, ainda há bastante espaço para ampliar o relacionamento. Em 2002, a África respondia por 4,68% do comércio do Brasil com o mundo. No primeiro ano de governo do Presidente Lula (2003), subiu para 5,06%. O ano de 2007 foi o melhor em termos percentuais, com 7,08%, ao passo que, em termos absolutos, 2008 aparece em primeiro, com o comércio totalizando quase US\$ 26 bilhões.

Houve uma queda na participação africana no comércio do Brasil com o mundo entre 2008 e 2010 (de 6,98% para 5,32%), em decorrência da queda dos preços das *commodities*, tendo-se registrado crescimento durante todo o

Figura 5.3 Participação da África no comércio do Brasil



Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade data-base (<http://comtrade.un.org/db/>).

Tabela 5.6 Participação da África Subsaariana no comércio total do Brasil com a África (%)

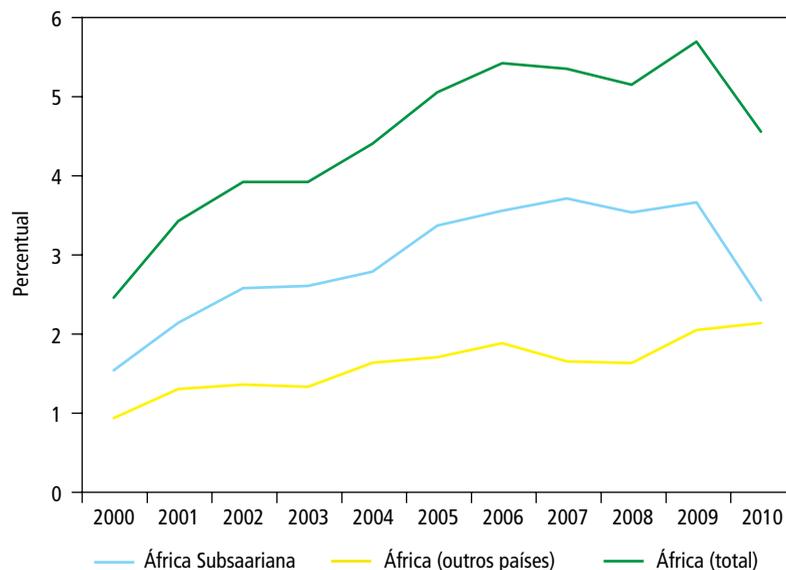
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	62,31	62,29	65,60	66,34	63,14	66,51	65,50	69,31	68,56	64,20	53,22
Importações	41,84	61,15	54,62	56,61	61,78	46,56	65,27	63,43	62,90	64,49	65,05
Fluxo de comércio	48,31	61,57	59,77	61,13	62,33	55,99	65,38	65,96	65,12	64,34	59,74

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade database (<http://comtrade.un.org/db/>).

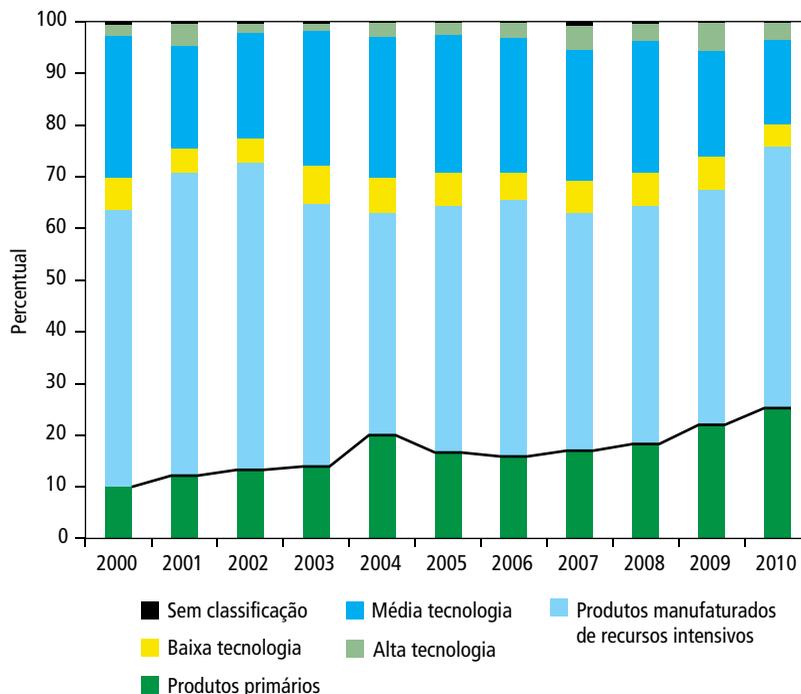
período de 2000 a 2008. Embora tenha havido queda em 2009 (para US\$ 17 bilhões), devido à crise financeira internacional, houve recuperação em 2010 (com US\$ 20 bilhões).

Exportações

A África foi o destino de apenas 2,44% das exportações brasileiras em 2000. Entretanto em 2010, essa participação quase duplicou, chegando a 4,54%. Em termos percentuais, os maiores índices de participação foram alcançados em 2009, com 5,68%, o que demonstra que a África havia se tornado uma alternativa viável para os investidores brasileiros, promovendo dessa forma diversificação de mercado (figura 5.4). As exportações cresceram no período de 2000 (US\$ 1,3 bilhões) a 2008 (US\$ 10,1 bilhões), registrando-se uma leve queda em 2009 (US\$ 8,6 bilhão) e um retorno ao crescimento em 2010 (US\$ 9,1 bilhão). O declínio de 2009 pode ser explicado pelos mesmos fatores que provocaram queda simultânea nas importações. Houve também a consolidação de uma maior presença

Figura 5.4 Participação da África nas exportações do Brasil

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade database (<http://comtrade.un.org/db/>).

Figura 5.5 Exportações brasileiras para a África, por classificação

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade database (<http://comtrade.un.org/db/>).

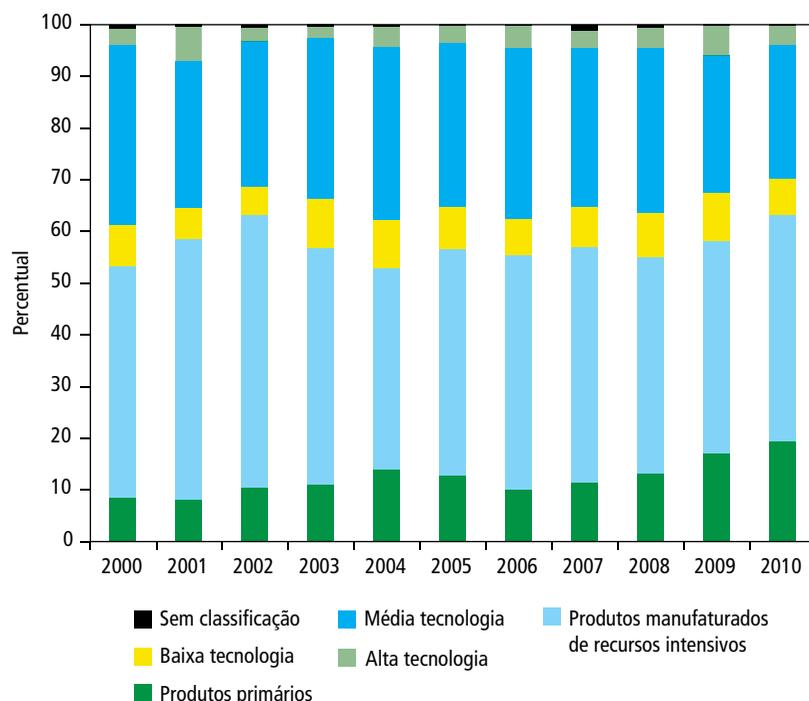
chinesa na África, incluindo operações que concorrem com atividades brasileiras em diversos setores como infraestrutura, mineração e energia.

As exportações brasileiras para a África entre 2000 e 2010 consistiam primordialmente em bens manufaturados intensivos em recursos, produtos tecnológicos e produtos primários. Os produtos primários registraram crescimento contínuo de 10% nesse período, respondendo por quase 30% das exportações do Brasil para a África (figura 5.5). Entretanto, a participação dos produtos primários no comércio com a África Subsaariana mais do que duplicou, passando de quase 10% em 2000 para 20% em 2010 (figura 5.6).

Os países subsaarianos foram responsáveis pela maior parte das exportações brasileiras para o continente durante última década, tendo em 2007 a África Subsaariana registrado sua maior participação nas exportações do Brasil, com 3,7%. Desde então, a região vem perdendo terreno para outros países africanos em outras regiões como o Norte da África (figura 5.4).

Mesmo na África Subsaariana, as exportações brasileiras concentraram-se em apenas cinco países, que responderam por 51,36% do volume total no período de 2000–10; apenas a África do Sul foi responsável por 18,93%.⁶⁶ Os

⁶⁶ Os outros quatro países são a Nigéria (15,05%), Angola (12,53%), Gana (3,26%) e Senegal (1,58%).

Figura 5.6 Exportações brasileiras para a África Subsaariana por classificação

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade database (<http://comtrade.un.org/db/>).

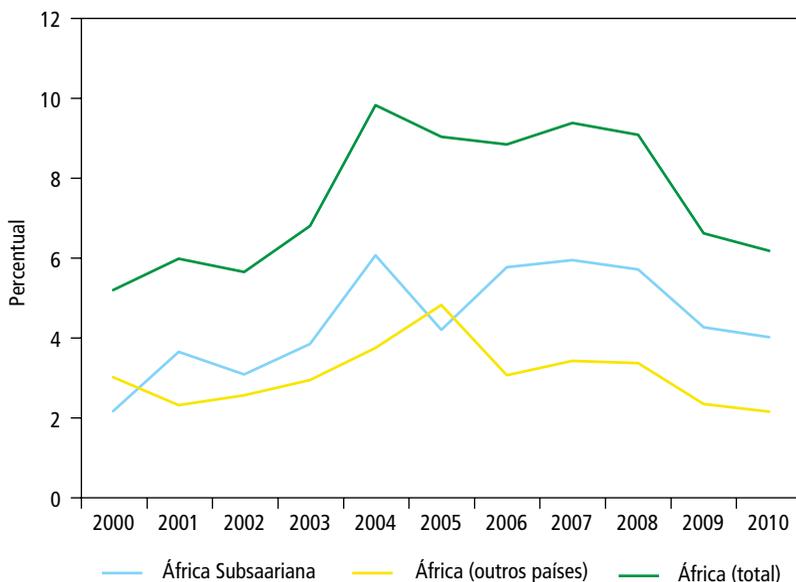
principais produtos exportados foram açúcar e mel, arroz, carne, óleos vegetais, petróleo refinado e veículos e peças automotivas.

Importações

O crescimento econômico da África nas últimas duas décadas deu origem a uma nova classe média, com maior demanda por produtos e serviços. Em países como Angola, onde a classe média representa 38,1% da população, a divulgação da realidade do Brasil e do “jeitinho brasileiro”, por meio de novelas brasileiras teve influência sobre as escolhas das pessoas (BAD Market Brief 2011). Os voos de Luanda para o Rio de Janeiro ou São Paulo são reservados com meses de antecedência, com turistas angolanos visitando o Brasil e ávidos por comprar produtos brasileiros.⁶⁷

A África foi responsável por 5,21% (no valor de US\$ 2,9 bilhões) das importações brasileiras em 2000. Em 2004, essa participação que cresceu para 9,84% (US\$ 6,1 bilhão), aumentando para 9,10% (US\$ 15,7 bilhões), em 2008 — um crescimento de quase 500% em relação a 2000. Essa tendência de alta arrefeceu nos dois últimos anos da década (figura 5.7).

⁶⁷ Entrevista com o ex-Ministro angolano para a Cooperação Econômica, agosto de 2010.

Figura 5.7 Participação da África nas importações brasileiras

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade data-base (<http://comtrade.un.org/db/>).

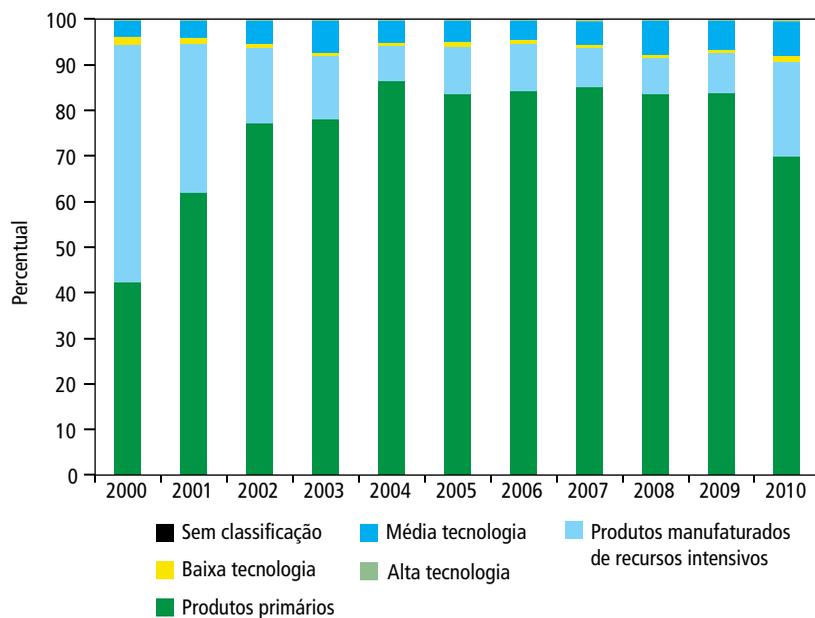
A África Subsaariana, por sua vez, respondeu por 2,18% (ou US\$ 1,2 bilhão) das importações brasileiras em 2000. Houve crescimento contínuo a partir de 2000 e, em 2004, esse número chegou a 6,08% (US\$ 3,8 bilhões). A queda para 4,21% (US\$ 3,1 bilhões) em 2005 foi rapidamente revertida e, em 2006, esse número passou para 5,78%, embora tenha havido outro período de declínio de 2008 (5,72%) até 2010 (4,03%).

As importações brasileiras da África durante esse período consistiram primordialmente em produtos primários, que em 2000 perfaziam 40% do total, e alcançaram aproximadamente 70% em 2010. A parcela de produtos de baixa e média tecnologia ultrapassa a 10% do total das importações durante todo o período (figura 5.8).

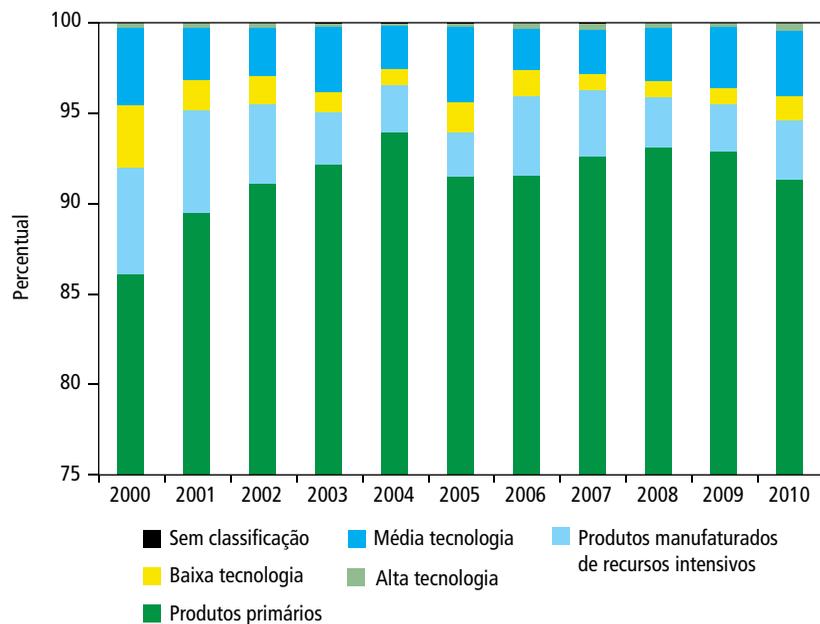
Cinco países da África Subsaariana foram responsáveis por 59,53% das importações do Brasil daquele continente. A Nigéria respondeu por 46,81% — tendo como principais produtos o petróleo bruto e refinado, bem como o gás natural e manufaturado.⁶⁸ As importações da África Subsaariana seguiram o mesmo padrão do resto do continente (figura 5.9).

A África Subsaariana também conseguiu ampliar sua participação no total das importações brasileiras, especialmente em 2004, quando quase triplicou sua parcela em relação a 2000. Tendo em vista que as importações do Brasil de

⁶⁸ Os outros quatro países são Angola (5,65%), África do Sul (5,53%), Congo (0,96%) e Costa do Marfim (0,57%).

Figura 5.8 Importações brasileiras da África por classificação

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade data-base (<http://comtrade.un.org/db/>).

Figura 5.9 Importações brasileiras da África Subsaariana por classificação

Fonte: Preparada pelos autores com base em informações do banco de dados da UN Comtrade data-base (<http://comtrade.un.org/db/>).

toda a África (bem como de outras regiões) registraram queda no período, este crescimento é digno de nota.

O Brasil ainda enfrenta limitações ao comércio e investimento na África. Nas discussões de 2010 para a elaboração da próxima PDP (2011–14), observou-se que a África tinha papel importante a desempenhar no crescimento econômico brasileiro. Ligações históricas e culturais, bem como o conhecimento técnico e institucional brasileiro, foram reconhecidos. Foram identificadas também dificuldades, incluindo a inexperiência das empresas brasileiras no exterior, a falta de conhecimento da realidade africana, limitações de crédito, falta de boa infraestrutura para o transporte de passageiros e produtos, bem como corrupção e ordenamento jurídico deficiente em muitos países africanos. Muitas autoridades, tanto brasileiras como africanas, ressaltaram que os canais de comunicação e transporte de passageiros e produtos constituíam restrições fundamentais. Além disso, alguns países africanos ainda são classificados como frágeis e outros se encontram em fase de transição, de modo que as empresas brasileiras necessitam de investimento considerável para capacitar a mão de obra local e desenvolver o capital humano.

O Brasil e a África precisam trabalhar juntos para assegurar o financiamento para a realização de missões empresariais africanas ao Brasil, implementar abordagens estratégicas para atrair investidores brasileiros para a África e aumentar o conhecimento dos países africanos sobre o Brasil. É necessário também uma abordagem mais direcionada, no nível estadual, no Brasil. O desenvolvimento de uma estratégia brasileira para a África seria uma contribuição importante de complementação aos esforços de política externa do Brasil. Essa estratégia não estará completa se não aumentar a conscientização para questões relevantes entre os parceiros locais dos países envolvidos.

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O comércio entre o Brasil e a África Subsaariana registra crescimento substancial nos últimos 10 anos, em compasso com o aprofundamento das relações políticas entre os dois lados. Os principais produtos comercializados são provenientes da área de energia (petróleo e gás), agricultura (alimentos e fertilizantes), gado (carne), mineração (minério de ferro) e automotivo (veículos e peças). Os 10 principais parceiros comerciais do Brasil na África Subsaariana são a Nigéria (32,83%), África do Sul (11,43%), Angola (8,68%), Gana (1,47%), República Democrática do Congo (0,77%), Senegal (0,71%), Costa do Marfim (0,69%), Cabo Verde (0,45%), Benin (0,42%) e Mauritânia (0,41%). Esses países responderam por 57,87% do total do comércio bilateral com a África Subsaariana no período. Isso demonstra que o comércio brasileiro concentra-se em um grupo específico de países (a maioria não lusófona) e tem espaço para uma maior diversificação e relações mais fortes com outros países africanos.

Apesar da expansão do comércio, o IED registrou apenas incremento limitado. As razões para esse crescimento restrito, bem como as medidas que poderiam impulsionar o IED seriam temas importantes para pesquisa futura.

A mudança de governo no Brasil, em janeiro de 2011, não alterou o foco do país na cooperação Sul-Sul (*Carta Capital* 2011). Iniciativas que visam essas relações continuam a ser prioridade da política externa brasileira, em particular esforços para desenvolver laços mais fortes com a África (Patriota 2011a), o que ficou confirmado com visitas da Presidente Dilma Rousseff à África do Sul, Angola e Moçambique após apenas 10 meses no cargo. As operações em curso convergem com as iniciativas do governo anterior, o que sugere que a aproximação do Brasil com a África, na pior das hipóteses, manterá os laços políticos existentes, podendo aprofundá-los ainda mais. De fato, a Presidente Dilma Rousseff nomeou o ex-Presidente Lula como representante chefe da delegação brasileira à última Cúpula da União Africana em julho de 2011. Além de reafirmar o interesse do Brasil na África, essa medida confirma o interesse pessoal de Lula pelas questões Brasil-África.

Os atores envolvidos nas iniciativas brasileiras em andamento na África, como instituições voltadas para o desenvolvimento, têm dado continuidade a suas operações no continente, não apenas em projetos de crédito e comércio exterior mas também em parcerias científicas e técnicas. Muitas dessas atividades são de duração curta, que supera um único mandato presidencial. Dessa forma, existe o risco de que o investidor brasileiro enfrente problemas de inadimplência de alguns governos africanos, deixando dívidas a serem assumidas pelo governo brasileiro (como já aconteceu outras vezes no passado).

Outra área de interesse é o desenvolvimento da classe média africana. Muitas PMEs brasileiras estão se voltando para esse mercado, especialmente em países de língua portuguesa (BAD 2011). As empresas brasileiras que tradicionalmente realizam negócios na África estão preparadas não apenas para aumentar seu investimento mas também para diversificar sua área de atuação.

Em suma, os incentivos concedidos para impulsionar as exportações brasileiras para a África na última década contribuíram para o desenvolvimento de um ambiente empresarial propício e aumentaram o fluxo do comércio entre as duas regiões. Essas histórias de sucesso constituem um bom presságio para a continuidade dos avanços no curto e no médio prazo.



Conclusões, Lições e Recomendações de Política

PONTOS PRINCIPAIS

- População e economias em crescimento, juntamente com uma melhor governança nos países, fazem da África um continente de oportunidades. Porém, a África ainda enfrenta um grande hiato em termos de infraestrutura, além da vulnerabilidade à mudança climática e capacidade institucional deficiente. As vantagens e desafios da África oferecem boas perspectivas de comércio e investimento Sul-Sul, que poderão beneficiar igualmente brasileiros e africanos.
- O fato de o Brasil apresentar similaridades históricas, culturais, econômicas e climáticas com grande parte do continente africano, além de ter conseguido, em grande medida, superar desafios semelhantes nos últimos 50 anos, serve para valorizar ainda mais o apoio técnico brasileiro, especialmente em áreas como redução da pobreza, agricultura, saúde, energia renovável, ensino profissionalizante, infraestrutura e mineração. A demanda pelo apoio do Brasil vem crescendo em toda a África.
- Para o Brasil, a intensificação de sua colaboração com a África possui dimensões econômicas, geopolíticas e internas importantes que refletem as ambições maiores do país como um ator mundial, bem como o desejo de retribuir à terra originária de uma grande porcentagem de sua população.
- O relacionamento comercial e de investimento crescente da África com o Brasil — assim como os seus laços crescentes com a China, a Índia e outros mercados emergentes — representam novas oportunidades tanto para o continente como para o Banco Mundial.
- O Grupo Banco Mundial teve uma atuação relativamente periférica nesse relacionamento, devido em parte a obstáculos estruturais. Essa situação porém está mudando com a implementação da renovada Estratégia para a África e seus pilares. Com base na análise das relações Brasil-África, está claro que a cooperação Sul-Sul terá um papel fundamental no futuro, por meio de parcerias, troca de conhecimento e finanças. Entretanto, são necessárias melhores ferramentas e incentivos para que Banco possa sistematicamente incorporar e alavancar o engajamento Sul-Sul na implementação dessa estratégia, especialmente no tocante a investimentos e comércio.

CONCLUSÕES

Conforme ilustrado nos capítulos anteriores, a década passada viu um crescimento sem precedentes das relações políticas e econômicas do Brasil com a África. Isso reflete uma mudança de foco nas relações externas do Brasil com outros mercados emergentes e países em desenvolvimento, iniciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. A renovação das relações e entre o Brasil e a África é significativa, não apenas quando considerado no contexto histórico de sua relação, mas também no âmbito do quadro mais amplo de uma nova arquitetura Sul-Sul.

Os fortes laços e afinidades históricas do Brasil com a África diferenciam o país dos demais países do BRIC original, e da China e da Rússia em particular (capítulo 2). O Brasil e a África compartilham uma história colonial (e uma mesma língua, no caso das antigas colônias portuguesas na África); os efeitos perversos do tráfico de escravos sobre o desenvolvimento econômico; a pobreza rural severa; as metrópoles sobrecarregadas cujo crescimento não se norteia por planejamento adequado ou supervisão; condições climáticas semelhantes e dependência de recursos naturais; e desafios em áreas como infraestrutura, registro de terras, justiça e distribuição de riqueza.

Ao superar muitos desses desafios para se tornar um país mais próspero e desenvolvido, a experiência do Brasil pode oferecer lições para os países africanos bem diferentes das oferecidas pela Europa Ocidental, pelos Estados Unidos ou, até mesmo, pela China. A cooperação Sul-Sul enfatiza idealmente princípios de respeito mútuo, soberania e cooperação, que contrastam com o modelo tradicional das relações Norte-Sul, em que os países em desenvolvimento recebem ajuda vinculada a condicionais econômicas e políticas dos países desenvolvidos, muitas vezes seus antigos colonizadores. Novos instrumentos multilaterais Sul-Sul — como o Fundo do IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome — em geral evitam mecanismos e organizações estabelecidas (inclusive o Banco Mundial), em parte porque essas instituições tradicionais são percebidas como sendo dominadas pelos interesses dos países desenvolvidos.

No caso da África, a entrada de novos atores provenientes de mercados emergentes — particularmente em comércio e investimento — cria novas oportunidades, mas também novos riscos. Por um lado, a chegada de novos parceiros comerciais permite que muitos países, especialmente os que contam com recursos naturais abundantes ou grande população, diversifiquem seus parceiros em potencial e aumentem sua posição de barganha. Por outro lado, a nova concorrência aumenta o desafio para muitos países africanos menores e pobres em recursos encontrarem áreas de vantagem comparativa. Além disso, algumas empresas e governos dos novos mercados emergentes que buscam realizar comércio com países africanos ainda não aderiram totalmente às iniciativas multilaterais para aprimorar a governança e a transparência, o que pode atrasar e até mesmo comprometer os progressos recentes realizados nessas questões em muitos países africanos. É em áreas como essa que o Banco Mundial poderia aproveitar sua posição única para apoiar o investimento e comércio Sul-Sul sustentável com a África.

Os países africanos buscam cada vez mais cooperação, assistência técnica e investimentos do Brasil (capítulo 4), particularmente em áreas onde a experiência do país é especificamente relevante para a África, como redução da pobreza (por exemplo, os programas Fome Zero e Bolsa Família), agricultura, saúde (especialmente HIV/AIDS, malária e saúde materna), energia renovável (tanto energia hidrelétrica, como etanol de cana de açúcar), infraestrutura; exploração de petróleo em águas profundas e mineração. Um excelente exemplo de como essa cooperação pode apoiar tanto o desenvolvimento local, como os interesses do Brasil na África são os programas de capacitação técnica executados pelo SENAI em cinco países. Em pelo menos dois casos — Odebrecht em Angola e Vale em Moçambique — as empresas brasileiras procuraram a assistência do SENAI para desenvolver programas de treinamento específico a fim de superar a falta de pessoal local qualificado, evitando assim a necessidade de trazer empregados expatriados para realizar o trabalho.

Embora os países lusófonos, em particular Angola, Guiné Bissau e Moçambique, tenham um histórico mais longo de buscar esse tipo de assistência, muitos outros países africanos abordaram agências e organizações do governo brasileiro na última década, incluindo Senegal, Burkina Faso, África do Sul, Malawi, Gana, Mali, Chade e Benin. A principal agência de assistência do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), destina atualmente 50% de seus limitados recursos para a África. No entanto, a ABC e outras instituições de nível ministerial que efetivamente implementam assistência técnica, como a EMBRAPA, enfrentam limitações orçamentárias e a falta de especialistas qualificados para atender a crescente demanda dos países da África. Dessa forma, o Brasil poderia se beneficiar de uma cooperação mais extensiva com o Banco Mundial e com outras agências bilaterais e multilaterais de assistência.

Como o Brasil vê a África agora? Em conformidade com uma estrutura Sul-Sul mais ampla e sua própria abordagem, a posição do Brasil é mais de parceiro do que de doador (capítulos 3 e 5). Embora esteja deixando para trás seu papel de recebedor de ajuda para assumir um papel mais ativo de financiador em instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil reluta em prestar assistência financeira direta a países africanos, preferindo a assistência técnica, projetos de cooperação, capacitação e outros instrumentos de apoio não somente ao país em questão mas também a seus parceiros públicos e privados. O Brasil também privilegia a ampliação de esforços multilaterais liderados por países em desenvolvimento, como a Cúpula ASA e a inclusão da África do Sul no grupo dos BRICS.

Como reflexo de seu próprio modelo de crescimento, que combina um setor privado dinâmico com apoio direcionado do BNDES e de outros órgãos e instituições públicas, a intensificação recente do engajamento do Brasil na África demonstra tanto ambição geopolítica como interesse econômico. O setor privado brasileiro — que está engajado na África desde os anos 1980 — conta com forte apoio do governo para sua exposição na África, particularmente no setor de construção civil, onde as empresas brasileiras geralmente constroem projetos de infraestrutura com financiamento público. As missões de comércio e investimento destacam tanto a nova importância da África como a aproxima-

ção entre os setores público e privado, tendo o governo brasileiro concedido alívio da dívida para o continente africano que superou US\$ 1 bilhão. Outro aspecto singular da atuação do Brasil é que ela também fomentou relações “triangulares” (Norte–Sul–Sul), que envolvem tanto a África como países desenvolvidos, como ilustra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Trata-se de mais uma área que o Banco Mundial poderia considerar em termos de possível apoio.

Os dados estatísticos sobre o comércio e investimento do Brasil na África (capítulo 5) falam por si. O comércio do Brasil com a África Subsaariana, por exemplo, cresceu de US\$ 2 bilhões em 2000 para US\$ 12 bilhões em 2008, antes da crise financeira internacional. Tem havido uma maior diversificação do comércio e investimento em termos geográficos e setoriais. Há 10 anos, o foco principal era a África lusófona, especialmente Angola; agora, os parceiros comerciais e de investimento são países tão diversos como o Sudão, a Namíbia, a Guiné e a África do Sul, embora os relacionamentos mais fortes continuem a ser com os países de língua portuguesa. Enquanto há 10 anos os investimentos eram primordialmente impulsionados por empresas brasileiras de construção civil, no momento realizam-se investimentos em setores como mineração, agronegócio e aviação.

A dimensão geopolítica do relacionamento Brasil–África também é importante. Laços econômicos e políticos mais fortes com a África já levaram a algumas importantes vitórias para o Brasil na arena mundial, como por exemplo a posição do país como futura sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo e a eleição recente de um brasileiro (José Graziano da Silva) para o cargo de novo Diretor Geral da FAO. Nos três casos, parece que um número enorme de países africanos votou a favor do Brasil. O Brasil também faz uso de suas relações com os países africanos em fóruns como a Organização Mundial de Comércio e também na ONU, onde o objetivo é obter um acento permanente no Conselho de Segurança.

O Brasil está engajado em relações complexas e multifacetárias com outros países do BRICS, especialmente a China. Embora a China tenha se tornado o maior parceiro comercial do Brasil — comprando recursos naturais e vendendo produtos manufaturados — existe a noção clara de que a África é um “campo de batalha”, onde as companhias brasileiras de mineração e construção civil competem com seus equivalentes chineses por mercados e recursos.⁶⁹ O Presidente Lula deixou isso claro em sua última viagem à África como presidente, quando falou da China como um rival no continente e promoveu as vantagens comparativas do Brasil como parceiro.⁷⁰

⁶⁹No início de julho de 2011, por exemplo, a Vale competia com a China, tendo as duas empresas apresentado propostas para a compra da Metorex, empresa de cobre e cobalto da África do Sul detentora de importantes concessões na República Democrática do Congo. <http://www.dci.com.br/Vale-deve-ficar-fora-de-leilao-pela-companhia-africana-Metorex-1-380539.html>.

⁷⁰Ao visitar a Tanzânia, o Presidente Lula disse, de acordo com a citação, que os produtos do Brasil são de melhor qualidade e que o Brasil, diferentemente da China, emprega mão de obra local (Lima 2010).

Embora as relações entre o Brasil e a África tenham se intensificado muito na última década, ainda existem desafios consideráveis (capítulos 3 e 4). Em particular, existe uma “lacuna de conhecimento” expressiva nos dois lados do Atlântico Sul. A maioria das pessoas físicas e jurídicas do Brasil — incluindo muitas PMEs — possui conhecimento limitado e normalmente desatualizado sobre a África; as informações que têm normalmente se restringem a Angola, Moçambique e, às vezes, África do Sul. Poucos brasileiros sabem que a população da Nigéria, por exemplo, será provavelmente superior à do Brasil na próxima década ou que a população da Etiópia é maior do que a da Alemanha. Além disso, muitos países não lusófonos enfrentam obstáculos linguísticos para obter informações sobre o Brasil, especialmente do governo, tendo em vista que essas informações normalmente não estão disponíveis em inglês e francês. Outro impedimento — apesar da proximidade geográfica entre a África Ocidental e o leste do Brasil — é que há poucos voos entre as duas regiões, e a burocracia de ambos os lados atrasa que o comércio marítimo, que chega a levar 80 dias, em vez de dos 10 que se poderia esperar. O Banco Mundial poderia ajudar na superação desses obstáculos, possibilitando a ampliação do relacionamento entre a África e o Brasil e trazendo benefícios adicionais para todos.

O relacionamento crescente entre a África e o Brasil revela lições mais amplas para o Banco Mundial e outros agentes internacionais que também deveriam fortalecer e inovar o apoio às iniciativas Sul-Sul em geral. Embora existam obviamente aspectos históricos, culturais e geográficos únicos do relacionamento Brasil-África, também existem muitos aspectos comuns com outros relacionamentos Sul-Sul — incluindo entre os países africanos e a Índia e a China. Tendo isso presente, passaremos agora para as implicações mais amplas da cooperação Sul-Sul e, em particular, para o papel que o Banco Mundial desempenhará nesse sentido.

LIÇÕES PARA O APOIO DO GRUPO BANCO MUNDIAL À COOPERAÇÃO SUL-SUL

Nos últimos cinco anos, o termo “Sul-Sul” tornou-se um bordão em toda a comunidade de desenvolvimento, incluindo o Grupo Banco Mundial. Sua importância reflete-se no fato de ter sido mencionado com destaque na nova estratégia (março de 2011) para a África, “O futuro da África e o Apoio do Banco Mundial”,⁷¹ no 16º Aumento de Capital da Associação de Desenvolvimento Internacional (AID)⁷² e nos documentos mais recentes do Banco Mundial, da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e da Corporação Financeira Internacional (IFC). Isso sinaliza não apenas a importância crescente

⁷¹ Pp. 6 e 7, por exemplo.

⁷² Ver IDA16: *Delivering Development Results*, Banco Mundial, 15 de fevereiro de 2011 (alterado em 18 de março de 2011). <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA/0,,contentMDK:22495227~menuPK:6827445~pagePK:51236175~piPK:437394~theSitePK:73154,00.html>

do relacionamento Sul-Sul, mas também o fato de que o próprio Banco está mudando; países emergentes e em desenvolvimento, como a China e o Brasil, têm uma atuação cada vez mais proeminente e confiante como doadores e participantes das discussões de gestão sobre o futuro das atividades da organização.

O potencial de uma atuação expressiva por parte do Banco no apoio e na alavancagem da cooperação Sul-Sul é imenso. O Banco conta com uma presença direta física em quase todos os países em desenvolvimento e mercados emergentes; na África, por exemplo, tem uma presença muito maior (tanto em termos de número de países como em número de profissionais nesses países) do que o Brasil.⁷³ Para fins de cooperação Sul-Sul, o Banco já mantém relações estabelecidas com agências em mercados emergentes como o Brasil, Índia e China, que vêm sendo abordados por países africanos em busca de apoio. Além disso, muitos dos próprios funcionários do Banco são provenientes de países emergentes ou em desenvolvimento e têm conhecimento técnico especializado diretamente relevante para a cooperação Sul-Sul. Contudo, como mencionado acima, existe a percepção de que o papel do Banco (e outros atores tradicionais de desenvolvimento) vem sendo posto em questão pela China e outros mercados emergentes, particularmente na África.⁷⁴

Desde 2008, o envolvimento do Banco em projetos individuais de cooperação Sul-Sul com o Brasil aumentou. A unidade de operações do Banco Mundial em Brasília recebeu mais de 50 pedidos de apoio a projetos de cooperação Sul-Sul entre o Brasil e países em toda a África e de outros continentes, em setores que iam desde a educação até o manejo de terras e mudança climática. Essas iniciativas contam com o forte apoio do Diretor de País do Banco Mundial para o Brasil e seus funcionários. Embora não tenha sido diretamente incorporado na Estratégia de Parceria de País 2008–11,⁷⁵ a nova Estratégia enfatiza diretamente a atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul, particularmente na área de saúde. Também inclui uma iniciativa piloto — empréstimo de US\$ 30 milhões do Banco Mundial para o Brasil e crédito para assistência técnica da AID no valor de US\$ 10 milhões para projeto desenvolvimento econômico com Moçambique — envolvendo vários ministérios e agências brasileiras, que poderia ser ampliada para outros países africanos. Foi feita também referência específica a uma iniciativa empreendida no âmbito do Mercado de Inovação Agrícola

⁷³ O Brasil tem no momento representação em 37 países africanos, incluindo o Norte da África, segundo o site do Banco Mundial, em julho de 2011, e o Banco tem parcerias com 47 países da África Subsaariana, estando envolvido em 506 projetos.

⁷⁴ Em julho de 2011, o site externo da Região da África do Banco Mundial refletia essa percepção, apresentando uma entrevista do Vice Presidente da Região da África, Obiageli Ezekwesili, à BBC Hardtalk, realizada em 8 de junho de 2011, sob o título “World Bank Not Losing to China in Africa” (O Banco Mundial não perde para a China na África). (<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/0,,menuPK:258649~pagePK:158.889~piPK:146815~theSitePK:258644,00.html>, link para <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/hardtalk/9507801.stm>).

⁷⁵ O documento menciona o potencial do Brasil na cooperação Sul-Sul e do Instituto Banco Mundial como parceiro nesse esforço, porém sem descrever de forma significativa os mecanismos que poderiam ser usados para este fim (p. 31).

África-Brasil, administrado pela EMBRAPA com o apoio de uma *Development Grant Facility* de três anos no valor de US\$ 1,5 milhão. Essas iniciativas não são coordenadas com a Região da África do Banco, sendo principalmente articuladas pela Unidade de Gestão de País do Brasil. Seria importante que a própria Estratégia de Parceria de País e as atividades Sul-Sul relacionadas com a África contassem com o envolvimento ativo da Região da África do Banco, a fim de maximizar os benefícios potenciais em toda a região e evitar a duplicação de esforços.

O aspecto mais concreto do apoio Sul-Sul no âmbito do Banco até o momento foi a criação do *South-South Exchange Facility*, administrado pelo Instituto Banco Mundial. Desde sua criação em 2008, a entidade vem promovendo um número expressivo de atividades de intercâmbio de experiências, incluindo o Brasil e alguns países africanos.⁷⁶ Em geral, o intercâmbio de conhecimentos é uma das áreas em que o Banco poderia fazer uso de sua experiência e conexões para ampliar os benefícios da cooperação Sul-Sul. Entretanto, este mecanismo obviamente não é suficiente para atender a demanda crescente de apoio técnico do Banco em diversos setores (desde desenvolvimento do setor privado até irrigação).

Em geral, conforme demonstra nossa revisão de documentos internos do Banco e entrevistas com funcionários,⁷⁷ existe ainda uma grande lacuna entre as estratégias definidas no papel e sua implementação na prática. Isso decorre de diversos fatores. Em primeiro lugar, a estrutura do Banco, especialmente no que se refere às regiões, é um problema — não há interação organizada nem planos de trabalho conjuntos entre as regiões da África e da América Latina e do Caribe, por exemplo. De forma análoga, as equipes de setor não parecem focalizar, de forma organizada, no estabelecimento de ligações entre regiões em apoio aos projetos Sul-Sul.

Em segundo lugar, tanto no nível da AID como do Banco (e talvez da comunidade mais ampla na área de desenvolvimento), existe um debate corrente sobre o que diferencia a cooperação Sul-Sul da cooperação Norte-Sul. De um lado, conforme ilustrado acima, o Brasil e outros países emergentes estão ansiosos para enfatizar as diferenças entre sua “nova abordagem” — que salienta o respeito à soberania, a não intervenção em assuntos internos, a rejeição de assistência atrelada e a ênfase na cooperação técnica — e a cooperação tradicional Norte-Sul (que nessa visão incluiria o Grupo Banco Mundial). Na prática, porém boa parte da cooperação Sul-Sul é realizada de forma idêntica ao apoio tradicional ao desenvolvimento. Isso dificulta a tarefa de discernir os mecanismos específicos da AID e do Banco, voltados especificamente para o apoio à

⁷⁶ <http://wbi.worldbank.org/sske/sske/donors>.

⁷⁷ Entre os documentos revistos, encontram-se as últimas *Country Assistance Evaluation*, *Country Assistance Strategies*, *Country Partnership Strategy e Interim Strategy Note* para cinco países africanos (Angola, República Central Africana, Moçambique, Nigéria e Senegal) e para o Brasil; entre os entrevistados, encontram-se Shantayanan Devajaram, economista chefe, Região da África; Makhtar Diop, diretor de país, Brasil; Antonella Bassani, diretora, Unidade de Mobilização de Recursos da AID; e Ileana Boza, chefe global, Estratégia de Negócios e Desenvolvimento de Clientes, MIGA.

cooperação Sul-Sul e para o aprendizado com essa experiência, mas não a torna menos necessária.

Além disso, como com qualquer outra organização, o trabalho tende a fluir mais em direção a áreas para as quais se estabeleçam objetivos e incentivos específicos. Em geral, conforme comprova a nossa pesquisa, o Banco não vincula atualmente programas de trabalho, avaliações de desempenho e outros incentivos à atuação em cooperação Sul-Sul, nem existem centros ou unidades de custo dedicadas a essa área. Embora poucos sugeririam a criação de uma nova burocracia apenas para cooperação Sul-Sul, caberia examinar se sua ausência constituiria um impedimento e, em caso afirmativo, como se poderiam desenvolver incentivos adequados.

Com relação à AID, o documento sobre o novo aumento de capital menciona tanto a importância do desenvolvimento Sul-Sul como o papel da AID nele. Em consultas realizadas, por exemplo, o relatório afirma que os participantes⁷⁸ “observaram que a AID tem um papel global único, especialmente para convocar parceiros para o desenvolvimento e conectar a experiência Sul-Sul”. Afirma, ademais, que os participantes solicitaram à AID que intensificasse o fortalecimento da capacidade dos quadros e de seus contrapartes nos países “facilitando o diálogo Sul-Sul”. O relatório e os representantes da AID também reconhecem a atuação crescente da China, do Brasil e de outros mercados emergentes no processo do aumento de capital, em particular, e na AID, de forma mais ampla.⁷⁹ Entretanto, como em outras áreas do Banco, parece haver poucas atividades direcionadas especificamente ao apoio Sul-Sul. Os funcionários do Escritório de Mobilização de Recursos de AID (CFPIR)⁸⁰ questionaram a necessidade de mecanismos específicos, sugerindo que os programas da AID poderiam ser aplicados igualmente a todos os parceiros, sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Isso, no entanto, vai de encontro aos comentários e experiências dos participantes até o momento, que demonstram que tanto novos doadores como recebedores desejam um foco mais intenso e diferenciado nas questões Sul-Sul.

Uma das áreas em que o Banco poderia desempenhar um papel mais direto no fomento da cooperação Sul-Sul seria por meio da promoção de uma participação mais ativa por parte de empresas provenientes de mercados emergentes em processos de licitação abertos do Banco Mundial, particularmente na África. Isso teria o efeito positivo não somente de levar mais experiências diretamente relevantes de empresas brasileiras para a África, mas também sinalizaria a atuação crescente dos países emergentes dentro do próprio Banco Mundial. Por meio dos Serviços de Divulgação às Empresas (*Enterprise Outreach Services*)⁸¹ — que visa a fortalecer as relações do Grupo Banco Mundial com o setor privado de forma a informar e promover a participação de empresas — o

⁷⁸ Participantes são os representantes dos governos doadores e dos países mutuários.

⁷⁹ Entrevista com Antonella Bassani, Washington, D.C., 7 de junho de 2011.

⁸⁰ Entrevistas realizadas em Washington, D.C., em julho de 2011.

⁸¹ Banco Mundial, “Enterprise Outreach Services”, <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/OPPORTUNITIES/ADVISORYSERVICES/EXTEOS/0,,menuPK:575141~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:575135,00.html>.

Banco poderia organizar oficinas de divulgação no Brasil (como faz para empresas europeias e dos EUA) dos produtos e serviços do banco para incentivar investimentos do setor privado na África. Outra forma de promover o engajamento do setor privado seria elevar o número de funcionários de ligação no Brasil como parte da Rede de Funcionários de Ligação com o Setor Privado.⁸² Dos 27 estados do Brasil, apenas dois estão representados: a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O desenvolvimento do setor privado, e em especial do investimento e do comércio, é provavelmente a área mais negligenciada da cooperação Sul-Sul dentro da nova abordagem do Banco. Pelo menos no caso do Brasil, não houve virtualmente nenhuma atividade nesse sentido. Das 37 atividades Sul-Sul mapeadas pelo escritório do Banco no Brasil para o exercício fiscal de 2009/10 e 2010/11,⁸³ nenhuma focalizava diretamente as questões de desenvolvimento do setor privado. Algumas dessas atividades (como aquelas relacionadas à energia/mineração, ao transporte urbano e ao setor rodoviário/aquisições) podem produzir impactos indiretos na área de comércio e investimento, mas em geral é necessário focalizar mais nessa área, tendo em vista que algumas iniciativas — como a análise conjunta do Banco-IFC sobre clima de investimentos, conforme demonstrado nos indicadores do *Doing Business* — poderiam acrescentar valor expressivo.

Entre todos os membros do Grupo Banco Mundial, a IFC foi a única a desenvolver iniciativa específica, com financiamento de US\$ 1 milhão para a cooperação Sul-Sul, voltada para investimentos na África. A iniciativa “Mercados Emergentes Sul-Sul para a África” foi concebida para servir de catalisador de investimentos de diversos países (inclusive o Brasil, a China e a Índia) para a África Subsaariana.⁸⁴ Essa iniciativa partiu dos esforços da IFC no sentido de desenvolver parcerias com empresas chinesas e indianas, com o objetivo de passar para uma abordagem mais sistemática, com quadro de funcionários e recursos exclusivos. A IFC pode ser obviamente — tanto por sua perícia financeira, como por sua experiência em matéria de clima de investimentos e de assistência técnica — um importante parceiro para as empresas de mercados emergentes. Essa iniciativa poderia também aprofundar as relações entre a IFC, seus clientes do setor privado e os países onde se investe. Seria, no entanto, importante coordenar esta iniciativa da IFC de forma mais abrangente com o a região da África do Banco Mundial, a fim de aproveitar e fortalecer os esforços do Banco na área de investimento e comércio para a África.

A MIGA, por sua vez, incorporou a emissão de garantias — especificamente seguro de risco político — para investimentos Sul-Sul como uma de suas metas estratégicas. Tendo em vista que muitos países investidores do Sul — como o

⁸² <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/OPPORTUNITIES/ADVISORYSERVICES/EXTEOS/0,,contentMDK:20663353~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:575135,00.html>

⁸³ LC5 CMU—List of S-SC Activities 2009–12 (documento interno do Banco Mundial).

⁸⁴ Entrevista com Thierry Tanoh, vice-presidente da IFC para a África Subsaariana, América Latina e Caribe, e Europa Ocidental, 26 de julho de 2011; tendo como referência a estratégia e orçamento da IFC para o exercício de 2012.

Brasil, a Rússia e o México — carecem de um mecanismo nacional próprio de seguro de risco político e que o seguro privado continua escasso e oneroso para muitos países africanos vistos como de alto risco, a MIGA pode desempenhar um papel catalisador para esses investimentos. Não obstante, por ser provedor de finanças, seu papel seria apenas de apoio. Até pouco tempo atrás, a falta de presença da MIGA fora de Washington, D.C., prejudicava sua habilidade de atender diretamente os investidores Sul-Sul; a abertura recente de um escritório em Cingapura, visa em parte a identificar e prestar apoio a investidores de mercados emergentes na Ásia.⁸⁵ Fora desses dois lugares, o atendimento é feito por “localizadores” e corretores, bem como pelos escritórios da IFC. Os funcionários do Banco Mundial nos escritórios locais muitas vezes possuem conhecimento limitado dos serviços da MIGA, mas poderiam desempenhar papel importante na divulgação desses serviços. Esses obstáculos, bem como a falta de incentivos específicos para o apoio da MIGA aos investimentos Sul-Sul, limitaram o crescimento desse segmento importante. Não obstante, durante o exercício fiscal de 2010, 6 dos 19 projetos com apoio do MIGA foram classificados como Sul-Sul, respondendo no entanto por apenas 11% do total em dólar das garantias emitidas.⁸⁶

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS E PRÓXIMOS PASSOS

O Banco Mundial tem um enorme potencial para apoiar a cooperação Sul-Sul em intercâmbio de conhecimentos, comércio e investimento em benefício de todas as partes envolvidas, mas ainda se encontra nos estágios iniciais de poder efetivamente realizar este potencial. As recomendações abaixo são feitas no espírito de aproximar o Banco de seus objetivos nesse sentido: utilizar seus recursos com eficiência e eficácia para reconhecer e apoiar a atuação crescente dos mercados emergentes no desenvolvimento, particularmente na África.

Ao formular essas recomendações de política, seria útil distinguir os diferentes papéis que o Banco poderia e deveria desempenhar *vis-à-vis* as relações entre o Brasil e a África (e a cooperação Sul-Sul de maneira mais ampla). São os seguintes os papéis:

- Prestar diretamente apoio às partes (o governo ou setor privado no Brasil, e os governos e o setor privado na África), em termos de projetos Sul-Sul específicos, por meio de empréstimos, garantias e outras formas de assistência.
- Ampliar projetos provenientes das relações bilaterais entre o Brasil e determinado país africano para outros países no continente. Por exemplo, um projeto de assistência técnica do Brasil em Moçambique pode ser re-

⁸⁵ Entrevista com Ileana Boza (Washington, D.C., 13 de junho de 2011). O escritório não enfatiza exclusivamente empresas de mercados emergentes da Ásia, mas também do Japão, Austrália, etc.

⁸⁶ A emissão Sul-Sul do MIGA para o exercício de 2010 foi US\$ 159 milhões de um total de US\$ 1,464 bilhões. www.miga.org/documents/10ar_highlights.pdf.

levante para a Tanzânia; o Banco poderia apoiar a divulgação de informações sobre o projeto, seja por intermédio de seus próprios funcionários ou por meio da concessão de recursos para que especialistas brasileiros ou moçambicanos apliquem a experiência na Tanzânia.

- Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre o Brasil e a África, em particular, no que se refere aos países lusófonos, tendo em vista o interesse dos países africanos pelas melhores práticas brasileiras. Seria igualmente benéfico promover a pesquisa aplicada conjunta entre instituições de ensino africanas e brasileiras.
- A Região da África do Banco deveria criar mecanismos para facilitar a contribuição da diáspora no Brasil para a agenda de conhecimento do Banco e seus esforços de desenvolvimento de capacidade na África Subsaariana. Da mesma forma, a Região da África do Banco deveria contatar empresas e empreiteiros da diáspora para promover sua participação em projetos do Banco na África Subsaariana.
- Atuar como facilitador do fortalecimento do diálogo entre a União Africana e o Brasil sobre a diáspora e ajudar a União Africana em seus contatos com outros países na Região da América Latina e Caribe.⁸⁷

Nesse contexto, fazemos as seguintes recomendações ao Banco:

- Examinar o impacto atual e potencial das atividades tradicionais do Banco relevantes para a cooperação Sul-Sul pelo prisma dessa cooperação. Essas áreas relevantes incluem clima de investimento, governança, agricultura, saúde, educação, justiça e registro de terras. Por exemplo, o programa altamente bem sucedido do Brasil de tratamento e prevenção de HIV/AIDS e malária tem relevância direta para as iniciativas do Banco nesse sentido.
- Melhorar a coordenação entre as regiões do Banco e entre os setores e regiões mediante a criação de equipes transregionais (como por exemplo entre as regiões da América Latina e Caribe e a Região da África) para o intercâmbio de experiências e a implementação de atividades Sul-Sul específicas, algumas vezes em conjunto com iniciativas que já estão sendo empreendidas.
- Incorporar sistematicamente dimensões Sul-Sul mensuráveis às estratégias de assistência de país, estratégias de parceria de país, avaliações

⁸⁷ O Banco assinou memorando de entendimento com a Comissão da União Africana em setembro de 2008. Isso demonstra que as relações com a diáspora é uma de cinco áreas prioritárias para a parceria e engajamento do Banco com a Comissão. O Banco concedeu duas doações em apoio à Comissão de Cidadãos e à Diretoria da Diáspora para a implementação de seu programa global. A primeira doação sustenta as funções de coordenação regional em missões de representação nos Estados Unidos, Caribe, América do Sul, Austrália, Ásia, Oriente Médio e Golfo. A segunda serviu de financiamento para um estudo para aumentar o conhecimento da diáspora na América Latina e no Caribe. Uma das principais recomendações do estudo foi a criação de uma “Missão da Diáspora no Brasil” exclusiva, para servir de plataforma e ponto de coordenação para todas as iniciativas relativas à diáspora de afrodescendentes na América do Sul, América Central e no Caribe” (Moses 2011).

de assistência de país,⁸⁸ etc. Avaliar ainda se incentivos ou mecanismos internos específicos de apoio à cooperação Sul-Sul (por meio de programas de trabalho, avaliações de trabalho, etc.) poderiam ser úteis, evitando assim a criação de novas burocracias. Como parte desse exercício, seria conveniente coletar e divulgar exemplos de trabalhos bem sucedidos do Banco nessa área, como o programa de trabalho da unidade de país do Brasil para a cooperação Sul-Sul, com vistas a agilizar essas atividades de forma mais sistemática e estratégica em todo o Banco.

- Consultar sistematicamente o governo brasileiro, bem com o governo dos principais países emergentes envolvidos em cooperação Sul-Sul, como executores ou doadores (como os BRICS, o México, a Arábia Saudita e a Turquia), para colher opiniões sobre como tornar o apoio do Banco mais relevante e eficaz nessa área. O objetivo aqui seria tanto de natureza prática como estratégica, ou seja, ajudar a superar a percepção entre alguns membros de que o Banco não reconhece nem tem conhecimento suficiente das contribuições que realizam para o desenvolvimento. Uma possibilidade poderia ser a realização de programa conjunto entre o Grupo Banco Mundial e o BNDES em apoio ao comércio e investimento brasileiros na África.
- Ampliar, no âmbito do Banco, o foco das atividades Sul-Sul efetivas do Instituto Banco Mundial para outras áreas (especialmente infraestrutura, clima de investimentos e desenvolvimento do setor privado, governança, saúde e educação) e incluir mais assistência técnica e empréstimos nessas áreas (além da troca de conhecimentos). Em particular, enfatizamos a necessidade de contar com mais atividades diretamente relacionadas com investimento, desenvolvimento do setor privado e crescimento dos postos de trabalho, temas que até o momento parecem estar fora do escopo principal das atividades Sul-Sul, contempladas pelos programas do Banco.
- Reexaminar as atuais políticas de compras, divulgação e marketing do Banco para garantir que empresas de mercados emergentes tenham chances iguais ou melhores de serem contratadas, particularmente para projetos fora de seu país de origem ou região. A nossa impressão, com base em conversas mantidas no Brasil, é a de que as empresas têm conhecimento, na melhor das hipóteses, de oportunidades de contratos no Brasil, mas não na África, Ásia e outras regiões.
- Tendo em vista que a coordenação entre o Banco, a IFC e a MIGA com relação à cooperação Sul-Sul continua a ser um desafio, determinar que áreas específicas ou aspectos de programas relacionados com projetos de cooperação Sul-Sul poderiam se beneficiar de programas de trabalho ou objetivos conjuntos. Dois exemplos, entre tantos outros, seriam um maior alinhamento entre o Banco e os escritórios de país da IFC nos principais mercados emergentes em torno da promoção de investimen-

⁸⁸ Atualmente, muitos documentos do Banco fazem referência à cooperação Sul-Sul, sem especificamente descrever ou mensurar essas atividades.

tos sustentáveis Sul-Sul e melhor capacitação e mais incentivo para que os funcionários do Banco (e da IFC) nos escritórios de país realizassem “venda cruzada” dos serviços de garantia da MIGA.

- Fortalecer ainda mais a coordenação com outros instrumentos multilaterais, particularmente os novos mecanismos Sul-Sul estabelecidos nos últimos anos, com vistas a ter uma atuação eficaz na cooperação Sul-Sul, a superar alguns dos estereótipos nos países em desenvolvimento e a evitar a duplicação de esforços.⁸⁹ O Banco, por exemplo, está muito bem posicionado para facilitar a realização de uma cúpula global anual de desenvolvimento Sul-Sul, preferencialmente em um país emergente ou em desenvolvimento.

Como conclusão, conforme ilustra este estudo de caso sobre o intercâmbio de conhecimentos, comércio e desenvolvimento Brasil-África, está claro que os mercados emergentes terão uma atuação ainda maior no futuro desenvolvimento econômico e político da África. Dessa forma, o papel do Banco, que já está mudando, deverá evoluir ainda mais rapidamente para permanecer relevante e proativo, em vez de periférico e reativo. A consecução desse objetivo demandará a superação de obstáculos reais e de percepção, tanto internos como externos, o que pode ser melhor alcançado por meio de consultas estreitas com os próprios acionistas do Banco, nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial tem sido o principal parceiro de desenvolvimento da África e possui as ferramentas adequadas para continuar desempenhando este papel. Contudo, a fim de realizar seu potencial, o Banco precisará atualizar não somente seus mecanismos mas também a sua forma de aplicação. O resultado deverá produzir ganhos significativos para todas as partes envolvidas.

⁸⁹ Por exemplo, o *Africa Outlook 2011* da OCED, que contém um capítulo sobre os mercados emergentes da África, foi elaborado com o apoio da OCDE, do BAD, da ONU, da Comunidade Econômica da África e do Banco Europeu de Investimentos — mas não do Banco Mundial.



Anexos

ANEXO 1. OS MEMBROS DO G-20

O G-20 é formado pelos Ministros da Fazenda e Presidentes do Banco Central de 19 países e da União Europeia: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

Para garantir que os fóruns e instituições econômicas internacionais trabalhem em conjunto, o Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Presidente do Banco Mundial, juntamente com os presidentes do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI) e do Comitê de Desenvolvimento (Banco Mundial), também participam das reuniões do G-20 *ex-officio*. O G-20 reúne, portanto, importantes países desenvolvidos e emergentes de todas as regiões do mundo. Juntos, os países membros representam cerca de 90% do produto interno bruto global, 80% do comércio mundial (incluindo o comércio no âmbito da UE), bem como dois terços da população mundial. Seu peso econômico e ampla afiliação dão ao G-20 um alto grau de legitimidade e influência sobre a gestão do sistema econômico e financeiro internacional.⁹⁰

ANEXO 2. FÓRUNS SUL-SUL

IBAS — Índia, Brasil e África do Sul

O IBAS, acordo trilateral entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, foi lançado oficialmente em junho de 2003, após a reunião do G-8, realizada em Evian, na França. Ao contrário do grupo dos BRICS, o IBAS foi concebido formalmente como uma estrutura para ação coordenada entre as três economias emergentes, que teriam atuação importante na ordem mundial contemporânea. O comércio entre os três países aumentou de US\$ 3,8 bilhões em 2004 para US\$ 15 bilhões em 2010 (IBSANEWS 2011).

⁹⁰www.g20.org.

A motivação para a criação do IBAS tem como base as características comuns de seus países membros, a saber, seu sistema político democrático, sua posição como economias em desenvolvimento e sua capacidade de atuar em escala global. A Declaração de Brasília, documento constitutivo do grupo,⁹¹ cria o IBAS como um fórum para a coordenação política e de cooperação em setores fundamentais como a agricultura, cultura, educação, energia, saúde, ciência e tecnologia e transportes.

Outra característica relevante do IBAS é o Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome, que tem papel importante no relacionamento do grupo com a África. Criado em 2004, o fundo é mecanismo pioneiro de cooperação Sul-Sul por diversas razões.

Em primeiro lugar, por ser orientado pela demanda, é necessário que os governos interessados solicitem assistência ao fundo. Em segundo lugar, os projetos do fundo são planejados e executados sem condicionalidades, diferente dos projetos tradicionais de assistência (IBSANEWS 2011). Em terceiro lugar, o objetivo do programa é financiar projetos inovadores que são passíveis de reprodução e ampliação para o alívio da pobreza e da fome em países de baixa renda; tendo como preocupações recorrentes o fortalecimento da capacidade, a sustentabilidade e o intercâmbio de conhecimentos entre especialistas e instituições do Sul.⁹² Por fim, distingue o IBAS o fato de os projetos serem executados em colaboração e consultas com o PNUD, as instituições nacionais e o governo local.

Todos os Estados membros do IBAS realizam contribuição de US\$ 1 milhão por ano para o Fundo do mecanismo. Três projetos foram concluídos até o momento, um em Guiné Bissau (agricultura), um em Cabo Verde (saúde) e um no Haiti (manejo de resíduos). Novos projetos já foram aprovados para o Burundi, Camboja e os Territórios Palestinos Ocupados e hoje estão em fase de execução.

Fórum Cooperativo América do Sul-África

Outro fórum multilateral do qual o Brasil participa é o Fórum de Cooperação América do Sul-África Tendo sua criação considerada inicialmente em abril de 2005, o grupo, lançado em novembro de 2006, visa a estimular a capacidade de desenvolvimento sustentável entre seus membros por meio de parcerias estratégicas Sul-Sul.⁹³ O quadro institucional inclui duas reuniões de alto nível a cada dois anos e reuniões ministeriais sobre temas específicos organizadas em grupos de trabalho, co-presididos por um país africano e um país sul-americano.⁹⁴

Apesar das semelhanças, as duas regiões apresentam diferenças que vão além da questão econômica e incluem aspectos políticos, culturais e ideológi-

⁹¹ A Declaração de Brasília está disponível em inglês no site: http://ibsa.nic.in/brasil_declaration.htm.

⁹² <http://tcdc2.undp.org/IBSA/about/about.htm>.

⁹³ www2.mre.gov.br/asa/.

⁹⁴ www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cupula-america-do-sul-2013-africa-asa.

cos. Isso ficou claro na Terceira Cúpula da ASA, realizada na Venezuela em setembro de 2009, em que o ex-Presidente do Brasil Lula sugeriu que a integração entre as duas regiões somente ocorreria com respeito pelos hábitos políticos de cada país. À luz da crise financeira mundial e dos eventos recentes no Norte da África, resta saber como será a evolução desse fórum inter-regional.

Mercosul e União Aduaneira a África Austral

Outro vínculo importante entre o Brasil e a África é a conexão incipiente entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (SACU).

O Mercosul foi oficialmente lançado em março 1991 para proceder à integração da América do Sul em termos econômicos, políticos e sociais. Os membros são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai; a Venezuela está no processo de afiliação e deverá tornar-se membro em breve com a aprovação do Paraguai. A Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru são membros associados.⁹⁵ Por conseguinte, o Mercosul abrange quase a totalidade do território da América do Sul.

O Mercosul contou com momentos positivos e negativos ao longo de seu histórico de 20 anos, incluindo dificuldades geradas pelas crises políticas e econômicas por que passaram seus membros. O grupo não avançou nos últimos cinco anos, tendo sido complementado no plano político por uma nova instituição regional, a União das Nações da América do Sul (UNASUL).⁹⁶ Em sua trajetória para a criação de um Mercado Comum do Sul, no entanto, o Mercosul obteve êxito ao criar uma área de livre comércio e uma política comercial comum (união aduaneira) entre seus membros.

Em anos recentes, o Mercosul logrou desenvolver algumas iniciativas de aproximação entre a América do Sul e a África, mais especificamente com a SACU, formada pela África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A importância histórica da África do Sul na região levou a um acordo entre o país e o Mercosul, em dezembro de 2000, para a criação de uma zona de livre comércio.⁹⁷ O Mercosul e a SACU assinaram um acordo preferencial de comércio alguns anos mais tarde, em dezembro de 2004.⁹⁸ Uma versão atualizada e revista do acordo foi assinada em abril de 2009, no qual a SACU dá preferência ao Mercosul na compra de mais de 1000 produtos produzidos pela SACU, reduzindo em contrapartida impostos de importação sobre 1000 produtos do Mercosul em setores como agricultura, plásticos, produtos químicos, têxteis e equipamentos.⁹⁹

⁹⁵ www.mercosul.gov.br/perguntas-mais-frequentes-sobre-integracao-regional-e-mercadosul-1/sobre-integracao-regional-e-mercadosul/.

⁹⁶ www.pptunasur.com/inicio.php?menu=30&idiom=1 (em espanhol).

⁹⁷ A íntegra do acordo está disponível no site www2.mre.gov.br/dnc/AQ_RAS_Assinado_Ing.pdf.

⁹⁸ www.sacu.int/traden.php?include=about/traden/bilateral.html.

⁹⁹ www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8314506&canal=402

Anexo 3. Brasil: Principais indicadores econômicos

Tabela A3.1 Brasil: Principais indicadores econômicos

	2008	2009	2010 ^a
	Percentual da taxa de crescimento anual		
Produto interno bruto	5.2	-0.6	7.7
Produto interno bruto per capita	4.1	-1.1	6.7
Preços ao consumidor	5.9	4.3	5.6 ^b
Salário real médio ^c	2.1	1.3	2.4 ^d
Money (M1)	-3.5	12.0	18.6 ^e
Taxa de câmbio real efetiva ^f	-3.3	1.7	-15.2 ^g
Termos de troca	3.6	-2.4	15.0
	Percentual médio anual		
Taxa de desemprego urbano	7.9	8.1	6.8 ^h
Balanço operacional do governo central / PIB	-1.2	-3.6	-2.1
Taxa nominal para depósito	7.9	6.9	6.8 ⁱ
Taxa nominal para empréstimo	38.8	40.4	38.6 ^j
	Milhões de dólares		
Exportação de bens e serviços	228 393	180 723	230 567
Importação de bens e serviços	220 247	174 678	242 445
Conta corrente	-28 192	-24 302	-45 296
Conta financeira e de capital	31 161	70 952	91 296
Balanço geral	2 969	46 650	46 000

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais.

^a Estimativas preliminares.

^b Variação em 12 meses até novembro de 2010.

^c Trabalhadores cobertos pela legislação trabalhista e social, setor privado.

^d Estimativa baseada em dados de janeiro a setembro.

^e Variação em 12 meses até outubro de 2010.

^f Taxa negativa indica valorização da moeda em termos reais.

^g Variação anual, média de janeiro a outubro

^h Estimativa com base nos dados de janeiro a outubro.

ⁱ Média de janeiro a outubro, anualizada.

^j Inclui erros e omissões.

Anexo 4. Brasil e África: Reuniões e Visitas Oficiais

Tabela A4.1 Países africanos visitados pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, 2003–10

Ano	Países visitados
2003	São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Líbia
2004	São Tomé e Príncipe, Egito.
2005	Cabo Verde, Guiné Bissau, Senegal, Nigéria, Camarões, Tunísia, Argélia, Quênia, Etiópia, Moçambique, África do Sul, Gabão, Marrocos, Gana, Angola, Tanzânia
2006	Argélia, Benin, Botsuana, África do Sul , Nigéria.
2007	Burkina Faso, Congo, África do Sul, Angola.
2008	Gana, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Líbia, Argélia, Marrocos, Tunísia, Cabo Verde, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia.
2009	Egito, Cabo Verde, Líbia, Tunísia, Marrocos, Mali, Guiné Equatorial, Togo, Guiné Bissau.
2010	Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul, Líbia, Moçambique, República Democrática do Congo.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base em informações do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Tabela A4.2 Visitas de Chefes de Estado e Chefes de Governo africanos ao Brasil, 2003–10

Ano	País	Autoridade	Cidade	Motivação	Total de visitas por ano
2003	Guiné Bissau	PM Marco António Pires	Brasília	Visita de trabalho e posse presidencial	5
	Cabo Verde	PR Pedro Pires	Brasília	Visita de trabalho	
	Burkina Faso	PR Blaise Compaoré	Brasília	Visita de trabalho	
	África do Sul	PR Thabo Mbeki	Brasília	Visita de trabalho	
	Cabo Verde	PM José Maria Neves	Brasília	Visita de trabalho	
2004	Uganda	PR Yoweri Museveni	São Paulo	Reunião bilateral à margem da XI UNCTAD	4
	Namíbia	PR Sam Nujoma	São Paulo	Visita de estado	
	Moçambique	PR Joaquim Chissano	Brasília	Visita de estado	
	Marrocos	Rei Mohammed VI	Brasília	Visita de estado	
2005	Angola	PR José Eduardo dos Santos	Salvador e Brasília	Visita de estado	11
	Mauritânia	PM Sghair Ould M'Barek	Brasília	Reunião bilateral à margem da Cúpula da ASPA	
	Djibouti	PR Ismail Omar Guelleh	Brasília	Visita de trabalho	
	Argélia	PR Abdelaziz Bouteflika	Brasília	Visita de estado	
	Rep. Dem. Congo	PR Denis Sassou Nguesso	Brasília	Visita de estado	
	Botsuana	PR Festus Mogae	Brasília	Visita de estado	
	Gâmbia	PR Yahya Jammeh	Brasília	Visita de estado	
	S. Tomé e Príncipe	PR Fradique Menezes	Brasília	Visita de estado	
	Cabo Verde	PM José Maria Neves	Brasília	Visita de estado	
	Nigéria	PR Olusegun Obasanjo	Brasília	Visita de estado	
Cabo Verde	PR Pedro Pires	Brasília	Visita de trabalho		
2006	Gana	PR John Kufuor	Brasília e Salvador	Visita de estado	6
	Senegal	PR Abdoulaye Wade	Salvador	Reunião bilateral à margem da II CIAD	
	Botsuana	PR Festus Mogae	Salvador	Reunião bilateral à margem da II CIAD	
	Guiné Equatorial	PR Teodoro Obiang Mbasogo	Salvador	Reunião bilateral à margem da II CIAD	
	Cabo Verde	PR Pedro Pires	Salvador	Reunião bilateral à margem da II CIAD	
	África do Sul	PR Thabo Mbeki	Brasília	Visita de trabalho e Cúpula da IBAS	
2007	Senegal	PR Abdoulaye Wade	Brasília	Visita de estado	5
	Líbia	PM El-Baghdádi El-Mahmúdi	Brasília	Visita de trabalho	
	Benin	PR Boni Yayi	Brasília	Visita de estado	
	Moçambique	PR Armando Guebuza	Brasília	Visita de estado	
	Guiné Bissau	PR João Bernardo Vieira	Brasília	Visita de trabalho	

Tabla A4.2 (continuação)

Ano	País	Autoridade	Cidade	Motivação	Total de visitas por ano
2008	Guiné Equatorial	PR Obiang Mbasogo	Brasília	Visita Oficial	1
2009	Namíbia	PR Hifikepunye Pohamba	Brasília e Rio de Janeiro	Visita Oficial	9
	São Tomé e Príncipe	PM Joaquim Rafael Branco	São Paulo, Brasília e Salvador	Visita Oficial	
	Senegal	PR Abdoulaye Wade	Salvador	Visita de trabalho	
	Moçambique	PR Arnaldo Guebuza	Rio de Janeiro e Brasília	Visita de estado	
	Nigéria	PR Umaru Yar'Adua	Brasília	Visita de estado	
	Serra Leoa	PR Ernest Koroma	Brasília e Rio de Janeiro	Visita oficial	
	Malawi	PR Bingu Wa Mutharika	Brasília	Visita oficial	
	África do Sul	PR Jacob Zuma	Brasília	Visita oficial	
	Cabo Verde	PM José Maria Neves	Brasília	Visita de trabalho	
2010	Libéria	PR Ellen Johnson-Sirleaf	Brasília	Visita de estado	7
	Mali	PR Amadou Touré	Brasília	Visita de estado	
	África do Sul	PR Jacob Zuma	Brasília	Reunião à margem da Cúpula do IBAS	
	Angola	PR José Eduardo dos Santos	Brasília	Visita de trabalho	
	Camarões	PR Paul Biya	Brasília	Visita de trabalho	
	Guiné Bissau	PR Malam Bacai Sanhá	Brasília	Visita de trabalho	
	Zâmbia	PR Rupiah Banda	Brasília	Visita de estado	
Total					48

Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do MRE.

Obs.: CIAD = Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

Tabela A4.3 Visitas de chanceleres africanos ao Brasil e participação africana no total de visitas, 2003–10

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Visitas de chanceleres africanos	2	4	13	12	3	7	11	15	67
Total de visitas de chanceleres	17	29	24	35	25	39	44	47	260
Participação africana no total de visitas (%)	11,8	13,8	54,2	34,3	12,0	17,9	25,0	31,9	25,8

Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do MRE.

Tabela A4.4 Reuniões multilaterais Brasil–África, 2003–10

Evento	Date	Local
I Comissão Trilateral Mista do Fórum do Diálogo Índia–Brasil–África do Sul (IBAS)	5–6 /junho/2003	Brasília
IV Comissão Trilateral Mista do Fórum do Diálogo Índia–Brasil–África do Sul (IBAS)	28/março/2006	Rio de Janeiro
VII Comissão Trilateral Mista do Fórum do Diálogo Índia–Brasil–África do Sul (IBAS)	31/agosto/ 2009	Brasília
III Fórum da Aliança das Civilizações das Nações Unidas	27–29/maio/2010	Rio de Janeiro
Reunião Ministerial do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC)	16/dezembro/2010	Foz do Iguaçu

Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do MRE.

Tabela A4.5 Reuniões da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da Iniciativa América do Sul–África

Evento	Data	Cidade
3ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	16–17 de julho de 2000	Maputo, Moçambique
4ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	31 julho a 1º de agosto de 2002	Brasília, Brasil
5ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	26–27 de julho de 2004	São Tomé, São Tomé e Príncipe
6ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	16–17 de julho de 2006	Bissau, Guiné Bissau
7ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	25 de julho de 2008	Lisboa, Portugal
8ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP	25 de julho de 2010	Luanda, Angola
Primeira Cúpula de Chefes de Estado da ASA	30 de novembro de 2007	Abuja, Nigéria
Segunda Cúpula de Chefes de Estado da ASA	26–27 de setembro de 2009	Ilha Margarita, Venezuela

Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do MRE.

Obs.: ASA = Iniciativa América do Sul–África; CPLP = Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Referências Bibliográficas

Resumo Executivo

National Resources Canada. 2007. “Pictures and Maps”. <http://www.nrcan.gc.ca/halifax/DVD/fig8-eng.php>

Capítulo 1

Aker, Jenny e Isaac Mbiti. 2010. “Mobile Phones and Economic Development in Africa”. Working Paper 211, Center for Global Development, Washington, D.C. www.cgdev.org/content/publications/detail/1424175/.

Amorim, Celso. 2011. “Let Us In”. *Foreign Policy*, 14 de março. www.foreignpolicy.com/articles/2011/03/14/let_us_in?page=0,0.

BBC (British Broadcasting Corporation). 2011. “BRIC Summit Ends in China with Plea for More Influence”. 14 de abril. www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-13076229.

Beattie, Alan. 2010. “BRICS: The Changing Faces of Global Power”. *Financial Times*, 17 de janeiro. www.ft.com/cms/s/0/95cea8b6-0399-11df-a601-00144feabdc0.html#ixzz1KkHm1pw0.

Bratton, Michel e Nocilas Van de Walle. 1994. “Neopatrimonial Regimes and Political Transition in Africa”. *World Politics* 46, (Julho): 453–89.

Calderón, Cesar e Servén, Luis. 2010. “Infrastructure and Economic Development in Sub-Saharan Africa”. *Journal of African Economies* 19 (AERC Supplement) 1: 13–87.

Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. 1969. “Dependencia y desarrollo en America Latina”. Siglo Veintiuno Editores, México.

de Almeida, Paulo Roberto. 2009. “O papel dos BRICs na economia mundial”. *Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas*, Cebri-Icône-Embaixada Britânica Brasília, Rio de Janeiro, 57–65.

de Haan, Arjan. 2009. *How the Aid Industry Works*. Sterling, VA: Kumarian Press.

Devarajan, Shantayanan. 2010. “Africa as a BRIC”. World Bank blogs, 1º de junho. <http://blogs.worldbank.org/africacan/africa-as-a-bric>.

- Duarte, Pedro Henrique e Edílson José Graciolli. 2007. “A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina”. www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf.
- Economist*. 2011. “Democracy 1, Vote-Rigging 0”. 16 de abril.
- Escribano, Alvaro, J. Luis Guasch e Jorge Pena. 2010. “Assessing the Impact of Infrastructure Quality on Firm Productivity in Africa: Cross-Country Comparisons based on Investment Climate Surveys from 1999 to 2005”. Policy Research Working Paper Series 5191, Banco Mundial, Washington, DC. www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2010/01/26/000158349_20100126150921/Rendered/PDF/WPS5191.pdf
- Foster, Vivien e Cecilia Briceño-Garmendia. 2009. *Africa Infrastructure: A Time for Transformation*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Goldman Sachs. 2001. “Building Better Global Economic BRICs”. Global Economics Paper 66. www2.goldmansachs.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf.
- . 2003. “Dreaming with BRICs: The Path to 2050”. Global Economics Paper 99. www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf.
- Guardian*, 2011. “South Africa Gains Entry to Bric Club”. 19 de abril. www.guardian.co.uk/world/2011/apr/19/south-africa-joins-bric-club.
- IBSANEWS. 2011. “Ibas ajuda sem compromisso”. 15 de abril. www.ibsanews.com/pt/ibas-ajuda-sem-compromisso/.
- IFPRI (International Food Policy Research Institute). 2009. “Climate Change: Impact on Agriculture and Costs of Adaptation”. IFPRI Policy Seminar, 5 de outubro, Washington, DC. www.ifpri.org/sites/default/files/publications/pr21.pdf.
- Kimenyi, Mwangi. 2011. “Africa’s 2011 Elections in Foresight Africa: The Continent’s Greatest Challenges and Opportunities for 2011”. Africa Growth Initiative, Brookings Institution, Washington, DC.
- Machado, Luiz Toledo. 1999. “A teoria da dependência na América Latina”. *Estudos Avançados* 13, (janeiro/abril): 199–215.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). 2011 “III Cúpula do BRICS — Sanya, 14 de abril de 2011”. Nota n. 145, 4 de abril. www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/iii-cupula-do-brics-sanya-14-de-abril-de-2011.
- Ndulu e O’Connell. 1999 “Governance and Growth in Sub-Saharan Africa”. *Journal of Economic Perspectives* 13 (3): 41–66.
- OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2010a. “Tackling Inequalities in Brazil, China, India and South Africa: The Role of Labour Market and Social Policies”. Paris: OCDE.
- . 2010b. “Perspectives on Global Development: Shifting Wealth”. Paris: OECD Publishing. www.oecd.org/document/8/0,3746,en_2649_33959_45462088_1_1_1_1,00.html.
- Reuters. 2009. “Why the BRICS Like Africa”. 30 de junho. <http://blogs.reuters.com/macroscope/2009/06/30/why-the-brics-like-africa/>.

- Standard Bank. 2010. “Placing the BRIC and Africa Commercial Partnership in a Global Perspective”. *Economics BRIC and Africa*. <http://ws9.standardbank.co.za/sbrp/DocumentDownloader?docId=3276>.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). 2010. *Economic Development in Africa 2010—South–South Cooperation: Africa and the New Forms of Development Partnership*. UNCTAD Report. www.unctad.org/en/docs/aldcafrica2010_en.pdf.
- UNDESA (United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division). 2009. *World Population Prospects: The 2008 World Revision Dataset*. Nova York: Organização das Nações Unidas. www.un.org/esa/population/publications/wpp2008/wpp2008_highlights.pdf
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1995. “New Directions for Technical Cooperation among Developing Countries”. TCDC/9/3, 7 de abril, UN High-Level Committee on the Review of Technical Cooperation among Developing Countries, Nona Sessão, Nova York, 30 de maio–2 de junho. http://ssc.undp.org/uploads/media/TCDC_9_3Eng.pdf.
- . 2010. *Human Development Report*. Washington, DC: PNUD.
- . 2011. *Human Development Report*. Washington, DC: PNUD.
- UNDP/IBSA Trust Fund. “About IBSA Trust Fund”. <http://tcdc2.undp.org/IBSA/about/about.htm>.
- Banco Mundial. 2010. Silent and Lethal: How Quiet Corruption Undermines Africa’s Development. *Africa Development Indicators Report*. [http://site/resources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/english_essay_adi2010.pdf](http://site.resources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/english_essay_adi2010.pdf).
- . 2011a. *Global Economic Prospects, Regional Annex: Sub Saharan Africa*. Washington, DC: Banco Mundial.
- . 2011b. “Fact Sheet: Infrastructure in Sub-Saharan Africa”. <http://go.worldbank.org/SWEDCPM5S0>.
- Banco Mundial e IFC (Corporação Internacional de Finanças). 2010. *Doing Business 2011*. Washington, DC: Banco Mundial e IFC. www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2011/.

Capítulo 2

- Alencastro, Luis Felipe de. 2000. *Trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. da Letras.
- Almeida Prado, J. F. 1955. “A Bahia e as relações com o Daomé”. In *O Brasil e o colonialismo europeu*, ed. J. F. Almeida Prado. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Bezerra De Menezes, Adolpho. 1961. *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cortesão, Jaime. 1933. “A expansão dos portugueses em África (1557–1640)”. In *História de Portugal*, ed. Jaime Cortesão. Barcelos: Publicado pelo autor.

- Curtin, Philip. 1969. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Fernandes, Florestan. 1969. *The Negro in Brazilian Society*. Nova York: Columbia University Press.
- Goulart, Maurício. 1949. *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Flanarte.
- Harris, Joseph E. 1982. *Global Dimensions of the African Diaspora*. Washington, DC: Howard University Press.
- Martins, Oliveira. 1880. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Publicado pelo autor.
- Miller, Joseph. 1988. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Nina Rodrigues, Raymundo. 1982. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Novais, Fernando. 1984. “Passagens para o Novo Mundo”. *Novos Estudos CEBRAP* 9: 4–5.
- Portella, Eduardo. 1963. *Política externa e povo livre*. São Paulo: Fulgor.
- Rodrigues, José Honório. 1961. *Brasil–África: Outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1996. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Santos, Nilceia Lopes. 1979. *União Brasil-Angola: uma hipótese na independência*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Schwarz, Roberto. 1990. *Um mestre na periferia do capitalismo, Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades.

Capítulo 3

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação). 2009. “Apresentação no CEBRI”. www.cebri.com.br/midia/documentos/minmarcofaranichinaafrica972003.pdf.
- ActionAid. 2010. “Who’s really fighting hunger? Why the world is going backwards on the UN goal to halve hunger and what can be done. Hunger FREE scorecard 2010”. http://www.actionaid.org.uk/doc_lib/hungerfree_scorecard.pdf.
- Agência Brasil. 2011. “Brasil tem 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza”. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-03/brasil-tem-162-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza>.
- Amorim, Celso. 2010. “Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003–2010): An Overview”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (número especial): 223.
- Amos, Alcione M. 2001. “Afro-Brazilians in Togo: The Case of the Olympio Family, 1882–1945”. *Cahiers d’Études Africaines*. <http://etudesafricaines.revues.org/88?&id=88>.
- Barboza, Mario Gibson. 2003 “O Brasil Volta à África. Relato de um Périplo pelo Continente”. In *Missões de paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*, ed. Raul Mendes Silva. Salvador: Odebrecht. www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/index.html.

- BBC (British Broadcasting Corporation). 2003. “Lula promete ajuda para pagar ‘dívida histórica’ com a África”. www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_lulaas.shtml.
- DEAF/MRE (Departamento da África, Ministério das Relações Exteriores). 2011. “Postos diplomáticos na África”. Documento interno não oficial, Brasília.
- Financial Times. 2011. “Latin America Global Trade”. 15 de abril.
- Fundação Getúlio Vargas. 2010. “A Nova Classe Média: o Lado Brilhante dos Pobres”. www.fgv.br/cps/ncm/.
- Governo da República da Guiné Equatorial. 2011. “Emocionante discurso del expresidente brasileiro Lula da Silva”. Cúpula da UA, 7 de janeiro. www.guineaecuatorialpress.com/noticia.php?id=1713.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2010. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. Brasília: IPEA www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf.
- Machado, Milton. 1987. História do Futuro, sumário de dissertação de mestrado (MSc.), desenhos, *Arquitetura Revista*, FAU-UFRJ, Rio de Janeiro.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). 2007. “Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003–2006)”. www.funag.gov.br/BDPE/Livro%20Cronologia%20da%20Politica%20Governo%20Lula%20-%202003-2006_Saida.pdf.
- . 2011. “Balanço da Política Externa Brasileira—2003–2010”, “7.1.2. Cooperação Internacional. Cooperação bilateral recebida”. www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.2-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-recebida/view.
- ODI (Overseas Development Institute). 2010. “Brazil: An Emerging Aid Player”. ODI Briefing Paper 64, Overseas Development Institute, www.odi.org.uk/resources/download/5120.pdf.
- OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2003. “Glossary of Statistical Terms: Official Development Assistance (ODA)”. <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043> <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043>.
- . 2011a. “Brazil: For a Stronger, Cleaner, Fairer World Economy”. www.oecd.org/dataoecd/34/11/46532793.pdf.
- . 2011b. “Structural Indicators—Average Annual Trend Growth Rates”, 77. In *Country Notes: Brazil 2011*. www.oecd.org/dataoecd/15/55/47469004.pdf.
- Oliva, Anderson Ribeiro. 2009. “A Invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX”. *Revista África e Africanidades* 1 (4). www.africaeaficanidades.com/documentos/A_invencao_da_Africa_no_Brasil.pdf.
- O’Neill, Jim. 2011. “Brazil is Now the 5th largest economy. 2 Down 2 to Go”. Goldman Sachs, 5 de março. www2.goldmansachs.com/gsam/advisors/education/viewpoints_from_chairman/viewpoints-pdfs/brazil_is_now_the_5th_largest_economy.pdf.

- Patriota, Antonio de Aguiar. 2011. Discurso no Woodrow Wilson International Center for International Scholars, Washington, DC, 31 de maio. www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1419&fuseaction=topics.event_summary&event_id=700273.
- Rizzi, K. R., C. Maglia, M. Kanter, and L. Paes. 2011. “O Brasil na África (2003-2010): Política, Desenvolvimento e Comércio”. *Conjuntura Austral* 1 (5): 1–21.
- Schmitz, Guilherme de Oliveira, João Brígido Bezerra Lima e Rodrigo Pires de Campos. 2010. “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento de Recursos Investidos Pelo Governo Federal”. *Boletim de Economia e Política Internacional* 3: 39.
- Silva, Raul Mendes. 2003. *Missões de paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Salvador: Oldbretch www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/index.html.
- UOL Notícias. 2006. “Lula pede para que os laços com a África sejam aprofundados”. <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2006/11/30/ult34u169184.jhtm>.

Capítulo 4

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação). 2009. “Apresentação no CEBRI”. www.cebri.com.br/midia/documentos/minmarcoforanichinanaafrica972003.pdf
- . 2010. *Diálogo Brasil–África em Segurança Alimentar: Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*. ABC, Brasília.
- . 2011. “Aid for Trade Case Story: Brazil”. Organização Mundial do Comércio e OCDE.
- ABHH (Associação Brasileira de Hematologia e de Hemoterapia). 2010. “Crescente África”. *Hemo em revista* (julho–setembro): 28–32. <http://abh.com.br/HEMOR/hemo13.pdf>.
- ACBF (African Capacity Building Foundation). 2011. *Africa Capacity Indicators 2011: Capacity Development in Fragile States*. African Capacity Building Foundation, Harare, Zimbábue. www.acbf-pact.org/Data/Sites/1/SharedFiles/aci_report/aci_report_09_02_2011.pdf.
- BAD (Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento). 2011. *ADB Statistics Pocketbook*. http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/ADB_Pocketbook_2010_web.pdf
- Africa 21. 2011. “Brasil e Gana firmam acordo de cooperação de US\$ 95 mi para agricultura familiar”. 29 de maio. www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=11954943&indice=0&canal=402.
- Bailis R., M. Ezzati e Daniel M. Kammen. 2005. “Biomass and Fossil Fuel Energy Futures in Africa”. *Journal of Environment and Development* 14 (1): 149–174.
- CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). 2006. “Cabo Verde abre primeira universidade pública”. 20 de novembro. www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1613

- Economist. 2010. “Brazilian Agriculture: The Miracle of the Cerrado”. 28 de agosto. www.economist.com/node/16886442.
- Economist Intelligence Unit. 2010. *The Global Power of Brazilian Agribusiness*. Novembro.
- EIA (US Energy Information Administration). 2009. “International Energy Statistics—Biofuels production: Total Biofuel Production 2009”. www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm?tid=79&pid=79&aid=1.
- Embrapa. n.d. “Notícias do ano: 2010”. www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010.
- FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). 2009. “Country Rank in the World, by Commodity: Brazil”. Última versão, FAOSTAT. <http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>.
- Felismino, Rodrigo. 2010. “Grupo Pinesso terá algodão no Sudão”. <http://boletiminternacional.wordpress.com/2010/04/30/grupo-pinesso-tera-algodao-e-soja-no-sudao/>.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2004. *IEA World Energy Outlook*. Paris: IEA
- . 2011. *Clean Energy Progress Report*. www.iea.org/index_info.asp?id=2020.
- IPEA. 2010. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — Relatório Nacional de Acompanhamento*. www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_relatoriiodm.pdf.
- Itamaraty. 2011a. “Cooperação bilateral prestada”. <http://kitplone.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada>.
- . 2011b. “Balanço de Política Externa, 2003–2010”. www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010.
- Latorre, Fernando Lopes e Eduardo Pinheiro Henriques. 2008. “Genetic Improvement of Eucaliptus for Vegetable Charcoal Production for Siderurgy”. Arcelor-Mitall, SIF Seminar on Vegetable Charcoal, Belo Horizonte, 22 de outubro.
- Mateos, Simone Biehler. 2011. “Ajuda ao próximo e ao distante”. *IPEA Desenvolvimento* 65: 46–47.
- MDS. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) 2004, 2010. “Bolsa Família — 2004 e 2010”. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbnFyYw==&loc=mdsSenarc>.
- . 2009. Livro institucional.
- . 2011. “Sala de Imprensa”. *Notícias*, 22 de fevereiro. www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/missao-do-mds-prepara-acordo-de-cooperacao-com-o-kenia-na-africa.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). 2010. “Diálogo Brasil–África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural: Adoção de Documento Final”. 13 de maio. www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/

- notas-a-imprensa/dialogo-brasil-africa-sobre-seguranca-alimentar-combate-a-fome-e-desenvolvimento-rural-adocao-de-documento-final.
- MME (Ministério das Minas e Energia). 2010. *Balanço Energético Nacional 2010*. https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2010.pdf.
- . 2011. *Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis no. 40*. www.mme.gov.br/spg/galerias/arquivos/publicacoes/boletim_mensal_combustiveis_renovaveis/Boletim_DCR_nx_040_-_abril_de_2011.pdf.
- New York Times. 2011. “Biofuels”. 17 de junho. <http://topics.nytimes.com/top/news/business/energy-environment/biofuels/index.html>.
- OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2005. “Agricultural Policy Reform in Brazil”. OECD Policy Brief, Organisation of Economic Co-operation and Development, Washington, DC.
- Petrobras. 2009. “Produção de petróleo no país aumentou 6,3% em 2009”. www.petrobras.com.br/pt/noticias/producao-de-petroleo_no-pais-aumentou-6-3-porcento-em-2009/.
- . 2011a. “We Are the 8th Largest Company in the Forbes Ranking”. 28 de abril. www.petrobras.com.br/en/news/we-are-the-8th-largest-company-in-the-forbes-ranking/.
- . 2011b. “Petrobras Acquires Exploratory Block in Benin, Africa”. February 22. www.petrobras.com.br/ri/Show.aspx?id_materia=VK72B8khAaV9uG/olsmuhQ==&id_canal=0VoiG4kRNDYH1xC6JesJnw==&id_canalpai=/zfwC+leAQcwFyERVZzwQ==&ln=en.
- . n.d. “Biofuels”. www.petrobras.com.br/en/energy-and-technology/sources-of-energy/biofuels/
- Pinesso. 2010. “Grupo Pinesso inicia colheita no Sudão”. www.pinesso.com.br/leitura.php?id=197&bloco=8&canal=8.
- Portal Brazil. 2010. “Access to University: CNPq”. www.brasil.gov.br/sobre/education/access-to-university/cnpq/br_model1?set_language=en
- Portugal Digital. 2011. “Brasil prepara promoção de biocombustíveis em países da África Ocidental”. www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=11526812&indice=0&canal=159.
- RTS (Rede de Tecnologia Social). 2008. “Tecnologia agrícola brasileira para a África”. www.rts.org.br/noticias/destaque-2/tecnologia-agricola-brasileira-para-a-africa.
- Banco Mundial (World Development Report 2008). *Agriculture for Development*. Washington DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR_00_book.pdf.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). 2009. “Merchandise Trade by Product — Food”. In *International Trade Statistics 2009*. www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2009_e/its09_merch_trade_product_e.htm.

Capítulo 5

- A Tarde. 2008. “Gana usa técnica e empréstimo brasileiros para exportar etanol para a Suécia”. 5 de março. www.atardeonline.com.br/economia/noticia.jsf?id=878036.

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação). 2010. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: IPEA.
- BAD (Banco Africano de Desenvolvimento). 2011. “Market Brief. The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa”. www.afdb.org. Abril.
- Africa 21. 2011. “Brasileira Camargo Corrêa desenvolve obras em Luanda”. 13 de julho. www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=12110843&indice=0&canal=402.
- Barros, Guilherme. 2010. “Participação do BNDES na África deverá dobrar até o fim do governo Lula”. 5 de março. <http://columistas.ig.com.br/guilhermearros/2010/03/05/participacao-do-bndes-na-africa-devera-dobrar-ate-o-fim-do-governo-lula/>
- Carta Capital. 2011. “A Política Sul-Sul é prioridade”. 15 de fevereiro.
- da Silva, Luiz Inácio Lula. 2003. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse (Congresso Nacional), Brasília, Brasil, Janeiro. www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/Discurso-do-Senhor-Presidente-da-Republica-Luiz.
- Época Negócios. 2008. “Vale compra participação em mineradora de cobre na África”. 16 de dezembro. <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG855361662822,00VALE+COMPRA+PARTICIPACAO+EM+MINERADORA+DE+COBRE+NA+AFRICA.html>.
- Katerere, Fred. 2011. “Vale Will Double Mozambique Investment to \$4 Billion, CEO Says”. Bloomberg, 8 de maio. www.bloomberg.com/news/2011-05-08/vale-will-double-mozambique-investment-to-4-billion-ceo-says.html.
- Lewis, David. 2010. “Vale Says to Invest \$15-20 Billion in Africa over 5 Years”. Reuters Africa, 27 de outubro. <http://af.reuters.com/article/topNews/idAFJOE69Q0HW20101027>.
- Patriota, Antonio de Aguiar. 2011. Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao assumir o cargo. Janeiro. www.itamaraty.gov.br.
- PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo). 2010. “Programa Integração com a África: Relatório de Acompanhamento de Execução da Agenda de Ação”. www.pdp.gov.br/Relatorios%20de%20Programas/Africa1_com.pdf.
- Petrobras. 2011a. “Petrobras Acquires Exploratory Block in Benin, Africa”. 22 de fevereiro. www.petrobras.com.br/ri/Show.aspx?id_materia=VK72B8khAaV9uG/olsmuhQ==&id_canal=0VoiG4kRNDYH1xC6JesJnw==&id_canal_pai=/zfwoc+leAQcwFyERVZzwQ==&ln=en.
- Petrobras. 2011b. “Nas águas profundas da Namíbia — estudos geológicos mapeiam sistema petrolífero da área”. <http://www.petrobras.com/pt/paises/namibia/namibia.htm>.
- Portugal Digital. 2006. “Portuguesa Zagope, do grupo Andrade Gutierrez, aposta no Norte de África”. 26 de janeiro. www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=4176388&canal=213.
- Reuters. 2011. “In Africa Brazil Takes a Different Track”. *Special Report, Brazil in Africa*, Fevereiro.

- Rizzi, K. R., C. Maglia, M. Kanter, and L. Paes. 2011. “O Brasil na África (2003–2010): Política, Desenvolvimento e Comércio”. *Conjuntura Austral* 1 (5): 1–21.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). 2011. “Global and Regional FDI Trends in 2010”. Global Investment Trends Monitor 5, janeiro. www.unctad.org/en/docs/webdiaeia20111_en.pdf.
- Verdade. 2011. “Vale do Rio Doce começa oficialmente a explorar carvão em Moçambique”. www.verdade.co.mz/nacional/19382-vale-do-rio-doce-comeca-oficialmente-a-explorar-carvao-em-mocambique. 8 de maio.

Capítulo 6

- Moses, Alison. 2011. “African Union Study Tour Mission Report”. Banco Mundial, Washington, DC.

Anexos

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2010. *Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean*. Nova York: Organização das Nações Unidas.
- Economist*. 2010. Figura “African Democracy Ratings”, do “The Democracy Bug is Fitfully Catching On”, 24 de julho.
- Lima, Luciana. 2010. “Lula acirra competição entre Brasil e China pelo mercado africano”. Blog da Política Externa Brasileira, 7 de julho. <http://politicaexternabr.wordpress.com/2010/07/07/lula-acirra-competicao-entre-brasil-e-china-pelo-mercado-africano/>.
- Mo Ibrahim Foundation. 2010. *2010 Ibrahim Index of African Governance: Summary*. Londres: Mo Ibrahim Foundation
- Banco Mundial. 2011. “IDA16: Delivering Development Results”. 15 de fevereiro (alterado em 18 de março de 2011). World Bank, Washington, DC. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA/0,,contentMDK:22495227~menuPK:6827445~pagePK:51236175~piPK:437394~theSitePK:73154,00.html>.

